

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
NÍVEL: MESTRADO

# **A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE CERES/RIALMA NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO DE GOIÁS:**

Território em movimento, paisagens em transição

DENIS CASTILHO

GOIÂNIA-GO

2009



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
NÍVEL: MESTRADO

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE CERES/RIALMA NO  
ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO DE GOIÁS: território em  
movimento, paisagens em transição**

DENIS CASTILHO

ORIENTADOR: PROF. DR. EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

Goiânia-GO

2009

DENIS CASTILHO

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE CERES/RIALMA NO  
ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO DE GOIÁS: território em  
movimento, paisagens em transição**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Natureza e Produção do Espaço

**Orientador:** Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Goiânia-GO

2009

C352d Castilho, Denis  
A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização de Goiás: território em movimento, paisagens em transição. – Goiânia, 2009.  
168f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás.

1. Ceres – dinâmica socioespacial 2. Rialma – Dinâmica socioespacial 3. Goiás – modernização 4. Goiás - Território e Paisagem I. Chaveiro, Eguimar Felício (Orientador) II. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais.

CDD 910.030 423 098 173

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Andréa Pereira dos Santos CRB-1/1873  
Biblioteca Professor Jorge Félix de Souza,  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

DENIS CASTILHO

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE CERES/RIALMA NO  
ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO DE GOIÁS: território em  
movimento, paisagens em transição**

Dissertação defendida e aprovada em 12 de fevereiro de 2009, no Curso de Mestrado em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG)  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais (IESA/UFG)

---

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares (Departamento de Geografia/UFU)

*Para meus irmãos, Nivinha, Ely  
(padrinho) e Denise que, por onde  
andarem, estaremos juntos...*

## AGRADECIMENTOS

Ao Eguimar, meu orientador e grande amigo.

Aos meus pais, Dédino e Dilma, inseparáveis no meu coração.

À Lorena, pela paciência, carinho e amor.

Aos sobrinhos, Igor, Yan e Yago, pelos sorrisos que me bastam.

Aos professores Tadeu Arrais e João de Deus, pelas contribuições no exame de qualificação, pelos incentivos e diálogos.

À professora Beatriz Ribeiro Soares, pela atenção e carinho nos encontros de Geografia e pela participação em minha banca de defesa desta dissertação.

À Lidiane e Alcino, pelas informações, hospitalidade e rica contribuição nos trabalhos de campo em Ceres e Rialma, os quais foram primordiais ao desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Biomédico Cícero Leão, ao Promotor de justiça Florivaldo Vaz de Santana, ao Jornalista José Maria da Rádio Sucesso FM, ao Marcos Argolo, Secretário de Educação de Ceres e ao Douglas, Secretário de Planejamento de Rialma, pela atenção e pelas informações concedidas. Em nome de vocês agradeço todas as pessoas que me concederam entrevista e informações sobre Ceres e Rialma.

Aos amigos Alexsander, Weder e Uelinton, pela companhia de sempre, pelas teses e diálogos.

Aos amigos do movimento e das festas alegres, Popó, Márcia, Rosi, Antônio e Elaine, pela intensidade, pelos debates, projetos e pelo carinho.

Aos amigos Wagner, Valney e Ismael, pela amizade e por acreditarem na Geografia que traçamos um dia.

Ao Elson, Marcelo, Aristeu e Nildo, pelos ricos diálogos, confiança e encontros da manhã.

Aos companheiros da AGB - Seção Goiânia, João de Castro, José Paulo, Lucas, Benjamim, Manoel Calaça, Ubiratan, Sandro e Horieste Gomes, onde o espaço da política representa o espaço da vida.

Aos colegas da Revista Ateliê Geográfico, Maria Geralda, Ivanilton e Clarissa, os quais compartilham trabalho e experiências de vida.

Ao Ademir e Janaina, por ainda compartilharem comigo a residência de sempre.

Ao Programa de Educação Tutorial do curso de Geografia e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Formação Territorial”, pelas experiências que me proporcionaram e por representarem importantes momentos de minha formação.

À Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudo, a qual foi substancial ao desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG, pelos ensinamentos, sobretudo, pelo trabalho que realizam.

*“O tempo não pára!  
É a saudade que faz as  
coisas pararem no tempo.”*

Mario Quintana

## RESUMO

Olhar Ceres e Rialma, duas pequenas cidades goianas, é se colocar diante do desafio de entendê-las no contexto em que se inserem: o território goiano. O objetivo deste estudo, nesse sentido, foi o de compreender a dinâmica socioespacial desses municípios no âmbito da modernização de Goiás. Para tanto, recorreremos ao território para entender a cidade fundada em suas relações internas e externas. Esse processo, que envolve a ação, fundamenta o movimento, as localizações e o cruzamento das variáveis locais e distantes. Os procedimentos metodológicos basearam-se em revisão e leitura bibliográfica, levantamento de dados secundários referentes às instituições de serviços, à infra-estrutura produtiva, à dinâmica demográfica e ao sistema financeiro de Ceres e Rialma junto aos órgãos públicos desses municípios, ao IBGE, SEPLAN, IPEA e à Secretaria do Tesouro Nacional. Também foram aplicados questionários em instituições de saúde, educação, em órgãos públicos e estabelecimentos do comércio varejista. Realizamos entrevistas com autoridades locais, secretários, comerciantes, trabalhadores, funcionários e estudantes. Apresentamos Ceres e Rialma pela via da paisagem, com destaque para elementos que dizem respeito à forma social, aos aspectos visíveis e estatísticos desses municípios. Essas informações proporcionaram novas questões. Procuramos respondê-las pela análise da formação territorial, evidenciando os períodos da modernização do território goiano, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a (re)funcionalização de Ceres/Rialma. Buscamos compreender esses municípios por meio de análise da atual conjuntura socioespacial, da posição, da função e da divisão territorial do trabalho proveniente da expansão da cana-de-açúcar pela região. Apesar da diminuição da área de influência de Ceres, proveniente do crescimento de cidades como Goianésia, houve uma especialização do aparelho terciário, especialmente dos serviços de saúde, o que evidencia o papel dessa cidade em uma região com forte cunho agrícola. Por conseguinte, a função do núcleo urbano tanto de Ceres como de Rialma lhe confere uma dinâmica bastante incomum entre as pequenas cidades goianas, o que nos fez rever alguns conceitos referentes aos espaços não metropolitanos. Por último, verificamos que a estrutura montada nessas duas cidades decorre da atuação de alguns grupos sociais, sobretudo daqueles ligados à saúde em Ceres e ao comércio varejista em Rialma. Se esses grupos, constituídos em sua maioria, por empreendedores, estão ligados ao tempo rápido, há, também, os sujeitos do tempo lento, que trazem consigo uma dinâmica que deixou de ser hegemônica. O cruzamento de tempos é verificado nesses sujeitos revelando-nos uma realidade fruto de ações, de conflitos, de um processo temporo-espacial e das relações sociais de produção.

**Palavras-Chave:** Território, Paisagem, Dinâmica Socioespacial, Ceres e Rialma-GO.

## **ABSTRACT**

Looking Ceres and Rialma, two small cities of the state of Goiás in Brazil, put ourselves in front of a challenging of understanding has in the context which they are inserted: the territory of Goiás. Understanding the socio and spatial dynamics of these municipalities in the scope of the modernization of Goiás was the goal of this study. Thus, we appealed to the territory to understand the city founded in its internal and external relations. This process, which involves action, foundaments the movement, the localizations and the crossing of local and distant variables. The methodological procedures were based in reading and bibliographical review, gathering of secondary data refered to the institutions of services, productive infrastructure, demographic dynamics and financing system of Ceres and Rialma along the public agencies of these municipalities, IBGE, SEPLAN, IPEA and Secretary of National Treasury. Also questionnaires were applied in health and education institutions, in public agencies and retail establishments. We interviewed local authorities, secretaries, traders, workers and students. We present Ceres and Rialma through the landscape, detaching elements related to the social shape, visible and statistic aspects of these municipalities. These informations provided new questions. We are able to answer them by the analysis of the territorial formation, evidencing the periods of the modernization of the territory of Goiás, the National Agricultural Colony of Goiás (as known as CANG) and the (re) functionalization of Ceres / Rialma. We seeked to comprehend these municipalities through the analysis of the current social and spatial conjuncture, position, function and territorial division of work coming from the expansion of the sugarcane through the region. Even with the decreasing of the area of influence of Ceres, coming from the growth of cities as Goianésia, there was an specialization of the tertiary sector, specially of the health services, which shows the role of this city in a region with a strong agriculture. So, the function of the urban cores of Ceres and Rialma grants a very uncommon dynamics between the small towns of Goiás, which made us to review some concepts referred to non metropolitan spaces. At last, we verified the structure assembled in these two cities comes from the action of some social groups, mostly those linked to the health sector in Ceres and retail establishments in Rialma. If these grouos, constituted, mainly, by entrepreneurs, are linked to the fast time, there is, also, the subjects of the slow time, who bring with them a dynamic which left to be hegemonic. The crossing of times is verified in these subjects showing us a reality fruit of actions, conflicts, time-space process and social relations of production.

**Keywords:** Territtory, Landscape, Social and Spatial Dynamics, Ceres and Rialma-GO.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1: Avenida Brasil-Ceres e ao fundo Rialma. 2008.....	23
Figura 2: Rio Das Almas.....	24
Figura 3: Localização dos municípios de Ceres e Rialma no Estado de Goiás e na Microrregião de Ceres – 2008.....	26
Figura 4: Imagem Aérea de Ceres/Rialma.....	27
Figura 5: (a) Rua no centro comercial. (b) Avenida sem movimento. Ceres, 2008.....	31
Figura 6: (a) Paisagem de Ceres. (b) Planta Urbana.....	32
Figura 7: (a) Praça Cívica. (b) Colégio Imaculada Conceição. Ceres, 2008.....	33
Figura 8: (a) Center Shopping. (b) Hospital Bom Jesus. Ceres, 2008.....	34
Figura 9: (a) Área residencial (b) Avenida Bernardo Sayão. Rialma, 2008.....	37
Figura 10: Paisagem de Rialma e a Igreja Católica.....	38
Figura 11: (a) Rio das Almas. (b) Paisagem do município de Rialma.....	39
Figura 12: Localização da antiga Zona Fisiográfica do Mato Grosso Goiano (1955).....	41
Figura 13: As dimensões do espaço.....	46
Figura 14: Imagem aérea e traçado urbano de Ceres-GO.....	66
Figura 15: Construção do Palácio Municipal de Ceres.....	66
Figura 16: Fragmentação territorial do município de Ceres, 1980-2001.....	76
Figura 17: Hospital Pio X.....	80
Figura 18: (a) Hospitais Centro Goiano; (b) Hospital São Lucas. Ceres – déc. 1950.....	81
Figura 19: Constituição territorial por unidades municipais.....	94
Figura 20: Plantação de Cana-de-Açúcar. Município de Rialma, 2008.....	101
Figura 21 - A cana-de-açúcar mapeada em Goiás – 2008.....	104
Figura 22 – Aspecto arquitetônico dos hospitais, Centro e Clínica de Ceres – 2008.....	117
Figura 23: População e número de hospitais dos municípios de procedências das pessoas que usualmente procuram Ceres para o consumo de bens e Serviços de Saúde – 2008.....	123
Figura 24: Instalações da UEG, Uni-Evangélica e Faceres – 2008.....	130
Figura 25: Galpão graneleiro desativado e localizado na GO-154 no município de Ceres...	146

## GRÁFICOS

Gráfico 1: População de Ceres – 1980-2007.....	29
Gráfico 2: População de Rialma – 1980-2007.....	36
Gráfico 3 – Goiás: População Urbana e Rural – 1950-1991.....	56
Gráfico 4 - Estrutura do Produto Interno Bruto – PIB - GOIÁS, 2005.....	87

## QUADROS

Quadro 1: Ceres/Rialma - Malha viária e distância dos municípios vizinhos e principais mercados.....	25
Quadro 2 – As maiores indústrias em arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS do Estado de Goiás – 2005.....	89
Quadro 3: Exemplo hipotético de hierarquia urbana e funções centrais.....	109
Quadro 4: Nível de Centralidade de Ceres-GO – 1993.....	111
Quadro 5: Nível de Centralidade de Ceres-GO – 2007.....	114
Quadro 6: Atividades dos estabelecimentos de Saúde de Ceres-GO.....	118
Quadro 7 – quantidade de médicos por mil habitantes no Brasil, Goiás e Ceres – 2003.....	119
Quadro 8: Estrutura do setor de saúde de Ceres.....	120
Quadro 9: Municípios de procedência das pessoas que usualmente procuram Ceres para o consumo de bens e serviços de saúde.....	121
Quadro 10 – Instituições e Órgãos Regionais de Ceres – 2008.....	126
Quadro 11 – Entidades Classistas de Ceres/Rialma – 2008.....	126
Quadro 12: Redes de Ensino de Ceres e Rialma, 2008.....	127
Quadro 13: Municípios de origem dos alunos matriculados na Escola Agrotécnica Federal de Ceres – 2008.....	128

Quadro 14: Municípios de Origem dos Estudantes matriculados nos Colégios João XXIII, Imaculada Conceição e Álvaro de Melo – 2008.....	129
Quadro 15: Municípios de Origem dos Alunos matriculados nas Instituições de Ensino Superior de Ceres-GO – 2008.....	131
Quadro 16: Relação de administradores, de prefeitos nomeados e de prefeitos eleitos em Ceres e Rialma – 1941-2009.....	138

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ceres: Estrutura fundiária (2003).....	34
Tabela 2 - Taxa média geométrica de crescimento anual Goiás, Centro-Oeste e Brasil – 1970-2007.....	59
Tabela 3 - População, situação do domicílio, taxa de urbanização e densidade demográfica - GOIÁS, 1991, 2000 e 2006.....	60
Tabela 4: Produção Agrícola da CANG – 1947, 1950, 1951, 1952 e 1953.....	68
Tabela 5: Efetivo da Pecuária da CANG – 1953.....	69
Tabela 6: Produção Industrial da CANG – 1953.....	69
Tabela 7: Ceres: População total e por residência - 1943 – 2007.....	74
Tabela 8: Produto Interno Bruto – PIB – Goiás e Brasil, 2002 – 05.....	87
Tabela 9: Microrregião de Ceres: Produção da Cana-de-Açúcar (t) – 2006-2007.....	102
Tabela 10 – Usinas da Microrregião de Ceres por Município e Categoria.....	102
Tabela 11 – Distribuição das Usinas por Mesorregião, Microrregião e Categoria de Licenciamento Ambiental.....	103
Tabela 12 - Microrregião de Ceres: Produção Agrícola – 2007.....	105

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACICER - Associação Comercial e Industrial de Ceres e Rialma

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CDC – Centro de Diagnósticos e Cirurgia de Ceres

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde

DENATRAN – Departamento Nacional de Transito

DERGO – Departamento de Estradas de Rodagens de Goiás

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EAFCe - Escola Agrotécnica Federal de Ceres

EPC – Economia, Política e Cultura

FACERES – Faculdade de Ceres

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB – Fundo da Educação Básica

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IMEC – Instituto Médico de Ceres

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MGG – Mato Grosso Goiano

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Polícia Militar

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

REGIC - Regiões de Influência das Cidades

SANEAGO – Saneamento de Goiás

SEBRAE – GO – Serviço de Apoio às Pequenas e Mèdias Empresas de Goiás

SEFAZ – Secretaria da Fazenda

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEPIN - Superintendência de Pesquisa e Informação

SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento

SIEG - Sistema Estadual de Estatística e Informações Geográficas de Goiás

SUS - Sistema Único de Saúde

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

UEG – Universidade Estadual de Goiás

ÚNICA-SP - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal

## SUMÁRIO

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	09
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	13

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
------------------------	-----------

### CAPÍTULO I

#### **PAISAGENS DE CERES/RIALMA: A Primeira Instância – O Sentido e a Transição**

1.1 Pela Rodovia se vê as cidades separadas por um rio.....	23
1.2 O Núcleo Urbano Ceres/Rialma: .....	25
1.3 Paisagem de Ceres: entre o urbano do terciário e a “região que se cultiva”.....	30
1.4 Paisagem de Rialma: “daqui se vê Ceres”.....	36
1.5 Paisagens em transição: muda o que? .....	42
1.6 Significado da Paisagem de Ceres/Rialma.....	44

### CAPÍTULO II

#### **A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CERES/RIALMA: o papel da CANG**

2.1 A modernização do território goiano: o espaço, um guardião de tempos.....	50
2.1.1 Período de 1930 à 1970: regionalização do Mato Grosso Goiano e o papel das frentes pioneiras .....	52
2.1.2 A década de 1970 em Goiás e os novos conteúdos socioespaciais.....	57
2.2 A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a formação de Ceres/Rialma.....	62
2.3. A CANG e Ceres/Rialma como Fronteira Agrícola.....	68
2.4 A desarticulação da pequena propriedade e o Processo de Transformação do Quadro Regional: .....	70
2.5 Urbanização e fragmentação como elementos constituidores do	

novo papel de Ceres/Rialma na nova divisão territorial do trabalho.....	74
2.6. Especialização produtiva em Ceres: o surgimento dos hospitais.....	78
2.7 Reflexões sobre o processo de formação territorial de Ceres/Rialma: um esforço de síntese.....	82

### CAPÍTULO III

#### **AS NOVOS CONTEÚDOS DO ESPAÇO GOIANO E A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE CERES/RIALMA-GO: O espaço de nosso tempo - o território em movimento**

3.1 Os novos conteúdos territoriais do espaço goiano e o contexto de Ceres/Rialma.....	86
3.2 As novas lógicas e dinâmicas socioespaciais.....	90
3.3 Elementos territoriais de Ceres/Rialma: a análise socioespacial.....	91
3.4 A Posição de Ceres/Rialma.....	96
3.5 Ceres: uma cidade no Campo.....	99
3.5.1 A expansão da cana-de-açúcar pela região.....	100
3.6 A função de Ceres/Rialma na nova divisão territorial do trabalho e sua área de influência.....	106
3.6.1 Os serviços de saúde.....	116
3.6.2 Os serviços do núcleo urbano Ceres/Rialma: órgãos públicos, educação e comércio varejista.....	125
3.7 O sentido socioespacial dos serviços de Ceres/Rialma.....	134
3.8 Princípios para a compreensão do sujeito Ceresino-Rialmense: a constituição da ação e o cruzamento de tempos.....	137

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS:</b> .....	146
------------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151
---------------------------------	-----

ANEXOS.....	158
-------------	-----

---

## INTRODUÇÃO

Compreender a dinâmica socioespacial de Ceres e Rialma bem como as suas relações com a região e com o mundo nos coloca diante de um desafio: entendê-las na perspectiva histórica e espacial. Isso requer uma análise da formação dos municípios, sobretudo, da forma como o espaço foi e é concebido, produzido e dinamizado por diferentes atores sociais em suas relações sociais de produção ao longo do tempo.

Nos dias atuais, os viajantes que se direcionam ao “Vale do São Patrício” ou os caminhoneiros que transitam pela rodovia federal BR-153 (Belém-Brasília), estão envolvidos em uma dinâmica socioespacial bastante diferente daqueles que se deslocavam até esta mesma região no período de criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG. A viagem até a CANG não era nada fácil, ao mesmo tempo que significava a possibilidade da “terra prometida”, levava muito tempo e as doenças poderiam levar à morte.

Sobretudo, aquele percurso guardava dois sentidos de marcha: da política nacional e da problemática social que alimentava a esperança de um povo. Ceres, a partir da CANG, foi inventada pelo Estado e por uma agricultura “nova”. Como todo espaço planejado, surgiu nas mediações um espaço como modelo de contraposição. Foi assim com Rialma, que absorveu o excedente de migrantes da Colônia. Os dois núcleos nasceram próximos, ambos carregando um sentido político, as contradições de cada tempo e a ligação, desde cedo, com a política do território nacional.

Com os novos contextos e novas lógicas espaciais, os municípios se fragmentaram. A rodovia proporcionou novas dinâmicas e com a atuação dos atores sociais (representado em grande parte pelos profissionais da saúde e pelos fazendeiros) o Núcleo Urbano constituído por Ceres e Rialma se refuncionalizou. De fronteira agrícola, esses municípios se configuraram a partir de suas inserções na nova divisão territorial do trabalho. É por isso que houve uma especialização desse Núcleo, especialmente em Ceres. Pela ligação entre as duas cidades, não há como falar de uma sem relevar a outra, até porque são cidades irmãs. É por isso que, mesmo estando privilegiada por alguns serviços (como a saúde e educação), não há como entender Ceres sem se considerar Rialma.

Nesse sentido, por que um núcleo urbano que nasceu para ser um pólo de desenvolvimento agrícola se tornou uma referência no setor de serviços e que atualmente vê a ascensão econômica de municípios vizinhos por meio da mineração e do agronegócio? O que explica a forte diminuição da participação do setor agrícola e da pequena propriedade na dinâmica econômica de Ceres, a especialização do seu núcleo urbano e qual é o papel de Ceres/Rialma na atual divisão territorial do trabalho? Essas questões podem ser sintetizadas em uma principal: o que fundamenta a dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma a partir das lógicas provenientes do processo de modernização do território goiano?

Analisar essas questões não encerra o tema. Pelo contrário. Outras questões podem enriquecer o debate e nos leva a elencar elementos teórico-metodológicos que, no mínimo, têm uma aproximação crítica ao objeto em estudo. Assim, olhar Ceres e Rialma num primeiro momento é se colocar diante de uma problemática espacial: se remeter ao desafio de entendê-las no contexto em que se inserem: o território goiano. E isso justifica a necessidade de se compreender a cidade a partir das lógicas territoriais impostas, as quais são provenientes de um movimento global. Nos termos de Santos (1996), a totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento.

Nesse sentido, podemos levantar uma nova pergunta: que elementos nos permitem traçar o painel socioespacial das duas cidades mencionadas considerando o seu processo de formação e as lógicas contemporâneas? Isto é, se o território está em movimento – ou em totalização (SANTOS, 1996), que lógicas regem esse movimento? Que elementos nos permite, ao invés de defini-lo, compreendê-lo?

O movimento do mundo – que é possibilitado pelos lugares, passa pela cidade. Assim, não existe mais aquela antítese entre cidade e campo. A grande problemática do mundo moderno se constitui no interior da própria cidade (LEFEBVRE, 2001). Mas falar de cidade, entrar na sina de sua problemática e explicá-la, nos leva a falar também do campo. Ou seja, a explicação daquilo que vemos na paisagem urbana, passa também pelo espaço rural. A análise de Ceres/Rialma, nesse sentido, é estruturante. Leva-nos a entender a dialética entre território e cidade e entre a cidade e seus múltiplos sentidos socioespaciais.

Ao falarmos de lógicas territoriais no interior da cidade, estamos construindo a possibilidade de entender Ceres/Rialma a partir de sua dinâmica socioespacial no âmbito

das tramas de poder de diferentes escalas, como aquelas que envolvem os atores locais e aquelas que envolvem os atores hegemônicos (empresas globais, o Estado, etc).

Importante ressaltar que, no decorrer do texto, ora mencionamos o núcleo urbano Ceres/Rialma (nome proposto pela localização das duas sedes municipais no mesmo núcleo urbano e pela relação entre elas), ora o campo, ora os municípios. A grande questão é que as três menções referem-se a uma unidade territorial, que estão analisados no terceiro capítulo. Em todos os casos, buscamos explicar o fundamento de sua paisagem, principalmente aquela que mais vem à nossa imaginação: o núcleo urbano - a cidade. Para tanto, fizemos o que chamamos de análise socioespacial, recorrendo ao território para entender a cidade em sua essência plena (fundada nela mesma e nas lógicas territoriais). Esse avanço dos níveis de realidade, conforme destaca Santos (2004), corresponde ao avanço que compreende duas categorias: *a paisagem* e o *território*. A paisagem se estabelece enquanto resultado do território em movimento. E esse movimento é o que fundamenta a história que se materializa em formas espaciais concretas (MOREIRA, 1987).

E aqui, nos reportamos à noção de escala. Ceres/Rialma se dinamiza enquanto território a partir de elementos provenientes das lógicas locais, sobretudo pelo cruzamento dessas com aquelas provenientes da globalização, que envolve, também, a atuação do Estado e dos atores hegemônicos. A aproximação conceitual – fundada no território, nos coloca diante da paisagem. Buscamos, nesse sentido, entender o que Ceres e Rialma significam pelas suas paisagens. Essa abordagem contempla o primeiro capítulo deste trabalho. É o momento em que apresentamos o objeto pela via da paisagem, onde destacamos elementos que dizem respeito à forma social, aos aspectos visíveis, estatísticos e a natureza e significado da forma espacial dessas cidades.

O segundo momento deste estudo refere-se ao processo de formação territorial dos municípios, em que foi evidenciado o processo de transformação socioespacial do território goiano, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG e a refuncionalização do núcleo urbano Ceres/Rialma pela entrada das lógicas da modernização no território goiano. Essa discussão contempla o segundo capítulo. Verificamos que, em decorrência da CANG, Ceres/Rialma foi, num primeiro momento, fronteira agrícola. Com o processo de alteração do quadro territorial houve uma refuncionalização desse núcleo urbano. Nesse capítulo, em alguns momentos deu-se mais atenção à Ceres pela estrutura que ali foi montada e pela comparação com dados da CANG.

No terceiro capítulo nossa análise buscou compreender a atual conjuntura socioespacial de Ceres/Rialma. O objeto apresentado no primeiro capítulo na perspectiva da paisagem (forma, aparência, dados, localização, etc) foi, no terceiro, investigado pela via do território, em que montamos um panorama da dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma e apresentamos uma discussão sobre os princípios da formação do sujeito a partir da ação que decorrem da natureza territorial existente naquela localidade.

A metodologia amparou-se na abordagem tal como enunciamos acima. Os procedimentos metodológicos foram baseados em revisão e leitura bibliográfica. Realizamos, também, um levantamento de dissertações e teses sobre cidades médias e pequenas na proposta de averiguar as metodologias referentes ao tema. Fizemos um levantamento de dados oficiais referentes às instituições de serviços (saúde, educação e órgãos públicos), à infra-estrutura produtiva, à dinâmica demográfica e ao sistema financeiro de Ceres e Rialma junto aos órgãos públicos desses municípios, à Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e à Secretaria do Tesouro Nacional.

Para o segundo capítulo, relativo à periodização do processo de formação territorial de Ceres/Rialma (mais precisamente a partir da década de 1970), buscamos informações em órgãos municipais de Ceres e Rialma, na SEPLAN, no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, na Escola Técnica Profissionalizante do SENAC, na Secretaria Municipal de Planejamento de Ceres e de Rialma, na Secretaria Municipal de Saúde e na Secretaria Estadual de Educação – Regional Ceres. Elaboramos planos e roteiros e realizamos quatro trabalhos de campo para observação *in loco*, realização de entrevistas com moradores, estudantes, empresários, médicos, farmacêuticos, professores e diretores de escolas públicas e particulares; com jornalista da rádio Sucesso FM; com secretários de Planejamento e de Educação de Ceres e de Rialma, com representantes da Secretaria Regional de Educação de Ceres e da promotoria. As informações e dados obtidos foram analisados e sistematizados para a elaboração desta dissertação.

Grande parte dos dados apresentados em gráficos, tabelas e mapas foram obtidos no site da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, no Sistema Estadual de Estatística e Informações Geográficas de Goiás - SIEG, na Superintendência de Pesquisa e Informação – SEPIN e na Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás. Também buscamos dados no Sistema Único de Saúde - Datasus, no Atlas de Desenvolvimento Humano, no IPEA e no IBGE.

Os dados referentes à CANG e ao Mato Grosso Goiano nas décadas de 1940, 1950 e 1960 foram adaptados de teses, dissertações e livros, como Dayrell (1978), Faissol (1952), Aranha (2001), Bertran (1988), Borges (2000), Cardoso (2005), Estevam (2004), França (1985), Sayão (1994), Silva (2002), etc. Com isso foi possível construir uma síntese histórica do objeto como também uma periodização espacial. Foi realizado um cruzamento dos dados qualitativos e quantitativos para elaboração de redações. Os dados também foram computados para representações cartográficas.

O “universo de informações” nos coloca diante do desafio de síntese como também de selecionar a informação ou dado que melhor represente o que foi dito ou que está sendo dito. Nos esforçamos para apresentar a informação e/ou reflexão conforme a abordagem proposta a este estudo. Como já apontamos, a estrutura da dissertação segue três passos fundamentais. Primeiro, abordamos o objeto pela via da paisagem; segundo, pela sua formação territorial no âmbito da modernização do território goiano; e, terceiro, estabelecemos uma leitura da dinâmica socioespacial na proposta de compreender o período atual ou o que Santos (1988) chama de história do presente. De maneira geral, a abordagem foi realizada no sentido de compreender o território em seu movimento - em sua totalização. Portanto, como parte de um todo em movimento, Ceres/Rialma se constituem a partir de lógicas de fora, mas que se particularizam localmente.

A proposta, portanto, foi de entender a lógica que rege esse movimento ou de que maneira o movimento global se constitui em Ceres/Rialma. Tal dinâmica coloca em evidência o cruzamento de variáveis internas e externas, sob hegemonia das últimas. A paisagem, nesse contexto, é o resultado concreto do movimento, por isso está em transição. Com essa leitura esperamos contribuir com as discussões sobre o processo de modernização do território goiano – uma constante em devir. Assim dito, podemos dizer que a formação territorial nos mostra o processo. A dinâmica socioespacial, por sua vez, a condição e o movimento.

## CAPÍTULO I

---

### **PAISAGENS DE CERES/RIALMA:**

A Primeira Instância – O Sentido e a Transição

*“A Paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas.”*

Milton Santos



### 1.1 Pela Rodovia se vê as cidades separadas por um rio

Da BR-153, Belém-Brasília, se vê as duas cidades em uma. Primeiro Rialma e mais ao fundo Ceres. Trata-se de cidades que nasceram juntas, ligadas por um processo que remonta suas origens. Grande parte dos viajantes que trafegam por essa rodovia, no trecho entre Jaraguá e Uruaçu, têm a possibilidade de vê-las separadas por um rio. Habitantes de Santa Isabel ou Ipiranga de Goiás, ou aqueles que por meio da GO-154 – como os residentes de municípios próximos (Uruana, Carmo do Rio Verde, São Patrício, etc), que vão às clínicas, hospitais ou instituições de ensino de Ceres e Rialma, se deparam, no caminho, com as lavouras de cana-de-açúcar que se expandem por grandes áreas dos municípios da região.

Por meio da GO-154 chega-se primeiro em Ceres, e mais adiante, pelas avenidas Brasil e Bernardo Sayão, está Rialma. Pela morfologia dos sítios urbanos – situada no “vale do Rio das Almas”, tendo um terreno desnivelado – de Ceres se vê Rialma (Figura 1).



Figura 1: Avenida Brasil-Ceres e ao fundo Rialma. 2008  
Autor: Castilho (2008).

Ao passar pelas ruas e avenidas de Ceres, Rialma fica de vigilância. Isto é, quem está em algumas localidades de Ceres é “vigiado” pelas paisagens de Rialma, e quem está

em Rialma é “vigiado” pelas edificações de Ceres. A questão é que trata-se de um núcleo urbano dividido por um rio com nome de alma (figura 2) e que, pela sua imponência, é um elemento emblemático na paisagem das duas cidades. Esse rio representa mais que “águas correntes”, sobretudo, é a marca de uma identidade que deseja ser duas.



Figura 2: Rio Das Almas

Autor: Castilho (2008).

O Rio das Almas nasce na Serra dos Pirineus, no município de Pirenópolis. Pertence à Bacia do Rio Tocantins e antes de passar entre as cidades de Ceres e Rialma, banha os municípios de Pirenópolis, São Francisco, Jaraguá, Rianópolis, Uruana e Carmo do Rio Verde. Na região onde situa Ceres, banha solos férteis (os latossolos), característica que influenciou a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Habitantes das proximidades desse rio contam que um padre, na segunda metade do século XIX, morreu na região. Também afirmam que um grupo de portugueses foram mortos (por índios?) também nas proximidades do rio. A questão é que trata-se de um importante rio, que além das fortes corredeiras, teve o seu nome influenciado pelas mortes ocorridas em sua proximidade e pela influência católica.

Ele, pelos depoimentos de moradores, representa mais que um componente do meio natural, já que faz parte da história de vida daqueles que construíram aquela localidade. O seu sentido de divisão é, mesmo que num primeiro momento de nossa investigação, explícito. Contudo, apesar dessa divisão – tanto pela paisagem como pelo sentido político administrativo, Ceres e Rialma formam uma localidade dinâmica, marcada pela interdependência entre as duas cidades.

Contudo, veremos no segundo e terceiro capítulos, que a divisão política (que tem um sentido histórico) contribui para uma diferenciação no conteúdo urbano entre as duas cidades. Ou seja, há uma diferenciação que decorre da divisão política administrativa e de fatores históricos. Por outro lado, as duas cidades se relacionam entre si e participam de uma mesma lógica cotidiana. Ao mesmo tempo que podemos dizer que tratam-se de duas cidades em uma (o Núcleo Urbano), também tratam-se de uma cidade em duas (a divisão administrativa). Veremos, então, alguns elementos da paisagem do Núcleo Urbano e, mais adiante, dos dois municípios.

## 1.2 O Núcleo Urbano Ceres/Rialma

O núcleo urbano Ceres/Rialma se localiza na microrregião de Ceres e mesorregião Centro Goiano. Dista 167 quilômetros de Goiânia, 140 de Anápolis e 263 de Brasília. Observe no quadro 1 a distância relativa à outros municípios.

Quadro 1: Ceres/Rialma - Malha viária e distâncias dos municípios vizinhos e principais centros

MUNICÍPIO	SISTEMA VIÁRIO	DISTÂNCIA* (Km)
Goiânia	BR-153	167
Anápolis	BR-153	140
Brasília	BR-060 e BR-153	263
Carmo do Rio Verde	GO-154	19
Nova Glória	GO-154	24
Itapaci	BR-153	38
Santa Isabel	GO-480	21
Rianápolis	BR-153	16
Uruana	GO-154	36
Rubiataba	BR-153 e GO 334	39

\* Por rodovias pavimentadas

Fonte: DERGO/Diagnóstico Municipal de Ceres - SEBRAE-GO

A localização do Núcleo lhe confere centralidade, já que tem posição privilegiada na região denominada Vale do São Patrício<sup>1</sup> que hoje quase se confunde com a Microrregião de Ceres. Aqui podemos mencionar as rodovias que ligam Ceres/Rialma a

<sup>1</sup> Região que compreende a atual microrregião de Ceres e mais 7 municípios (total de 29). Segundo Cardoso & Valverde (2007), o Vale do São Patrício possui um raio de aproximadamente 120 km e é constituído pelos municípios de Barro Alto, Campos Verdes, Carmo do Rio Verde, Ceres, Crixás, Goianésia, Guaraíta, Guarinos, Heitoraf, Hidrolina, Itaguaru, Itapuranga, Itapaci, Ipiranga de Goiás, Jaraguá, Morro Agudo de Goiás, Nova Glória, Nova América, Pilar de Goiás, Rialma, Rianápolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Terezinha de Goiás, São Francisco, São Luiz do Norte, São Patrício, Uirapuru e Uruana.

todos os municípios dessa região. Observe a localização dos municípios de Ceres e Rialma em Goiás e na microrregião de Ceres na figura 3.

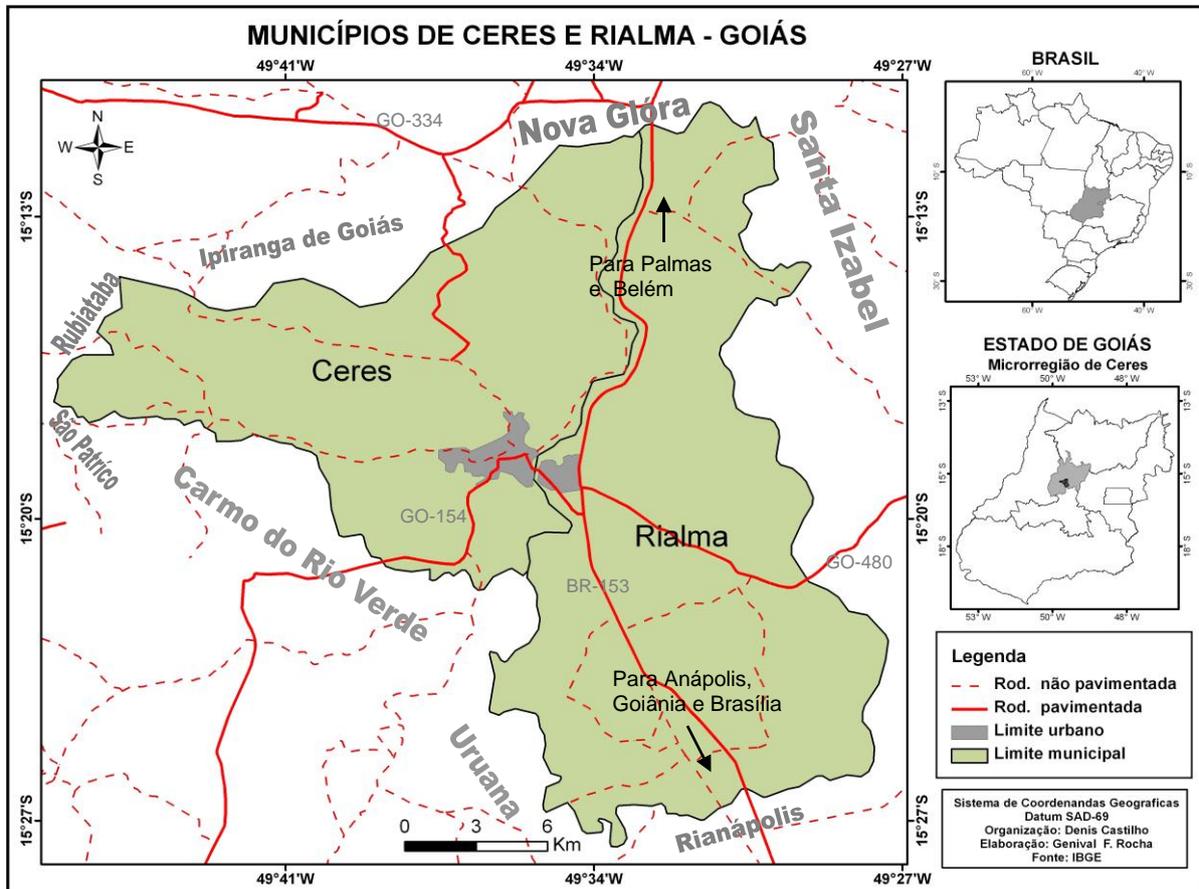


Figura 3: Localização dos municípios de Ceres e Rialma no Estado de Goiás e na Microrregião de Ceres - 2008

Os viajantes que veem Ceres/Rialma pelo ângulo das rodovias, ou mesmo aqueles de cidades regionais e/ou metropolitanas que as visitam frequentemente diriam que trata-se de um “pequeno núcleo urbano”. Elementos como tamanho (figura 4) e quantidade de habitantes também nos fariam chegar a essa mesma conclusão.



Figura 4: Imagem Aérea de Ceres/Rialma  
Fonte: Image2007-DigitalGlobe

A figura 4 sugere que, de fato, trata-se de um pequeno núcleo urbano. A imagem mostra Rialma à direita do rio das Almas e Ceres à esquerda. Observe que Ceres tem uma área urbana maior que Rialma. Chama à atenção a proximidade entre as duas cidades.

A população do núcleo formado pelas duas cidades é de 27.024 habitantes (IBGE, 2007). Alguns estudiosos de cidades goianas, como Deus (2002b) e Olanda (2008), afirmam que as pequenas cidades de Goiás, pelo contexto populacional desta Unidade da Federação, poderiam ser classificadas como aquelas com população abaixo dos 20 mil habitantes. Arrais (2004) já prefere chamar de “pequenos municípios” àqueles com população abaixo dos 10 mil habitantes. Os critérios seguem a lógica de cada autor. Apesar da limitação desse critério, que é quantitativo, reconhecemos a sua importância enquanto indicador. A interpretação é outro passo, inclusive, de fundamental importância.

Em todos os casos, tendo em vista os critérios baseados em quantidade de habitantes, o Núcleo Ceres/Rialma não seria “uma pequena cidade”. Contudo, se estivéssemos considerando as duas cidades separadas, ambas poderiam ser consideradas como pequenas. Ou seja, para o nosso caso, nota-se uma fragilidade desse critério. A questão é que essa tipologia não leva em consideração as dinâmicas socioespaciais.

Mesmo com uma população acima de 20 mil habitantes, o núcleo urbano Ceres/Rialma é visto, pelos elementos da paisagem (forma, tamanho, etc), como pequeno, até porque há elementos de seu cotidiano que lembram a vida nas pequenas cidades. Importante lembrar que essa afirmação é proveniente da paisagem. Por outro lado, pensar a cidade e considerar, como tem feito Melo (2008), elementos como a formação espacial, as funções, as dinâmicas e os significados socioespaciais, nos possibilitaria elencar elementos particulares conforme a inserção de cada município no processo de modernização do território goiano. Portanto, se a paisagem nos possibilita afirmar que Ceres/Rialma é um pequeno núcleo urbano, veremos no terceiro capítulo que a análise socioespacial (pela via do território) nos mostra outra conclusão, já que se trata de um núcleo que exerce funções regionais.

É interessante notar que a junção entre pequenas cidades não é comum no território goiano, a não ser em localidades de fronteira com outras Unidades da Federação – como Barra do Garça (MT), Pontal (MT) e Aragarças (GO), Alto Araguáia (MT) e Santa Rita do Araguáia (GO) e em casos específicos no interior do próprio Estado de Goiás, como Alvorada do Norte e Simolândia, no Nordeste Goiano. Os casos mais comuns referem-se às localidades metropolitanas (aqui o fenômeno se chama conurbação), como no entorno de Brasília e na região metropolitana de Goiânia – tal o exemplo de Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e mais recentemente Goianira, ambas conurbadas ou em processo de conurbação com Goiânia.

Conforme o caráter peculiar do espaço urbano das pequenas cidades, a conurbação não ocorre nelas do mesmo modo que nos espaços metropolitanos. Se em casos específicos duas ou mais pequenas cidades têm suas sedes municipais “no mesmo núcleo urbano” por motivos de localização das duas sedes na fronteira entre ambos os municípios, nos espaços metropolitanos a conurbação existe em decorrência do rápido crescimento horizontal da metrópole em direção às cidades vizinhas. Por isso, a conurbação em espaços não metropolitanos dificilmente ocorre. Isto, pois, nesses espaços não há a tendência de crescimento do núcleo urbano de modo a se encontrar com outra cidade, que geralmente não é tão próxima. Já os núcleos urbanos que se localizam próximos aos seus limites com outros municípios, tendem a avançar para além da fronteira. Isso envolve especulação imobiliária, valorização do solo, projetos de ocupação, crescimento do núcleo fronteiro, incentivos de moradia e habitação conforme o caráter jurídico/político de cada município, etc.

Seguindo essa tendência, a ligação de Ceres/Rialma não ocorreu pela mesma lógica das regiões metropolitanas. Ceres ganhou uma cidade irmã no período de sua formação – com a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG, nas décadas de 1940 e 1950. Essa discussão está detalhada no segundo capítulo, em que discutimos a formação territorial de Ceres/Rialma.

Mas o fato é que o Núcleo Urbano Ceres/Rialma é a síntese da dinâmica socioespacial dos dois municípios envolvidos. Além do que, por se tratar de dois municípios, há dois repasses da União. Também, duas infra-estruturas que envolvem instituições administrativas, de ensino, de saúde, de educação, de serviços ligados à economia urbana e rural, etc. Ou seja, são duas estruturas municipais localizadas em um núcleo que envolve economia, demografia, consumo, produção, reprodução e circulação de capital. Esses fatores dão um sentido diferenciado ao núcleo, já que estabelece nele uma infra-estrutura dificilmente encontrada em outras cidades do mesmo porte.

Veremos que, além das duas estruturas municipais, o Núcleo Urbano também é privilegiado pela sua posição na região, o que lhe confere uma considerável centralidade a partir da oferta de serviços e produtos. No entanto, as classificações oficiais, como do IBGE ou SEPLAN, consideram os municípios de Ceres e Rialma separados, o que decorre dos critérios de classificação baseado em dados municipais. Por isso, no caso de Ceres, este município geralmente aparece nos mapas e classificações estatísticas com perfil resumido em sua população (18.637 habitantes em 2007). E isso lhe coloca numa posição junto a outras cidades do mesmo porte, o que desconsidera a sua função na região e sua ligação direta com Rialma.

Em todos os casos, verifica-se que o capital internacional já é expressivo na Microrregião de Ceres e na Mesorregião Norte de Goiás, o que acaba por incorporar lógicas externas, transformando assim a dinâmica regional. Ou seja, se num determinado período os elementos determinantes da dinâmica socioespacial eram provenientes da região, hoje, com a entrada de empresas multinacionais, a hegemonia passa a ser de elementos nacionais, sobretudo, internacionais. Isto é, aquela porção do território goiano passa a ser “do mundo”. Tomando um termo emprestado de Benko (1996) – mas tratando-o numa escala menor que a do autor, podemos dizer que está havendo uma

desrregionalização do sistema urbano da porção Norte do território goiano<sup>2</sup>, ou de uma inserção dessa região nos quadros da reprodução do capital internacional?

O que verificamos nessa discussão é que a dinâmica socioespacial extrapola os limites estabelecidos pelos critérios oficiais. E que assim, Ceres/Rialma, enquanto unidade territorial, é uma proposta de leitura que decorre de suas relações. São duas cidades em uma e, ao mesmo tempo, uma cidade em duas ou, noutras palavras, um Núcleo Urbano que possui dois municípios. Esse núcleo, como apontamos acima, é a síntese desses municípios e também de suas relações com a região e com o território. Assim, no tópico a seguir, fizemos uma análise considerando os dois municípios “do Núcleo Urbano”. Começando por Ceres.

### **1.3 Paisagem de Ceres: entre o urbano do terciário e a “região que se cultiva”**

Grande parte dos serviços de saúde e educação do Núcleo Urbano Ceres/Rialma estão na margem esquerda do Rio das Almas, ou seja, em Ceres. A população desse município é de 18.637 habitantes (IBGE, 2007). Desse total, 17.732 habitantes (95,2%) residem na área urbana e 905 habitantes (4,8%) na área rural. Como mostra o gráfico 1, nos últimos sete anos foi o município que teve a menor taxa de crescimento da Microrregião de Ceres, já que neste período registrou um saldo negativo de 2.47%. Houve uma perda de 3.572 habitantes, que se explica pela emancipação de Ipiranga de Goiás em 2001. Mas a diminuição da população rural de Ceres não é recente. O mesmo não ocorre com a população urbana, que tem registrado um crescimento nos anos de 1980, 1991, 1996 e 2000, com a quantidade de 13.701, 16.951, 17.051 e 18.123 habitantes, respectivamente. Houve uma pequena perda de população urbana entre 2000 e 2007 de 391 habitantes, que também se explica pela emancipação de Ipiranga de Goiás.

---

<sup>2</sup> Quando falamos da porção Norte de Goiás, estamos considerando também Ceres/Rialma, já que esse Núcleo, apesar de estar localizado no Centro Goiano, participa também da dinâmica da porção Norte do Território Goiano.

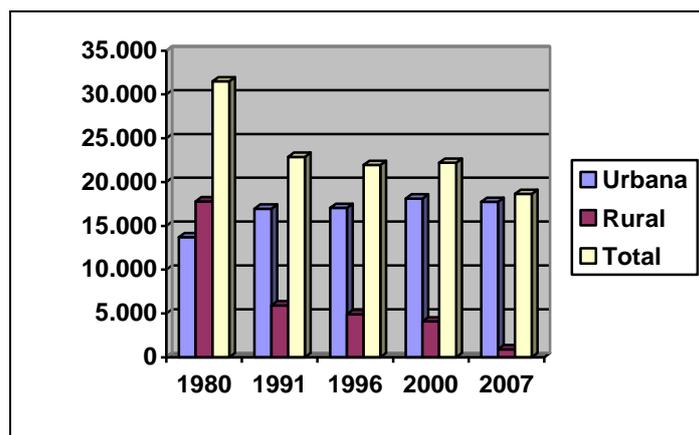


Gráfico 1: População de Ceres – 1980-2007  
Fonte: IBGE

Com a fragmentação territorial, a área municipal de Ceres se restringe aos 213,497 km<sup>2</sup>, estando entre os municípios com menor área municipal de Goiás. Faz fronteira com Ipiranga de Goiás e Nova Glória ao Norte, São Patrício e Carmo do Rio Verde ao Sul, Rialma ao leste e Rubiataba ao oeste. O acesso ao município se dá pelas rodovias pavimentadas BR-153, GO-154 e GO-334.

Na sua paisagem chama a atenção as ruas e avenidas, bem delineadas e largas. Há ainda o anel viário denominado “Avenida Bernardo Sayão”, em homenagem ao primeiro administrador da CANG. O movimento e a circulação de veículos nessas vias também compõem a paisagem dessa cidade (figura 5). Mas também há demonstrações de uma vida simples - ruas com pouco movimento, pessoas que ainda mantêm o hábito de sentar na porta de casa, olhares vigilantes, costumes de uma vida tradicional, etc.



Figura 5: (a) Rua no centro comercial. (b) Avenida sem movimento. Ceres.  
Autor: Castilho (2008).

A quantidade de automóveis registrados em Ceres soma 10.810 veículos (DENATRAN, 2007). Desses, 4.839 são automóveis, 457 são caminhões, 787 são camionetes, 72 são veículos pesados e 4.637 são motocicletas e motonetas. Somam-se ainda veículos de outros municípios - como Rialma, que possui uma frota de 3.633 veículos, que circulam diariamente por Ceres. Esse total de veículos não circula na mesma hora pelas ruas de Ceres, mas indicam uma quantidade significativa considerando a pequena área da cidade. Chama atenção a quantidade de motocicletas e motonetas registradas em Ceres: 3.561 e 1.076, respectivamente. Essa grande quantidade de veículos em proporção à população total indica as condições de renda de seus habitantes, mas também significa que circular pela cidade a pé não é tão prático. Além do que, mesmo tendo ruas e avenidas bem delineadas, há um desnível entre elas pelo fato da área urbana se localizar em um vale do rio das Almas. Por isso, andar por Ceres - usando uma expressão comum, é um “sobe e desce”. Isso significa que trata-se de uma cidade planejada em relevo com topografia irregular (figura 6).

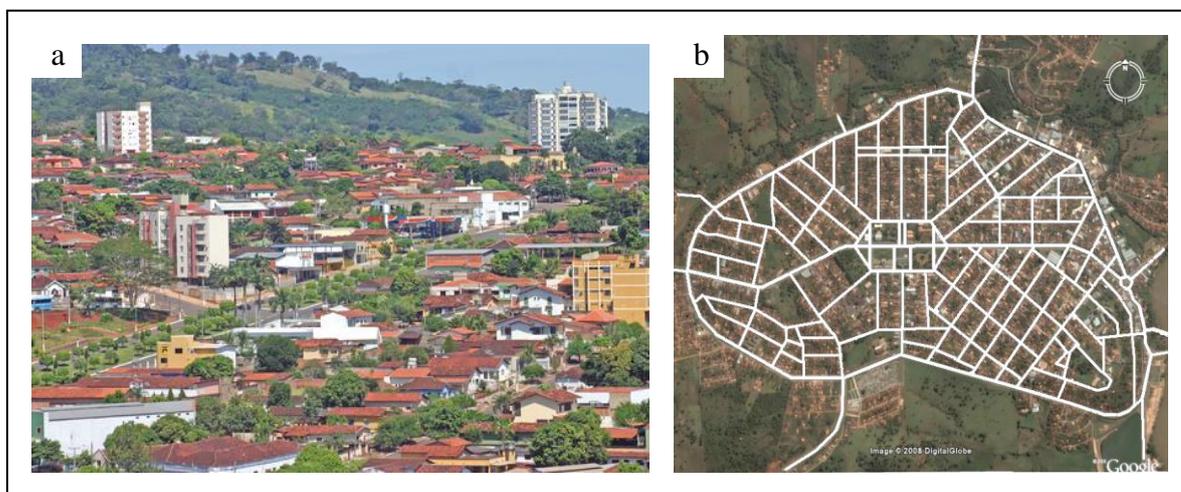


Figura 6: (a) Paisagem de Ceres. (b) Planta Urbana  
Fonte: Image2008-DigitalGlobe

Ao observar a imagem “a” da figura 6 o horizonte da cidade revela essa declividade. Ela também existe em Rialma e faz com que as duas cidades estejam voltadas uma para a outra. Já a imagem “b” apresenta a planta da cidade. É possível observar as ruas bem delineadas e todas voltadas para a praça central. Mas o que explica uma cidade ter sido planejada em uma localidade com relevo irregular em um período que se

valorizava a planura? A análise da formação territorial nos mostrará que isso decorreu, dentre outros motivos, por dois fatores principais: primeiro, pelas políticas nacionais de Getúlio Vargas, que vieram a culminar com projetos como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG, em que se estabeleceu uma infra-estrutura urbana planejada e de suporte para a produção regional; segundo, pelas condições de produção e ocupação daquele momento, que demandava solos férteis e áreas ricas em água. A região do Mato Grosso Goiano forneceu essas condições. Algumas localidades dessa região, como o vale do Rio das Almas, onde se localiza o Núcleo Urbano Ceres/Rialma, possui relevo irregular. Portanto, o sítio urbano de Ceres é um registro do modo de ocupação que ocorreu no período da CANG. E o Mato Grosso Goiano (atual Centro Goiano) ainda é um símbolo da modernização que ocorreu naquele período.

Além das ruas e avenidas largas em relevo irregular, também são emblemáticas algumas edificações bastante expressivas na paisagem da cidade, como os edifícios, as torres de igrejas (grande maioria protestantes), a estátua do Cristo Redentor no alto da cidade, as duas pontes sobre o Rio das Almas, algumas edificações de instituições públicas (como a Prefeitura, o Palácio da Justiça e o Colégio Imaculada Conceição) e a praça cívica (figura 7).

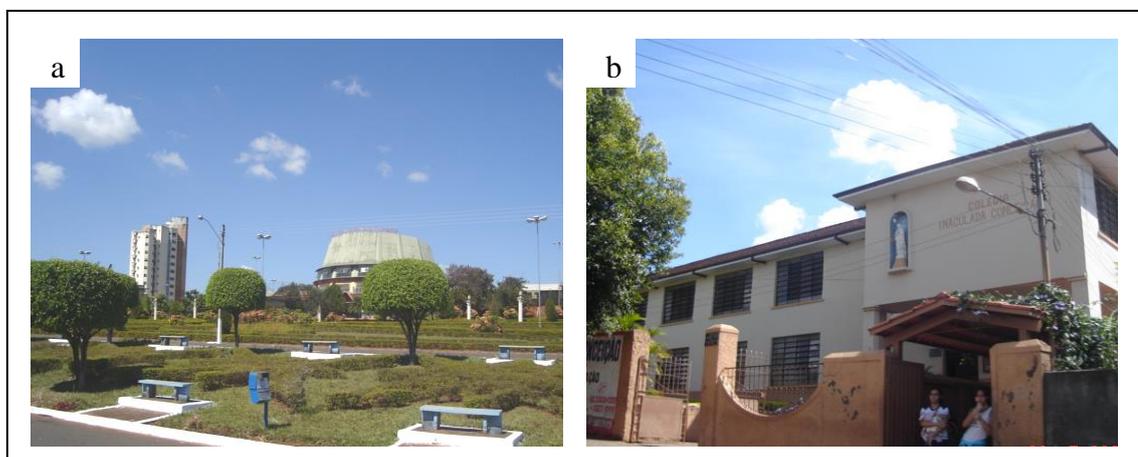


Figura 7: (a) Praça Cívica. (b) Colégio Imaculada Conceição. Ceres.  
Autor: Castilho (2008).

Apesar dos edifícios, das ruas e avenidas largas, da estátua do Cristo Redentor, etc, são as instituições de serviços que desempenham importantes papéis na paisagem de Ceres. Aqui podemos mencionar o centro comercial, que concentra grande parte dos 317 estabelecimentos do comércio varejista da cidade (SEPLAN, 2007). Também concentra

clínicas de saúde, estabelecimentos bancários (como o Banco do Brasil S.A, o Bando Itaú S.A, a Caixa Econômica Federal e o Bradesco S.A.), escolas públicas e particulares, universidades, instituições de serviços públicos e hospitais (figura 8).



Figura 8: (a) Center Shopping. (b) Hospital Bom Jesus. Ceres.  
Autor: Castilho (2008).

O Produto Interno Bruto – PIB de Ceres foi, em 2005, 126.889 mil reais. Desse total o valor adicionado no serviço foi de 91.319 mil reais, o que corresponde a 72 % do total. O valor adicionado na agropecuária representou apenas 6.520 mil reais (5%), e a indústria 15.801 mil reais (12%). Em Goiás, o valor adicionado nos serviços correspondeu, em 2005, a 60,67%. Na indústria o percentual foi de 25,97% e da agropecuária, 13,36%. Ou seja, a grande maioria das cidades goianas têm a maior parte do valor do PIB adicionado nos serviços, mas o valor adicionado na agropecuária também é emblemático. No entanto, esse percentual em Ceres é um caso peculiar, já que o valor adicionado nos serviços supera em grande proporção o valor adicionado na agropecuária e na indústria. A estrutura latifundiária de Ceres é baseada na pequena propriedade (tabela 1).

Tabela 1 – Ceres: Estrutura fundiária (2003)

Propriedade	Quantidade	Área total (há)	%
Pequena (0 a 80 ha)	613	13.217,70	57,78
Média (> 80 a 300 há)	59	8.288,90	36,23
Grande (> de 300 ha)	3	1.367,90	5,97

Fonte: INCRA

Elaboração: Castilho, D.

Para efeitos de comparação, enquanto 57,78% da área de Ceres são de pequenas propriedades, em Goiás corresponde apenas a 16%. Nessa Unidade da Federação, dos 30.956.930,40 ha de área, 29% são de médias propriedades e 54%, de grandes propriedades. No município de Ceres a área das grandes propriedades se restringe aos 5,97%, enquanto que as médias aparecem com 36,23%.

Essa grande porcentagem de pequenas propriedades está ligada a formação territorial, principalmente no período da CANG, onde os lotes doados aos colonos não podiam passar de 32 hectares. Apesar de muito desses lotes terem sido vendidos aos grandes latifundiários da região, a quantidade de pequenas propriedades ainda é emblemática. Importante ressaltar que, além das questões políticas, históricas e sócio-econômicas, a topografia do município também explica a presença significativa dessas pequenas propriedades, já que 50% do município de Ceres têm topografia ondulada, 45% montanhosa e apenas 5% plana.

Também é importante lembrar que a área do município se restringe aos 213,497 km<sup>2</sup>. Decorre disso uma produção agropecuária inexpressiva diante de outros municípios da microrregião. Por exemplo, a produção de cana-de-açúcar de Ceres em 2007 foi de apenas 76.500 toneladas. Municípios como Carmo do Rio Verde, Hidrolina e Ipiranga de Goiás tiveram 525.000, 100.375 e 264.000 toneladas, respectivamente.

Portanto, é evidente que os serviços alocados na área urbana, em proporção a outras atividades econômicas, são alicerces da economia de Ceres. A quantidade de habitantes desse município reforça a proeminência urbana, já que 95,2% residem na cidade. Para efeitos de comparação, a população urbana da Microrregião de Ceres é de 175.586, correspondendo a 81,3 % do total.

Grande parte dos consumidores da região vão a Ceres em busca dos serviços de saúde e educação. É por isso que afirmamos que esses serviços desempenham papéis substanciais na dinâmica econômica de Ceres. Isso porque são mais visados, procurados e ligados à influência que essa cidade exerce no âmbito regional. Isso significa que a paisagem de Ceres (com suas instituições de serviços) tem um sentido regional, o que explica a expressão no título desse tópico “região que se cultiva”. Isto é, o urbano de Ceres tem a expressividade do setor de serviços. Mas a região é agrícola. Portanto, a palavra “cultiva”, aqui, tem dois sentidos: primeiro, que Ceres “cultiva” a região, pois depende dela para dinamizar sua economia. Segundo, que nessa região se cultivam produtos agrícolas, como a cana-de-açúcar, arroz, milho, melancia, etc, que proporcionam uma

significativa circulação de capital pela região e a sua drenagem para Ceres. Por isso, é uma função dessa cidade “cultivar a sua região”.

#### 1.4 Paisagem de Rialma: “daqui se vê Ceres”

Rialma também tem uma porcentagem de população urbana acima da média da microrregião de Ceres. Dos 10.485 habitantes, 9.292 residem na área urbana (88,6%) e 1.193 habitantes na área rural (11,4%). A área do município de Rialma, que possui 268,958 km<sup>2</sup>, é maior que a área do município de Ceres (213,497 km<sup>2</sup>). Ou seja, o fato da porcentagem da população urbana de Rialma ser menor que Ceres, deve-se, além do tamanho do núcleo urbano, também à extensão da área municipal. Entre os anos de 2000 e 2007 Rialma registrou uma pequena taxa de crescimento, 0,38% (gráfico 2). Na realidade, tanto Rialma como Ceres acompanham uma tendência da porção Norte de Goiás: de perder população para Goiânia, Brasília, Anápolis e até mesmo para o Exterior (CHAVEIRO, CALAÇA e REZENDE, 2009). Isso reflete no pequeno crescimento e até mesmo na diminuição da população de muitos municípios, o que evidencia uma certa estagnação ou sedentarização populacional.

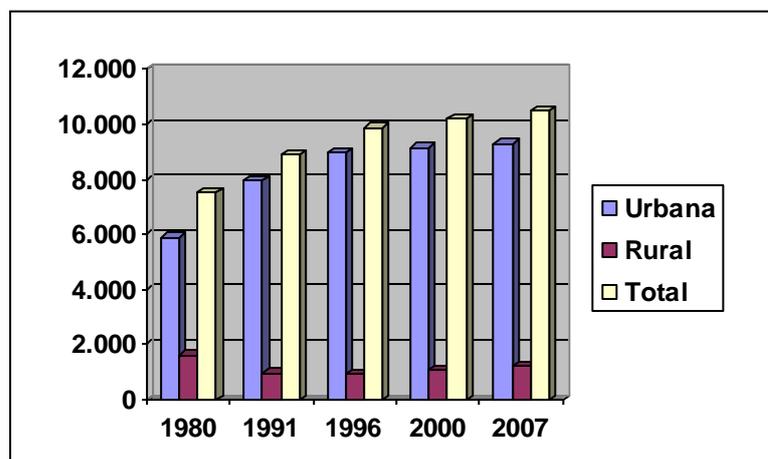


Gráfico 2: População de Rialma – 1980-2007  
Fonte: IBGE

Os municípios que fazem fronteira com Rialma são Nova Glória ao Norte, Rianápolis e Uruana ao Sul, Ceres e Carmo do Rio Verde ao leste e Santa Isabel ao oeste. Os principais acessos se dão pela BR-153 e GO-154.

É uma cidade que se volta à Ceres. Nesse sentido, o fato de Rialma ver Ceres significa algo além do aparente, mas da dinâmica socioeconômica desempenhada pelas

duas cidades. Dizer que “daqui se vê Ceres” traz também o sentido da dependência de Rialma para com Ceres. No entanto, como afirmamos anteriormente, essas duas cidades desempenham uma relação de interdependência, já que Ceres também depende de Rialma.

A paisagem de Rialma possui menos equipamentos urbanos. Recorrente a isso nota-se um grande número de residências. São aproximadamente 2.861 domicílios particulares (SEPLAN, 2000). A cidade possui 139 estabelecimentos comerciais do comércio varejista, como lojas, restaurantes, bares, etc. E grande parte deles estão concentrados na Avenida Bernardo Sayão, o que traz um contraste entre essa avenida e o restante da cidade (figura 9).

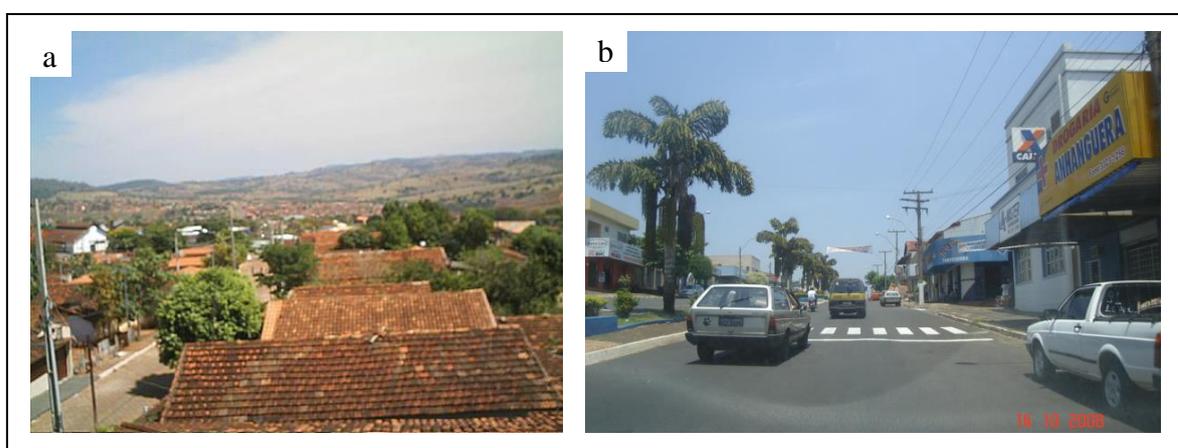


Figura 9: (a) Área residencial (b) Avenida Bernardo Sayão. Rialma.  
Autor: Castilho (2008).

Rialma tem uma tradição desde o período da CANG de concentrar grande parte dos estabelecimentos de diversão do Núcleo Ceres/Rialma, como bares, lanchonetes, casas de shows, etc. E isso é verificado na avenida principal, Bernardo Sayão.

A cidade possui um hospital público municipal, oito escolas, estabelecimentos de serviços públicos entre outros equipamentos comuns. Mas além da expressividade da Avenida Bernardo Sayão, há também empresas alocadas na área urbana de Rialma, como a Nestle e a distribuidora de refrescos Saborelle. Soma-se a isso alguns equipamentos localizados às margens da BR-153, como mecânicas, borracharias, hotéis, postos de combustíveis, etc. Contudo, o símbolo mais emblemático de sua paisagem é a igreja católica (figura 10). Isso se repete na grande maioria das pequenas cidades goianas, onde a Igreja Católica assume papel expressivo na paisagem. Sabe também que o número de Igrejas protestantes é crescente, o que reforça a expressividade do cristianismo como um todo. Por exemplo, em Ceres é visível o grande número de igrejas protestantes, que existe

desde o surgimento da cidade.<sup>3</sup> Mesmo assim, a igreja Católica é que vai desempenhar papel emblemático na paisagem de Rialma<sup>4</sup>.

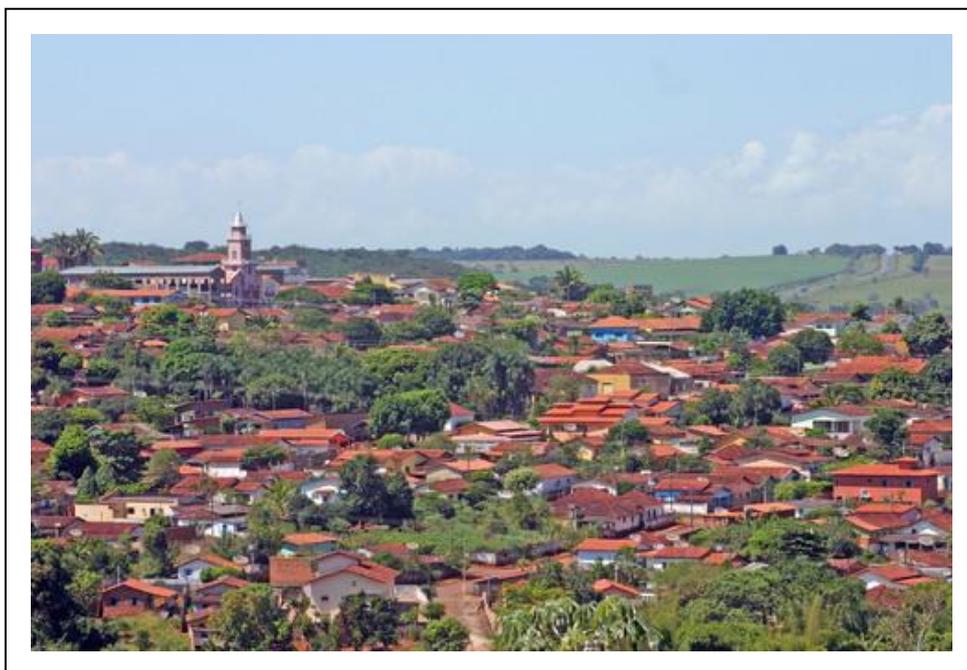


Figura 10: Paisagem de Rialma e a Igreja Católica  
Fonte: Image2008-DigitalGlobe

Outro símbolo da paisagem de Rialma, também expressivo para Ceres, é o Rio das Almas, mencionado anteriormente. O próprio nome de Rialma vem desse rio, que é parte integrante da paisagem urbana de ambas as cidades que o margeiam. Ele indica que o Núcleo Urbano que se desenvolveu em suas margens nasceu a partir de sua riqueza hídrica e das condições ambientais da região. Ou seja, isso nos indica que Ceres é filha da política nacional de Getúlio Vargas e que Rialma nasceu como consequência de uma segregação. Mas também são filhas do Rio das Almas e da expansão do antigo “Mato Grosso Goiano”.

Portanto, alguns símbolos típicos da região fisiográfica do Mato Grosso Goiano<sup>5</sup> (principalmente aqueles “naturais”), ainda fazem parte do cenário dessa localidade, dando uma tonalidade do que essa paisagem já representou para a economia da região. São vales

---

<sup>3</sup> Antes da instalação da CANG já existiam manifestações religiosas naquela localidade, o que veio a culminar com a construção de Igrejas protestantes e católicas já no início da criação da Colônia.

<sup>4</sup> Além da divisão político-administrativa de Rialma e Ceres, há também uma divisão entre as igrejas católicas dos dois municípios. Isso porque Ceres pertence à Diocese da Cidade de Goiás e Rialma à Diocese de Uruaçu. Conforme Pessoa (1999) a primeira tem uma história de ligação com movimentos sociais e de esforços para renovação. Já a Diocese de Uruaçu é mais conservadora. Portanto, essa divisão gera um conflito de identidade religiosa e até mesmo uma vigilância e disputa de poder entre ambas.

<sup>5</sup> Para Faissol (1952), a designação Mato Grosso Goiano é antiga. Remete, devido as paisagens de matas que cobria grande parte dessa zona fisiográfica, ao conhecimento popular mas também aos relatos de viajantes naturalistas como Saint-Hilaire.

e morros com matas e pastagens vistos de todas as partes tanto de Rialma como de Ceres (figura 11).

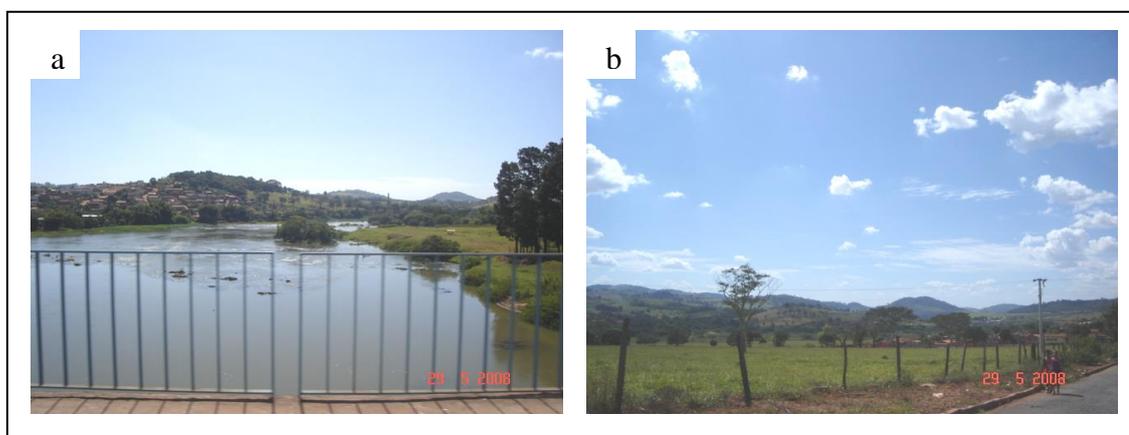


Figura 11: (a) Rio das Almas. (b) Paisagem do município de Rialma  
Autor: Castilho (2008).

Pequenas porções de terras aradas e gado bovino pelos pastos também são vistos à distância.<sup>6</sup> Trata-se de um cenário típico do “Vale do São Patrício”, que também compreende o antigo “Mato Grosso Goiano” (hoje Centro Goiano), estudado por Faissol (1952), França (1985) e Teixeira Neto (2002).

Conforme Faissol (1952,p7), o Mato Grosso de Goiás é

uma extensa região florestal situada a parte centro-sul do Estado de Goiás [...] Ela começa nas proximidades da cidade de Anápolis e continua para oeste até a base da Serra Dourada, na região do Córrego do Ouro. No sentido Norte-Sul, vai das proximidades de Goiânia até um pouco ao norte de Itapaci, Anicuns, Goiás, Mataúna e Itaberaí.

Em qualquer lugar de Rialma ou de Ceres, essas paisagens (de morros verdes, pastagens e fragmentos de matas) chamam a atenção. Eles possibilitam alguns questionamentos e até hipóteses do porquê que Rialma e Ceres estão ali. Importante ressaltar que os símbolos do Mato Grosso Goiano não se restringem aos aspectos naturais, mas sobretudo, aos aspectos políticos, culturais e simbólicos.

Além de compreender uma grande área do território goiano (quase se confundindo com a atual Mesorregião Centro Goiano), o Mato Grosso Goiano é a região mais dinâmica, povoada e rica de Goiás. Conforme Gomes; Teixeira Neto & Barbosa,

---

<sup>6</sup> Atualmente a cana-de-açúcar também compõe as paisagens rurais, evidenciando a tendência econômica da região.

Ao utilizar o nome Mato Grosso Goiano para designar a região mais central de Goiás – atualmente desdobrada, com algumas modificações, em cinco microrregiões, o fizemos levando em conta tanto o seu caráter histórico (ela é assim chamada desde a chegada dos primeiros bandeirantes que descobriram Goiás) como a presença da grande floresta estacional decidual (floresta tropical) que a cobria originalmente [...]. ela é, pela sua homogeneidade pedológica e pela sua extensão, a mais significativa placa de solos de boa fertilidade natural que existe em todo o estado de Goiás e se constituiu no mais autêntico pólo de atração das populações migrantes que se dirigiram ao centro-sul goiano a partir de meados do século XIX. No século XX, ela se tornou a mais importante e dinâmica região pioneira do Centro-Oeste do Brasil [...] ela foi também objeto de uma política de expansão da fronteira agrícola, demográfica e econômica adotada por Getúlio Vargas nos anos revolucionários de 30 – a Marcha para o Oeste - , que teve como consequência imediata a criação de Goiânia e a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) no vale do Rio São Patrício, em que a cidade de Ceres funcionou como base local de comando das ações políticas e materiais de ocupação e organização do espaço [...] O Mato Grosso Goiano como um todo é, sob todos os aspectos, a região mais dinâmica, a mais rica, a mais urbanizada e povoada de todas as regiões do estado de Goiás. (p. 125, 2005).

Os autores ainda afirmam que no período da divisão do território goiano-tocantinense em novas microrregiões, o IBGE, ao classificar a zona fisiográfica do Mato Grosso Goiano em mesorregião com nome de Centro Goiano, foram incluídos alguns municípios que antes pertenciam à antiga microrregião de Meia-Ponte, como Aparecida de Goiânia, Bela Vista, Guapó, Hidrolândia e Aragoiânia. A figura 12 mostra a localização geográfica do Mato Grosso Goiano em 1955.

O Mato Grosso Goiano, mesmo que agora denominado de Centro Goiano, ainda se faz presente. Mas houveram transformações tanto das fronteiras como das dinâmicas socioespaciais no interior dessa região. No caso de Rialma e Ceres, as formas urbanas já compõem os arredores dos “morros férteis”. As paisagens “do Mato Grosso Goiano”, hoje, são pintadas por ruas, avenidas, estradas, plantações, rodovias, equipamentos e um movimento que, portanto, lhes dão sentido territorial.

## Goiás: Mato Grosso Goiano (1955)

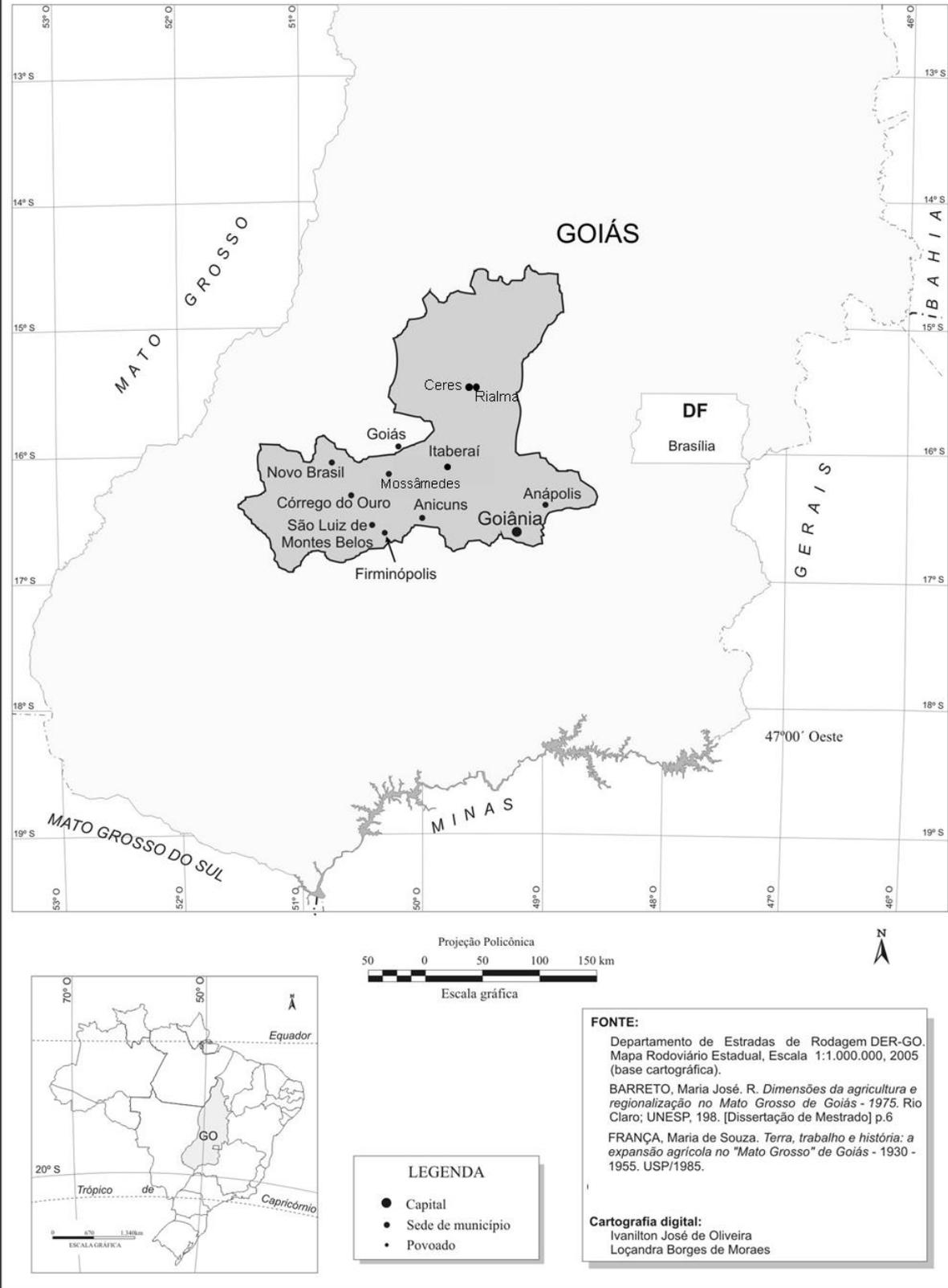


Figura 12: Localização da antiga Zona Fisiográfica do Mato Grosso Goiano (1955)

Estando em qualquer lugar das duas cidades, apesar das diferenças, é fácil notar ruas, igrejas, praças, avenidas, prédios, instituições de serviços públicos, empresas, etc. Mas chamam a atenção quatro elementos: o Rio das Almas, o aparelho terciário, a BR-153 e as paisagens rurais, típicas do Mato Grosso Goiano que, por ser uma mesorregião (hoje, o Centro-Goiano), inclui também os anteriores. São a partir desses elementos que desdobraremos este estudo e que procuraremos entender o sentido da transformação da paisagem, desde os tempos da Colônia Agrícola de Goiás, até a primeira década do século XXI. Isso porque a paisagem nos tem algo a dizer, e ela nos apresentou os elementos que, por enquanto, dão as tonalidades de Rialma e Ceres, ou, em outros termos, a unidade desses municípios na diversidade.

### **1.5 Paisagens em transição: muda o quê?**

Apesar de estar no plano formal; apesar de ser uma instância aparente do espaço, é um desafio entender a paisagem a partir das transformações correntes. Aliás, esse é um desafio dos estudiosos do espaço: compreendê-lo a partir da ação, da produção e, portanto, das relações sociais de produção.

Como pontuou Santos,

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos (1988, p.66).

A paisagem de Ceres/Rialma, além de estar em transição, guarda três importantes períodos que marcaram o território goiano: primeiro, as políticas de Getúlio Vargas em meados do século XX. Segundo, as políticas e programas na década de 1970 e, terceiro, com a configuração territorial evidenciada na passagem do século XX para o XXI.

Os dois primeiros são divididos pelas transformações socioespaciais verificadas no desenvolvimento de Ceres/Rialma, que serão apresentados no segundo capítulo. O terceiro período (que chamamos, nos termos de Santos (1996), de história do presente ou tempo espacial) será discutido no terceiro capítulo. Conforme França (1985), o Mato Grosso Goiano foi a primeira região a receber a modernização em Goiás. Pelas transformações ocorridas no território goiano no período entre as décadas de 1920 e 1950, incorre-se na

explicação de uma primeira modernização nesta unidade da federação. Todavia, preferimos referir a um importante período ou fase, já que a modernização que ocorreu e ocorre em Goiás é um processo de ampliação do atual modo de produção pelos lugares. Portanto, trata-se de um único processo que pode ser periodizado e/ou regionalizado conforme as alterações nos meios de produção que marcaram fortes transformações nos modos de lidar com a terra e nas formas de organizar o território. Por isso, os períodos de 1920-50 e 1960-80, na verdade foram importantes do ponto de vista das transformações socioespaciais do território goiano.

A CANG foi um exemplo claro desse processo. Ceres/Rialma, nesse momento, pelo significado trazido àquele espaço, se constituíram enquanto fronteiras agrícolas. Já o período que marcou a década de 1970 trouxe novos conteúdos ao território, alterando o seu sentido e a divisão territorial do trabalho. Foi, portanto, que Ceres/Rialma passou por um processo de transformação ou pelo que preferimos dizer (re)funcionalização.

O fato é que, diante do declínio das pequenas propriedades advindas da CANG, os serviços urbanos ganharam impulso, o que decorreu da dinamização pelos atores sociais locais. E na medida em que a região foi se desenvolvendo (estradas, infra-estrutura, emancipação de municípios, etc), Ceres/Rialma assumiu posição privilegiada na região. E a inserção no território pelos serviços deu um sentido específico à cidade. Isto é, na medida em que as lógicas “de fora” (da mundialização) foram alteradas, alteraram-se também as lógicas “de dentro” (dos municípios).

Esse processo traz à paisagem o sentido da transição, isso por que, de acordo com Santos (1988), a paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança, “é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” (SANTOS, 1988, p.68). Portanto, apesar de estar no plano formal, a paisagem é o resultado do território em movimento. É por isso que os diferentes períodos trazem novos sentidos à paisagem – novas formas, novas aparências.

Com essa perspectiva, estamos considerando a *ação*. A transição, nesse sentido, é o resultado da expansão e ampliação da reprodução das relações sociais de produção. Isto é, no modo de produção capitalista o “novo” existe, mas existe para propiciar a efetivação da modernização e da criação das condições para a reprodução do capital.

Santos (1988) comenta que o espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. Para este geógrafo, o espaço é que contém o movimento. A paisagem seria a materialização de um instante da sociedade. No entanto, preferimos considerá-la como

dimensão formal de um processo que, portanto, está em transição. O espaço contém o movimento, a paisagem representa o instante, mas também dimensiona tal movimento em formas de transição. Ela, nesse sentido, apesar de representar o instante, o formal, o momentâneo, também está em movimento – o que não é verídico pela via de sua instância principal: o aparente. É por isso que ela também pode ser considerada como máscara. O movimento está no plano abstrato. Mas ele, o movimento, só ocorre via materialização. É, portanto, que a forma espacial, apesar de ser registro de um instante, também muda. Por isso, por outro lado, concordando com Santos (1988, p.72), “paisagem e espaço são um par dialético”.

Como consequência do processo de modernização (que é a expansão e/ou territorialização do capitalismo pelos lugares) ela está em transição – aqui o novo (ou a inovação dos instrumentos de produção) é a condição para a reprodução do capital. Mas no sentido ideológico, ela age como resistência. Isto é, no sentido de uma mudança na estrutura de classes, a paisagem “aparentemente e/ou ilusoriamente muda” – aqui a mudança é uma possibilidade e o novo, uma utopia. Portanto, o que é, afinal de contas, a paisagem? Qual a sua natureza no período contemporâneo? Que significado ela tem em tempos de mudanças radicais e onde o novo se configura como uma espécie de tinta suprema? Essas questões nos remetem a um desafio: entender a natureza e o significado da paisagem no processo que coloca o território em movimento.

## **1.6 Significado da Paisagem de Ceres/Rialma**

Os elementos levantados nos tópicos acima nos possibilitam refletir sobre o significado da paisagem de Ceres/Rialma. O debate acerca de tais elementos é de fundamental importância para que, assim, possamos falar sobre a formação territorial e a dinâmica socioespacial de Ceres e Rialma.

As discussões nos mostram que a paisagem, do ponto de vista metodológico, é o primeiro momento da análise sobre Ceres/Rialma. Santos (1988, p. 61), afirma que paisagem é tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. “Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes (as formas), mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.”

Mas a paisagem é mais que isso. Ela é a categoria do sensório (SANTOS, 2004). Sendo assim, na sociedade contemporânea a paisagem acaba por mascarar os fundamentos

do território. Isto é, aquilo apresentado pela forma ou pelo primeiro momento da investigação, pode estar mascarando um dado sentido social (tanto naquilo que se percebe como na maneira alienada de perceber). A partir de Debord (1997), podemos dizer que isso ocorre porque a paisagem vem confundir a verdadeira essência do espaço devido à espetacularização que a sociedade capitalista faz dele.

Por estar no nível do aparente e do formal, a paisagem acaba por esconder algumas tramas espaciais (como as próprias relações de poder). Ou seja, ao mesmo tempo em que ela é fruto dessas relações, ela as esconde. Mesmo assim ela é um passo importante para a compreensão de um determinado fenômeno, até porque trata-se de uma dimensão pela qual o espaço existe.

Ela, nesse sentido, é o conjunto formado pelos objetos e suas disposições, pelos sons e odores, pelas pessoas e seus movimentos. Por conseguinte, Cavalcanti (2001) diz que é através da observação atenta e criteriosa da paisagem que se obtém pistas para a compreensão do espaço. Outra questão que envolve a paisagem, é o fato dela estar ligada, também, à dimensão perceptível dos sujeitos sociais. O significado do que se vê depende da cultura de quem observa ou analisa, do ângulo do olhar e das maneiras de perceber. Aqui podemos falar do senso espacial, ou do que Fabregat (2006) chama de “mapa cognitivo”, que é construído a partir da relação dos sujeitos sociais com os lugares ou com os fenômenos.

Santos (2004) afirma que a imagem se torna mapa a partir da representação e do discurso. Isto é, o mapa não é apenas um *signo* (um objeto ou uma carta topográfica), mas também um *significado*. Ele é uma linguagem, mas também uma expressão da maneira como os sujeitos se localizam, se distribuem e se espacializam a partir das relações sociais. Dai há que se considerar as variáveis *deslocamento, percurso pela cidade e codificação*. O processo de mapeamento mental desdobrará um determinado comportamento ou senso espacial. E a paisagem tem um papel fundamental nesse processo, já que desempenha um elo entre o sujeito social e o sensorio qualificado. Mas a aparência não traz explicito as tramas sociais. Pelo contrário, a paisagem – por sua representação, é constituída pela ideologia, que também vai moldar a percepção daqueles que vão se relacionar com os lugares e com as pessoas. Conclui-se, portanto, que a paisagem, enquanto dimensão aparente do espaço capitalista, propicia um determinado comportamento baseado na dominação e dissipação da ideologia dominante. Além do que, conforme Santos (1996), a ideologia não pode apenas ser vista em termos puramente subjetivos, mas também a partir de sua realidade concreta. Ela produz símbolos criados para fazer parte da vida real e que

frequentemente tomam a forma de objetos maquiados e que camuflam a essência das relações e/ou as tramas de poder (figura 13).

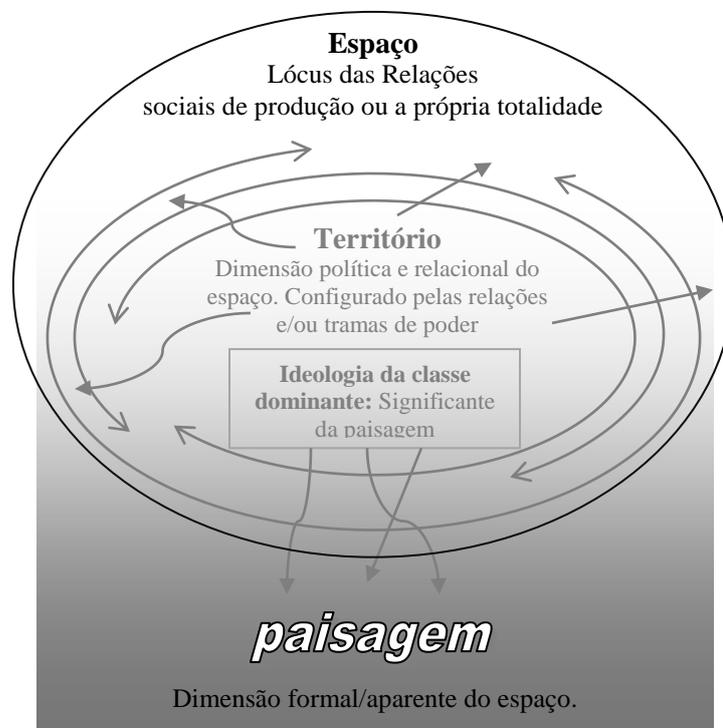


Figura 13: As dimensões do Espaço  
Autor: Castilho (2008).

A ideologia, além de influenciar a composição da paisagem, é também o seu significante. Conforme Santos (1996,p.127) “a ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real. Sendo, na origem, um real abstrato, cada vez mais se manifesta como real concreto, na medida em que a vida social se complica.”

A figura 13 mostra a paisagem como resultado aparente de um processo que envolve um complexo campo de relações de poder. No entanto, observe que ela se sobrepõe ao território no propósito de esconder as tramas de poder. Isto é, pela paisagem, não se vê, de maneira clara, o que se passa pelo território, que é a dimensão política do espaço. Portanto, a paisagem parece cumprir a função, além de aparentar, de sobrepôr o sentido do território. É por isso que na figura a paisagem aparece mais elegante (maquiada) e sobreposta ao território.

Segundo Santos,

A paisagem é materialidade, formada por objetos materiais e não-materiais. A vida é sinônimo de relações sociais, e estas não são possíveis sem a materialidade, a qual fixa relações sociais do passado. Logo, a materialidade construída vai ser fonte de relações sociais, que também se dão por intermédio dos objetos. Estes podem ser sujeitos de diferentes relações sociais (1988,p.71).

Apesar de ser fruto das relações sociais de produção, a paisagem pode confundir tais relações (que envolve exploração de classe). Assim, cumpre o papel de reproduzir a ideologia e de, portanto, possibilitar a dominação de uma classe sobre outras. Por isso, identificar os fundamentos do território é outro passo que nos lança para além da paisagem. Assim, tentamos evidenciar, por meio da figura 13, dois pressupostos. Primeiro, que a paisagem é uma dimensão do espaço: o aparente, o formal, etc. Segundo, que ela é uma expressão da reprodução das relações sociais de produção, sendo o seu conteúdo bem como as percepções dos sujeitos sociais, fundamentados pelo padrão ideológico.

A espetacularização social do ponto de vista espacial, portanto, se efetiva na paisagem. A sociedade do espetáculo, conforme Debord (1997), valoriza a aparência a ponto dela substituir o real. A paisagem, nesse sentido, é sedutora, uma prisão.

Em Ceres/Rialma não é diferente. A sua paisagem é uma dimensão das relações sociais que são estabelecidas na cidade e região. É o resultado das tramas de poder e das relações sociais de produção e dominação que ali se estabelecem. Nesse contexto podemos trazer algumas palavras de Cavalcanti (1998), que afirma ser importante entender que na relação com a realidade, o sujeito social obtém representações através de diferentes maneiras. Dai entram os conceitos, os valores, as convicções, as imagens, etc. Isso significa que a realidade, além de nos chegar pelos conceitos, o é também pelas imagens e símbolos espaciais, etc.

Até aqui o nosso esforço foi dizer sobre o papel que a paisagem cumpre nas relações sociais de Ceres/Rialma. Por isso é que explicaremos, adiante, os períodos que proporcionaram importantes transformações desses municípios. Explicaremos também que eles vêm alterar o quadro socioespacial da região, nos indicando “paisagens em transição”. Mas analisá-las é mais complexo do que simplesmente vê-las e percebê-las. Assim, como trabalhamos em Castilho (2007), há uma diferenciação na consideração da paisagem: enquanto dimensão de um espaço (categoria do real – materialidade concreta), enquanto dimensão perceptível ligada à subjetividade dos sujeitos sociais (plano abstrato) e enquanto importante momento da análise geográfica (categoria conceitual - metodológica).

A paisagem de Ceres/Rialma é a dimensão aparente de sua dinâmica socioespacial. É algo que nos traz indagações e que nos apresenta os municípios pelo primeiro momento de nossa investigação. É uma dimensão do perceptível, mas também é um produto das relações de dominação. Se o processo de modernização transformou a divisão territorial do trabalho na Microrregião de Ceres, onde alguns municípios se especializaram (como Goianésia na produção agrícola e Ceres na oferta de serviços de saúde), alguns atores se beneficiaram disso. Em contrapartida, há os sujeitos que foram explorados nesse processo, segregados e que se constituem como consequência de uma modernização desigual.

A paisagem, por fim, sendo a própria ideologia materializada, é fruto de um processo que envolve exploração de classe. Compreender os seus fundamentos envolve uma discussão política; uma análise mais criteriosa. Começando pela formação de Ceres/Rialma no contexto do território goiano, para assim, analisarmos a sua dinâmica socioespacial.

## **CAPÍTULO II**

---

### **A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO E A FORMAÇÃO DE CERES E RIALMA: O papel da CANG**



## **2.1 A modernização do território: o espaço, um guardião de tempos**

O espaço é um guardião de tempos, por isso é histórico (CASTILHO, 2007). Para Santos (1988, p. 26), ele “não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade mediatizadas pelo trabalho”.

Para Bourdin (2001,p.41), “o passado pesa de maneira determinante sobre o presente”. Uma formação socioespacial, como Ceres/Rialma, provém de processos: construção, reconstrução, dinamização e significação por diferentes grupos sociais. Por isso, o território é o ponto de encontro de temporalidades diferenciadas e também a soma de diferentes períodos (a história enquanto devir).

Conforme Santos (2002), o espaço também é uma dimensão do fenomênico no plano de sua forma – é uma dimensão das coisas que nos permite vê-las espacialmente. Ou seja, o que existe é uma espacialidade dos fenômenos, e compreendê-los é um passo primordial para entendermos o sentido da localização de determinadas relações sociais de produção.

Portanto, conforme o autor enunciado, a noção de espaço vem da sociedade. Ele é reinventado conforme a sociedade se reinventa: muda-se a sociedade, reinventa-se o espaço. Nesse sentido, fundamentados em Moreira (1987), podemos dizer que o sentido dos “territórios em movimento e das paisagens em transição” vem da história que se materializa em formas espaciais concretas.

Isso significa que a paisagem de Ceres/Rialma, apresentada no primeiro capítulo, guarda períodos distintos, já que é o registro formal da história. Contudo, como afirmamos, ela pode mascarar os tempos que fizeram dela a história presente. Isso ocorre porque o tempo espacial (que é a dinâmica recente e peculiar de cada localidade) urge ser hegemônico. E sua hegemonia é uma construção ideológica que decorre das relações

sociais de produção. Mas, conforme Santos (1996,p126) “ a realidade inclui a ideologia e a ideologia é também real”.

Resta-nos “vasculhar” esses tempos, pois são eles que nos possibilitarão compreender a atual dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma e seu novo papel na divisão territorial do trabalho. Aqui nos é lançado um desafio: falar de processos, mas também compreendê-los em outras escalas. É por isso que é necessário falar da modernização do território, já que ela nos fornecerá os elementos necessários para compreender o processo de formação de Ceres/Rialma. Isto é, se o espaço é um guardião de tempos, a sua compreensão passa pelo entendimento histórico de sua produção. No caso do território goiano também é assim: ele é produto da história da sociedade, e por isso, está em constante transformação.

Importante ressaltar que a análise de Goiás será feita na proposta de identificar os elementos necessários que montam o quadro da formação territorial de Ceres/Rialma, com início na Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG. Assim, partiremos do período de incorporação e inovação dos instrumentos de produção no território goiano pelo Mato Grosso Goiano (FRANÇA, 1985), que teve impulso com as incursões políticas de Getúlio Vargas de integração nacional.

Tendo isso em vista, houve dois períodos que concorreram para a produção e transformação de Ceres/Rialma. O primeiro foi estendido entre as décadas de 1930 e 1970 verificada no Mato Grosso Goiano e impulsionado pela criação de Goiânia e de projetos como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG. O segundo foi marcado pelas transformações na década de 1970, que teve como exemplos a consolidação de Brasília e de programas como o Polocentro vindo a culminar com a superação da população das cidades sobre aquelas residentes no campo. Em decorrência disso, podemos falar num terceiro período, mais recente (a partir do século XXI), que vem afirmar a continuidade das transformações deste território a partir de novas formas de apropriação: aumenta a intensidade dos conteúdos técnicos e virtuais assim como o poder da informação, mas também emerge o bioespaço (MOREIRA, 2006).

A biodiversidade, através da bioengenharia, ganha notoriedade e possibilidade de reprodução ampliada do capital. Também, a biogenética vem alterar o sentido da dinâmica demográfica. De acordo com Moreira (2006), se o processo de modernização proporcionou a transformação do território pela incorporação do que Milton Santos chamou de meio técnico-científico-informacional, podemos acrescentar, conforme o novo contexto que se

apresenta, um novo termo: o bioespaço e/ou o meio-técnico-científico e bioengenharial (MOREIRA, 2006).

Conforme Chaveiro, Calaça e Rezende (2009), “para compreender a relação das mudanças demográficas com as transformações territoriais é necessário olhar Goiás em dois períodos: Goiás de 1930 até 1970 e outro Goiás a partir de 1970”,

O primeiro período se refere ao Goiás das políticas expansionistas (Construção de Goiânia, Marcha para Oeste, CANG, os Planos Rodoviários, etc.) que se delineia dos anos trinta até final de sessenta, do século XX. Esse período pode ser alcunhado de antecipação da modernização conservadora. Já o segundo período, principalmente após setenta, representa um outro Goiás, amparado por uma infra-estrutura consolidada (rodovias, energia elétrica, comunicação) mas cindido (separação de Tocantins)<sup>7</sup>; um Goiás que sofre influência da construção de Brasília; um território com uma modernização conservadora que se articula à economia nacional e se prepara para, posteriormente, se aglutinar à economia internacional (CHAVEIRO, CALAÇA e REZENDE, 2009, p.18-19).

A expansão do modo de produção capitalista pelos lugares caracteriza o que chamamos de modernização. Ou seja, trata-se de um processo que envolve a transformação do espaço no sentido da reprodução ampliada do capital. E este processo envolve, além dos meios de produção e da exploração de trabalho, as condições econômicas, políticas e culturais. É por isso que alguns períodos são emblemáticos no sentido das transformações, já que representaram esforços do Estado, de atores sociais e hegemônicos, sobretudo do capital internacional na constituição de um ambiente propício ao processo de expansão do capitalismo pelo território. No caso do território goiano trabalharemos, nesse capítulo, os dois períodos mencionados acima - de 1930 até 1970 e outro que teve início a partir de 1970. Já o período mais recente, onde se verifica uma reestruturação socioespacial do território, será trabalhado no terceiro capítulo.

### **2.1.1 Período de 1930 à 1970: regionalização do Mato Grosso Goiano e o papel das frentes pioneiras**

O Mato Grosso Goiano foi regionalizado a partir da expansão da reprodução do capital nacional em Goiás. A modernização que ocorreu a partir da década de 1930 deixa evidente que o foco daquele processo era montar uma estrutura no território goiano para a sua urbanização. Ou seja, a estratégia era trazer para essa Unidade da Federação as

---

<sup>7</sup> Tocantins: o estado de Goiás foi dividido efetivamente em 1989, na altura do paralelo 13, formando o Estado de Tocantins.

condições de reprodução do capital que ora se estabelecia no Brasil, principalmente com a indústria em São Paulo. Foi, portanto, que se verificaram no Mato Grosso Goiano fortes transformações nas formas de produção. Isso porque, até então havia o predomínio das frentes de expansão, que se caracterizavam pela busca de novas terras (matas) para a ocupação agrícola. Tratava-se de frentes que estavam sempre em movimento. As terras recém desmatadas garantiam fertilidade por um curto tempo. Com o “desgaste” do solo os agricultores migravam para novas áreas de matas. Conforme Martins (1997), essas frentes se localizavam numa zona intermediária entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica. A chegada da fronteira econômica resultou no encontro da frente de expansão com a frente pioneira (MARTINS, 1997).

Foi o que ocorreu no Mato Grosso Goiano, especificamente no Vale do São Patrício. Como afirma SILVA (2004, p. 72),

A chegada da fronteira econômica, impulsionada pelos processos de modernização por intermédio da ferrovia anapolina, da abertura de estradas, da chegada de um grande número de camponeses em busca de terra e de novas forças econômicas interessadas nas possibilidades advindas com o desenvolvimento regional. Segue-se a isso uma valorização da região em termos econômicos. É esta a dinâmica da chegada da frente pioneira.

Esse período da modernização em Goiás foi impulsionado pela sobreposição das frentes pioneiras sobre as frentes de expansão. Enquanto essas últimas, naquele período, conviviam com o tradicional, com a agricultura familiar de subsistência e pelo deslocamento constante, as primeiras já traziam conteúdos da urbanização, da fixação, da produção e da ocupação racional do espaço. Ou seja, as frentes pioneiras trouxeram consigo os discursos da modernização, inclusive novos valores culturais advindos da expansão do capital reprodutivo.

As frentes pioneiras, segundo Martins (1997), convidam e induzem a modernização. No caso goiano, a entrada e fixação dessas frentes pelo Mato Grosso Goiano – estabelecendo vínculos dessa região com São Paulo, foi um processo importante para a sua modernização. Isso trouxe impactos para todas as instâncias espaciais, no entanto, ela ocorreu principalmente no campo. Isso significa que houve uma modificação nas formas de ocupação e de produção da terra, o que acarretou fortes impactos na produção agrícola do arroz e do milho, que seriam as principais culturas daquele momento.

Esse período da modernização ocorreu nas décadas de 1920 e 1930, mas também culminou com projetos como a criação de Goiânia na década de 1930 e da Colônia

Agrícola Nacional de Goiás – CANG, na década de 1940. Antes disso, a ligação do território goiano com outras localidades teve papel primordial. Como é o caso da Estrada de Ferro no Sudeste Goiano, ligando às estações de Uberaba, Uberabinha e Araguari, que funcionavam como entreposto ao comércio goiano (BERTRAN, 1988). Conforme Arrais (2004) historicamente Goiás tem recebido pessoas de todo o Brasil, especialmente de Minas Gerais, da Bahia e do Maranhão, Estados que fazem fronteira com Goiás. Até 1930 as áreas mais populosas do Estado eram as de Catalão ao sul e de Tocantinópolis ao norte – hoje no Estado do Tocantins. Isso demonstra que as ocupações se davam pela migração de regiões fronteiriças, como de Minas Gerais ao sul e Maranhão e Bahia ao norte.

A partir de 1920 a dinâmica de ocupação teve novos rumos, principalmente pela interiorização da ferrovia. As ações provenientes do capitalismo emergente no oeste do país trouxeram resultados significativos. Em Goiás os trilhos avançaram por Goiandira (1912), Ipameri (1913), Pires do Rio (1922), Vianópolis (1921), Silvânia (1930) até alcançar Anápolis (1935), que se constituiu em importante centro cerealista, principalmente com o surto agrícola que veio a culminar, posteriormente, com a implantação da CANG (BERTRAN, 1988). Em 1910 a população de Anápolis era a décima nona do Estado, e em 1940 já era a segunda. Nesse período, essa cidade também adquiriu o perfil de principal centro regional do Estado.

A nova elite goiana, até então emergente, vendo a necessidade de infra-estrutura para a reprodução de seus domínios, permitiu a construção de estradas que ligassem à ferrovia, de modo que a expansão da produção avançasse por outras áreas do Estado, principalmente pelo Mato Grosso Goiano. A interiorização advinda do avanço da ferrovia até Anápolis e da abertura de estradas contribuíram para que novas formas de produção do capital se territorializassem no espaço goiano.

As fronteiras agrícolas favoreceram o aumento da produção de alimentos para atender a demanda da população urbana e, por outro lado, contribuiu para a reprodução do latifúndio e da agricultura tradicional no Centro-Oeste (BORGES, 2000, p.72).

Conforme França (1985), São Paulo teve influência direta nessa interiorização da modernização da agricultura em Goiás. Isso aconteceu com o objetivo de criar demanda para as indústrias paulistas, que produziam máquinas e insumos agrícolas. Naquele momento o papel do Brasil na economia mundial era fornecer matéria prima, e São Paulo cumpria função no fornecimento dos meios necessários para a interiorização da produção agrícola, que significava também o aumento da produção, a inserção do Brasil nos quadros da economia internacional e a ocupação pelo interior do país, que significava a integração

da economia nacional. O próprio interior paulista era, naquele momento (e ainda é), um território agrícola.

Ou seja, o Estado Brasileiro, naquele momento, capitalizou São Paulo para que ele fornecesse as condições de produção para o interior do país. Nesse sentido, conforme assinala França (1985), o Mato Grosso Goiano foi a primeira região goiana a manter relações com São Paulo. Segundo Bertran (1988), Goiás estava sendo descoberto pelo mercado brasileiro ou mais propriamente o sudeste brasileiro “transformava Goiás em um anexo de seu sistema produtivo, aquele cinturão marginal em que o fator de produção mais convocado era a própria terra, de que Goiás era farto” (p.81). Borges (2000) também afirma que a expansão da fronteira agrícola em Goiás ocorreu em consonância com as transformações estruturais na economia do Sudeste do país.

Por traz disso havia uma política que veio criar as condições necessárias de reprodução do capital pelo país e assim, da expansão do domínio das classes dominantes daquele período. Havia, então, o esforço de acabar com as frentes de expansão, que representavam formas tradicionais de produção, impedindo, assim, as modernas formas que se emergiam. Tratavam-se das políticas de expansão da fronteira agrícola, demográfica e econômica que ocorreram nas décadas de 1930 e 1940, período revolucionário chamado de “Marcha para o Oeste”, que teve como resultados imediatos a criação de Goiânia e da CANG (já citado anteriormente). Mas por que as políticas daquele momento se voltaram para a ocupação dos espaços ditos “vazios”?

O fato é que em meados da década de 1920, os povoamentos das frentes de expansão se apresentavam frágeis. E também, as principais áreas demográficas se localizavam na região servida pela estrada de ferro, na porção Sul do Estado, sendo, assim, restrita.

Apesar da ferrovia já ter sido implantada até Anápolis na década de 1940, as classes dominantes se preocupavam com os espaços onde não mantinham seus domínios. Ou seja, a falta de ordenamento ou do domínio do território nacional era um problema a ser enfrentado. E Goiás era um dos Estados menos ocupados.

Portanto, o avanço das fronteiras demográficas e econômicas fazia parte da ideologia do Estado Novo, num período que também ficou conhecido como revolução de 1930. A proposta seria buscar a coincidência das fronteiras econômicas e políticas (DAYRELL, 1974). Além de voltar-se para a segurança nacional, o Estado estaria disposto a expandir o seu domínio, constituindo assim o seu território.

Essas políticas contribuíram com as ocupações do Mato Grosso Goiano –

atualmente Centro Goiano. Segundo Arrais (2004, p.73), “a colonização do governo federal colaborou com o fluxo de migrantes, especialmente para a CANG, no atual município de Ceres, no vale do Rio São Patrício, a partir da década de 1940”. Em 1950 a população rural do Estado representava 79,78%, e a urbana apenas 20,22%. Mas esse quadro passou por fortes alterações, já que em 1960 a população rural caiu para 69,93%, e a urbana passou para 30,06%. Entre 1970 e 1980 a população urbana já era maior que a rural, como mostra o gráfico 3.

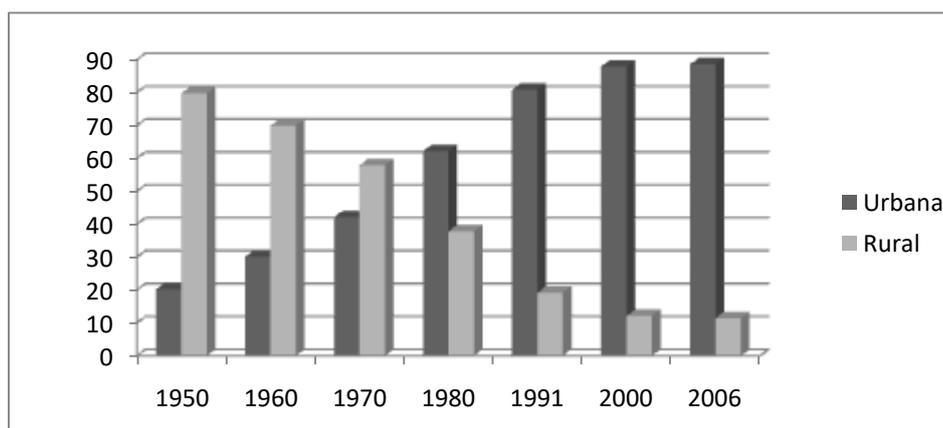


Gráfico 3 - Goiás: População Urbana e Rural (1950-1991).  
Fonte: IBGE

A população até a década de 1970 era predominantemente rural. Por conseguinte, os programas de desenvolvimento foram decisivos para o crescimento populacional de Goiás que decorreu, sobretudo, da migração. Por exemplo, conforme Teixeira Neto (2002) já em 1940, 70% dos 826.414 mil habitantes eram migrantes. Na década de 1950 houve um crescimento de 4,65% e a população ultrapassou um milhão de habitantes.

O aumento na população do Estado e as alterações nas formas de produção e das relações de trabalho foram impactos imediatos das políticas nacionais que, como já dissemos, representavam o esforço de integração política e econômica do território nacional, como também a inserção do Brasil na economia mundial, mas principalmente a reprodução das classes dominantes que se emergiam. A formação territorial de Ceres/Rialma está ligada a este contexto, que trouxe a esses municípios o perfil de fronteira agrícola. No entanto, o período que se inicia com as décadas de 1960 e 1970 veio a configurar novas dinâmicas, transformando, assim, o conteúdo socioespacial e o papel de Ceres/Rialma no contexto regional.

### **2.1.2 A década de 1970 em Goiás e os novos conteúdos socioespaciais**

Apesar de falarmos de dois períodos da modernização, reconhecemos que o “primeiro” foi suporte para o “segundo”, não estando, portanto, desligados um do outro. Também é certo que ambos os períodos foram processos que transformaram Goiás de modo a inseri-lo nos quadros da economia nacional e internacional. Assim, podemos falar de “um único processo” que veio a criar as condições para a “globalização dos lugares goianos”. No entanto, verificarmos que em cada período houve uma (re)funcionalização da dinâmica socioespacial de Goiás (alterando o sentido da diferenciação do território), o que nos faz considerar os dois períodos em suas relevâncias do ponto de vista das transformações espaciais.

Quando falamos do território goiano como um todo, reconhecemos que o período que marcou as décadas de 1960 e 1970 trouxe mais impactos que o período anterior. Até porque a modernização nas décadas supracitadas (sobretudo na segunda) veio com um peso maior dos elementos da globalização – as transformações, portanto, se deram de maneira mais acelerada.

Quando Santos & Silveira (2001) menciona que a modernização encontra no território goiano um “vazio”, isso do ponto de vista de não haver aqui uma resistência ao processo de modernização (o que foi diferente com o Nordeste brasileiro), na verdade eles deixaram de considerar que o capital encontrou as condições essenciais no Centro-Oeste para sua reprodução – como exemplo, podemos citar a proximidade (incluindo fatores logísticos) com o Sudeste brasileiro e o contexto histórico. Além do que, a estrutura social que se montou em Goiás acumulou condições primordiais para que, posteriormente, ocorresse a reprodução do capital moderno. Ou seja, dizer que a estrutura baseada no que Estevan (2004) chama de fazenda goiana - que passou por uma transformação nas décadas de 1930 e 1940 - não foi empecilho ou resistência à entrada do capital moderno é um discurso insuficiente. Não se trata de resistência ou não, mas das condições encontradas e implantadas e dos interesses políticos e ideológicos diretamente relacionadas às elites nacionais e regionais do período. Portanto, buscando fundamentos em Gramsci (1987), a explicação da entrada da modernização em diferentes territórios (no nosso caso, em áreas goianas), está muito mais ligada a uma questão política e territorial do que simplesmente à resistência ou não da estrutura social que havia, antes, no lugar.

Se na década de 1930 houve a criação de Goiânia e mais adiante, na década de

1940, a criação da CANG, ambas provenientes das políticas de Getúlio Vargas, nas décadas de 1960 e 1970 houve a criação de infra-estruturas (como as rodovias federais) e de Brasília no governo de Juscelino Kubitschek.

Se no primeiro período buscavam-se solos férteis – zonas de mata, no segundo a técnica e a ciência permitiram a inserção de novas áreas antes tidas como improdutivas. Isso porque, com as inovações, são os fatores técnico-sociais que vão determinar as especializações territoriais e não mais os fatores naturais (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Portanto, no processo de modernização da agricultura, o Estado, através das políticas de financiamento (como o Polocentro) foi agente ativo no apontamento das localidades produtivas.

É por isso que até a década de 1960 o Centro-Oeste brasileiro tinha lavouras nos vales de rios, como foi o caso do “Vale do São Patrício”, já que naquele período havia a dependência de fatores naturais. Mas nas décadas de 1960 e 1970, com a chegada do adubo químico, do trator, da colheitadeira, do silo forrageiro, de herbicidas e do calcário, novas áreas puderam ser representativas de altas produções agrícolas. Com isso, também foi introduzido um calendário agrícola com alternância de agriculturas de modo a racionalizar a produção (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

A EMBRAPA teve papel substancial na década de 1970, já que representou a possibilidade de atingir novas áreas para plantio. Descobriu-se que por meio de correções (adição de calcário e insumos agrícolas) extensas áreas do Cerrado, antes improdutivas, poderiam se constituir em um sequeiro agrícola. De acordo com Santos & Silveira (2001), o Sudoeste Goiano foi apropriado pelas técnicas e financiamentos para o cultivo de algodão, soja, milho e arroz, caracterizando um verdadeiro receptáculo das agriculturas “expulsas” do Sudeste brasileiro.

Isso trouxe um novo significado para o campo goiano, pois até meados das décadas de 1960 e 1970 a economia desse território era sustentada basicamente por dinâmicas agropecuárias muito incipientes – como é o exemplo da pecuária extensiva e da agricultura camponesa, ou seja, a cidade ainda não cumpria papel substancial do que se fazia no meio rural. Mas em decorrência da modernização agrícola, já na década de 1960 Goiás registrava um forte crescimento urbano proveniente do que se chamava de êxodo rural (Gomes; Teixeira Neto & Barbosa, 2005). A forte migração campo-cidade culminou, nas décadas de 1970 e 1980, com a superação da população das cidades sobre a população residente no campo. Segundo Deus (2002, p. 190),

As migrações campo-cidade favoreceram um forte processo de urbanização. Esse processo ocorreu em todo o país, porém foi mais intenso no Centro-Oeste, que será a segunda região mais urbanizada da Federação em 1980, com apenas 32,21 % da população morando na zona rural.

Conforme a Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento (2007), Goiás, no período entre as décadas de 1950 e 1970 teve altas taxas de crescimento anual (4,65 e 4,4, respectivamente). As antigas estruturas agrárias foram se dissolvendo e levando grande parte dos camponeses a afluírem para as cidades. Os incentivos estatais para a modernização da agricultura trouxeram mudanças na base econômica primária e o Cerrado (principalmente as áreas planas da porção sul do Estado) passou a ser sinônimo de produtividade. E ainda, os investimentos estatais em infra-estrutura proporcionaram grande crescimento econômico nos anos 1970 e 1980. Conforme Deus (2002), a mecanização da produção deu impulso ao processo de inserção de Goiás na economia nacional e internacional. Aqui, a modernização, através da técnica, da ciência e da informação (Santos, 1996) mostrou-se transformadora, e a década de 1980 foi representativa dessas transformações.

Nesse período a população alcançou 3.120.718 habitantes. O ano de 1991 registrou um total de 4.018.903 habitantes e o ano de 2000 atingiu 5.003.228 de habitantes. No último senso (de 2007) também foi registrado um crescimento, já que a população alcançou a quantidade de 5.647.035 habitantes. Entre as décadas de 1980 e 1991 a taxa de crescimento de Goiás (2,33%) foi maior que a nacional (1,93%). O mesmo ocorreu nos anos seguintes (tabela 2).

Tabela 2 - Taxa média geométrica de crescimento anual  
Goiás, Centro-Oeste e Brasil – 1970-2007

	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)		
	Goiás	Centro-Oeste	Brasil
1970 / 1980	2,77	4,05	2,48
1980 / 1991	2,33	3,01	1,93
1991 / 1996	2,36	2,18	1,36
1996 / 2000	2,60	2,60	1,97
1996 / 2007	2,05	2,12	1,44
2000 / 2007	1,74	1,84	1,15

Fonte: IBGE

Como apresenta o gráfico 3 do tópico anterior, a taxa de urbanização teve um forte crescimento a partir da década de 1980. Em 1991 ela foi de 80,82% e em 2006 atingiu 88,57% (tabela 3).

Tabela 3 - População, situação do domicílio, taxa de urbanização e densidade demográfica - GOIÁS, 1991, 2000 e 2006

		Situação do domicílio			
		Urbana	Rural		
1991 (1)	4.019	3.248	771	80,82	11,82
2000 (1)	5.003	4.397	607	87,89	14,71
2006 (2)	5.750	5.093	657	88,57	16,91

Fonte: IBGE (1) Censo (2) PNAD

O crescimento da população total teve forte participação da migração interestadual. De acordo com o PNAD (2001), na década de 1990, 29% dos residentes em Goiás eram originários de outras Unidades da Federação, destacando os mineiros (7,6%), baianos (4,7%), brasilienses (3,1%), tocantinenses (1,8%), maranhenses (1,7%) e paulistas (1,6%). Nos anos posteriores houveram novos fluxos migratórios para Goiás. Em 2000 o quadro de migrantes apontava, novamente, os mineiros (6,62%) e baianos (3,77%) com maiores percentuais (SILVA, 2005).

Os dados apresentam uma significativa mudança no perfil demográfico de Goiás. O processo de modernização consolidou este território como moderna área de produção agroindustrial, o que foi verificado “após as alterações promovidas na sua base econômica com espetacular modernização da produção agropecuária” (DEUS, 2002, p. 177). Não podemos deixar de frisar a importância da logística que foi montada nesse território, como é o caso das rodovias, que desempenharam (e desempenham) papéis fundamentais nas redes urbanas e na consolidação da dinâmica territorial.

Importante ressaltar que o conteúdo dessas transformações não se incorporou de maneira igual por todo o território goiano. Isso porque, pelos programas de financiamento e pelas condições de reprodução do capital, a modernização não atingiu as áreas de maneira homogênea, constituindo uma “modernização em manchas” (SANTOS & SILVEIRA, 2001). Isso também ocorreu em Goiás. Como reflexo desse crescimento desigual, a taxa de crescimento da população por microrregião entre 1970 e 2000 é um demonstrativo desse contraste. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), entre 1970 e 2000, as Microrregiões do Entorno de Brasília e de Goiânia apresentaram as maiores taxas de crescimento, com 402,10% e 256,56% de crescimento, respectivamente, o que se explica pelo crescimento das regiões metropolitanas de Goiânia e de Brasília. Já as Microrregiões de Ceres (-4,09%), Iporá (-

9,73%) e Anicuns (-4,07%) apresentaram as menores taxas. Chaveiro, Calaça e Rezende (2009) afirmam que essa diferenciação se intensificou com o desenvolvimento do capitalismo no território goiano, já que este processo fortaleceu o desenvolvimento desigual e combinado.

Conforme Peliano (1990), as migrações não são apenas fluxos e sentidos dos deslocamentos populacionais ou sequer resultado de aparentes fatores determinantes, mas fundamentalmente distribuição espacial da força de trabalho. Rodrigues (2007) afirma que as migrações são produtos do capitalismo enquanto representam deslocamentos de trabalhadores necessários à absorção produtiva pelo sistema, ou enquanto representem deslocamentos de trabalhadores excedentes a engrossarem a superpopulação relativa. Portanto, a distribuição de migrantes pelo território goiano acompanha as regiões onde há maior produção e circulação de capital. A população não natural no ano de 2000 se concentrava principalmente nas regiões onde o crescimento econômico foi maior: Região Metropolitana de Goiânia, no Entorno de Brasília e no Sudoeste Goiano.

O processo de modernização que ocorreu a partir das décadas de 1960 e 1970 foi verificado principalmente na parte central e sul do Estado. Segundo Estevan (2000) a porção Norte do Estado permaneceu com um desenvolvimento econômico baixo. Mesmo nessa região há disparidades entre as microrregiões de Porangatu, São Miguel do Araguaia, Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã. Entre elas a microrregião de Porangatu sempre foi beneficiada pela BR-153 (Belém-Brasília), pela posição de cidades como Uruaçu e Porangatu e pela localização de indústrias mineradoras em Niquelândia e Minaçu. Essas cidades e a logística propiciada pela rodovia deixam essa região com conteúdos diferentes dos dois extremos (Nordeste e Noroeste goianos). O primeiro tem alta produção agropecuária, principalmente gado bovino em Mozarlândia, Nova Crixás e São Miguel do Araguaia e o ouro em Crixás. Por conseguinte, é o Nordeste Goiano que aparece como a região com menor crescimento econômico. O que se explica pelo processo histórico de sua ocupação (BARREIRA, 2002), pelas condições geomorfológicas, sobretudo pela ausência de infra-estrutura e da logística e pelos elementos político-ideológicos que se estabeleceram naquela porção do Estado. Estamos mencionando as microrregiões da porção Norte do território goiano para dizer que há nelas conteúdos da modernização bastante distintos daquela verificada nas porções Central e Sul do Estado, o que confere fundamento socioespacial do processo de modernização do território goiano.

As transformações desencadeadas a partir das décadas de 1960 e 1970 evidenciaram seus vínculos históricos, as vontades políticas de seus atores, a incorporação

das lógicas externas, a tendência do movimento de mundialização dos lugares, sobretudo, a forma como esses elementos se espacializam e o modo como se constituem pelas relações sociais de produção. No caso de Ceres/Rialma, foi alterado o seu papel na rede urbana assim como na divisão territorial do trabalho. Veremos, portanto, mais de perto o que ocorreu em Ceres/Rialma no seu processo de formação territorial considerando os dois períodos aqui levantados.

## **2.2 A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a formação de Ceres/Rialma**

Ceres foi inventada, por intervenção de Bernardo Sayão, pela política nacional de Getúlio Vargas. Rialma não estava nos projetos, mas surgiu como espaço segregado e como modelo de contraposição (SILVA, 2002) perante o planejamento daquele período. Ou seja, a formação dos dois municípios esteve ligada ao período em que vigorou as políticas de integração da economia nacional, que se expressou com a Marcha para o Oeste.

Dentre os principais projetos das políticas da década de 1930 estavam as Colônias Agrícolas, num total de oito. Dentre elas a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG. Conforme Dayrell (1974, p.88) as Colônias Agrícolas Nacionais “foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos a agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento”.

Segundo Bertran (1988, p. 92), com as Colônias pretendia-se resolver dois estrangulamentos básicos: “alocar mão-de-obra liberada pela decadência da cafeicultura (e de maneira mais global pela deterioração das relações de troca entre o velho campo e a nova economia urbana), e criar para esta uma frente agrícola comercial interna.” Ainda, segundo o autor enunciado, a “Marcha para o Oeste” seria esboçada no período 1943-53 como uma ação regional mais complexa, somando à criação de Goiânia e da Fundação Brasil Central, que 25 anos depois seria sucedida pela SUDECO.

O decreto 3.059, que estabelecia a criação das Colônias, exigia desbravamento; a ocupação do espaço geográfico; organização e emancipação. Também traçou regiões ideais (com condições de solo e açudagem); estabeleceu o tamanho dos lotes a serem distribuídos (entre 20 e 50 hectares – devendo preservar 25 % da vegetação original); exigia a fundação de uma sede, instituições de ensino agrícola primário, instalações de indústrias de beneficiamento agrícola e cooperativas de produção para venda e consumo dos produtos. A construção de residências também constava no decreto, assim como sua distribuição, que

deveria privilegiar famílias com muitos filhos (mínimo de 5). Conforme Dayrell (1974), os lotes e casas seriam gratuitos, assim como o material agrário básico e as sementes. Havia prazos de utilização agrícola, onde o cumprimento das exigências de produção e de estadia na Colônia garantia a propriedade do lote. Outros serviços estavam no decreto que previa a criação de todas as Colônias, como empréstimo de máquinas, instrumentos agrícolas, animais, transporte, isenção de impostos, assistência médica, farmacêutica e de enfermagem. Tais serviços seriam garantidos até a emancipação da Colônia.

Movida pela ideologia dos dirigentes nacionais, a frente pioneira, liderada pelo Carioca e Engenheiro Agrônomo Bernardo Sayão, avançou em direção aos “espaços vazios” para a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Bertram (1988) afirma que é em Goiás que o programa Estadonovista das Colônias Agrícolas Nacionais atinge plenitude. Conforme Estevam (2004, p.112), “o projeto contou com o apoio do governo estadual que influenciou decisivamente na escolha do local de sua implantação”; ficava muito distante de Goiânia, mas próximo de Anápolis, que era a cidade mais populosa. O local tinha um terreno extremamente fértil, porém inexplorado, onde algumas localidades próximas já contavam com algumas ocupações, contudo muito frágeis. Ou seja, a escolha da área para a implantação da CANG explica o perfil do período da modernização de Goiás nas décadas de 1930 e 1940: condições de solo, proximidade com Anápolis (até então principal centro regional) e expansão da política e da economia pelo interior do país.

Para Dayrell (1974, p.93) “o objetivo a alcançar era a mata de São Patrício, atingido pela via Anápolis-Jaraguá, na margem esquerda do Rio das Almas”. Aproveitando o trecho já existente, Sayão deu continuidade à abertura da estrada - que chamou de transbrasiliana, até a Colônia, e depois até Uruaçu. Outras vias foram abertas, ligando a localidade com o entorno, principalmente em direção ao Norte. A CANG foi fundada em 19 de fevereiro de 1941, através do Decreto-Lei Federal nº 6.882<sup>8</sup>. Os lotes rurais, obedecendo aos critérios do decreto 3.059, variavam de 26 a 32 hectares conforme as condições de solo e água. Ferramentas para plantio, casas, escolas e apoio técnico também apareciam “nas propagandas”. Bernardo Sayão foi o seu primeiro administrador.

A colonização atraiu uma forte migração, principalmente pelas “notícias de solo fértil e de apoio do Governo”. Aliás, havia uma propaganda proveniente de um ideário

---

<sup>8</sup>Além de Dayrell (1974), que é a principal referência sobre a Colônia Agrícola Nacional de Goiás utilizado nessa dissertação, há também outros importantes estudos, como é o exemplo de Faissol (1952), Neiva (1984), França (1985), Campos (1985), Andrade (1990 e 2006), Sayão (1994), Duarte (1999), Borges (2000), Silva (2002), Bertran (1988), Pessoa (1999), Aranha (2001), Teixeira Neto (2002), Estevam (2004) e Arrais (2007).

forjado pela Revolução de 1930 e mais tarde do Estado Novo<sup>9</sup>. Em 1943, já haviam 900 ocupantes, todavia em condições míseras de moradia. A partir de 1946, chegavam na Colônia, em média, 30 famílias por dia. Em 1947 já residiam na CANG mais de 10.000 habitantes, em 1950 contava com 29.522 habitantes e em 1953 atingiu uma população de 36.672 habitantes (onde 33.222 residiam na zona rural e apenas 3.450 na zona urbana). Essa grande quantidade de migrantes era proveniente do Oeste de Minas Gerais (60%), de São Paulo e Estados do Norte (20%), do próprio Estado de Goiás, do Sul (especialmente Gaúchos) e de outros países (20%) (Dayrell, 1974).

O fato é que as exigências para o estabelecimento na Colônia impediam grande parte das famílias de adquirirem lotes. Até mesmo o atraso na construção das residências e na demarcação dos lotes fez com que outros núcleos surgissem. Grande parte de famílias excedentes se fixaram no outro lado do Rio das Almas, na sua margem direita. Foi assim que começou a surgir o povoado de Barranca, hoje Rialma. O próprio nome indica as condições de localização, próximo ao “barranco” do rio. Uruana e Carmo do Rio Verde também surgiram do excedente de migrantes da CANG. Ou seja, por questões burocráticas e por motivos de ocupação desenfreada, o povoado de Barranca se constitui como uma extensão e, ao mesmo tempo, contraposição ao modelo de ocupação/implantação da CANG.

Conforme Silva (2002), a Colônia era o lugar de trabalho. Por lá não se podia envolver com bebida alcoólica e muito menos com diversões noturnas. A disciplina era muito parecida com o regime militar, onde a desobediência poderia significar a perda do direito de residência. Portanto, por não contar com normas rígidas, a Barranca, além de surgir como espaço marginal, se constituiu num lugar de diversão. Os prostíbulos, os bares, as pensões, os ambientes de diversão estavam todos no povoado de Barranca. Portanto, atravessar o rio significava entrar “num outro mundo”.

Rialma surge como modelo de contraposição. Quando ainda Barranca, o lugar era associado à desordem social, onde o povoamento se processou de forma aleatória e em decorrência da CANG. O autor acrescenta que “retratar o cotidiano da colônia significava ressaltar o caráter moral e a organizada vida social daquela localidade [...]”. O povoado de

---

<sup>9</sup> Conforme Bertran (1988), havia não somente o sentimento nacionalista implantado pelo Estado Novo como, também, a preocupação dos órgãos competentes em montar um sistema de colonização mais humano e mais planejado, com os aspectos de infra-estrutura econômica e social se fazendo notar através da implantação de centros comunitários, estradas para escoamento fácil dos produtos e rápida titulação de terras (p.92).

Barranca, por sua vez, era descrito como uma localidade desprovida de valorização dos bons princípios e costumes” (SILVA, 2002, p.101).

A questão é que tanto na margem esquerda como na direita do Rio das Almas, como também em outras localidades, a forte migração proporcionou um povoamento muito acelerado para a região. Num primeiro momento os pequenos agricultores se fixaram na Colônia em condições precárias, utilizando métodos muito tradicionais, como é o caso das queimadas. Não empregavam técnicas de produção, e após 10 anos – com o solo “desgastado”, muitas lavouras de arroz e milho transformaram-se em pastos.

Enquanto isso, mais estradas eram abertas para Itapaci e Carmo do Rio Verde. Aqui nota-se que as estradas pertenciam a um projeto privilegiado. Colocar a CANG no centro da dinâmica socioespacial daquele período era uma meta prevista. Em 1953 já haviam 3.543 lotes distribuídos entre os colonos. O pequeno núcleo urbano que se formava já contava com uma população de 3.450 habitantes. Contudo, como apontamos acima, grande parte dos colonos (33.222 habitantes) residiam na zona rural (DAYRELL, 1974). Ou seja, conforme a lógica territorial do período, a CANG participava de uma dinâmica fortemente ligada ao campo. É por isso que ela nasce como fronteira agrícola.

Apesar das condições precárias de moradia e de produção, na década de 1950 a CANG já se destacava na produção agrícola de Goiás. Até porque o Mato Grosso Goiano se constituía na principal área agrícola do Estado naquele período, e a CANG significava a intenção política da expansão dessa atividade. Todavia, além da falta de qualificação e da baixa renda, grande parte dos colonos não se consolidaram enquanto produtores. Conforme Dayrell (1974), até 1957 não havia trator ou qualquer implemento agrícola, além da ausência de análise de solo, prevenção de erosão, etc.

E assim, enquanto os pequenos agricultores sofriam com a ausência de estrutura para produção, no início da década de 1950 mais estradas eram abertas e o núcleo urbano adquiria alguns serviços, como Correios e estação de rádio. Além da política agrária, o Decreto-Lei 3.059 previa também para as Colônias a criação de núcleos urbanos com serviços para as famílias. E as sedes deveriam obedecer às regras urbanísticas modernas. Assim, conforme o Decreto, a sede da CANG seguiu o modelo de cidade planejada.

Silva (2002) diz que o projeto foi desenvolvido por engenheiros do Rio de Janeiro, que previa a abertura de ruas largas e bem traçadas. Deveria haver, no centro do plano, uma praça com rápida conexão com os setores das imediações e uma ampla avenida que contornasse a cidade (um anel viário) e conectasse à Rialma. A consolidação desse plano

deveu-se ao fato de Bernardo Sayão também sonhar com uma cidade moderna (observe o traçado das ruas e avenidas na figura 14).

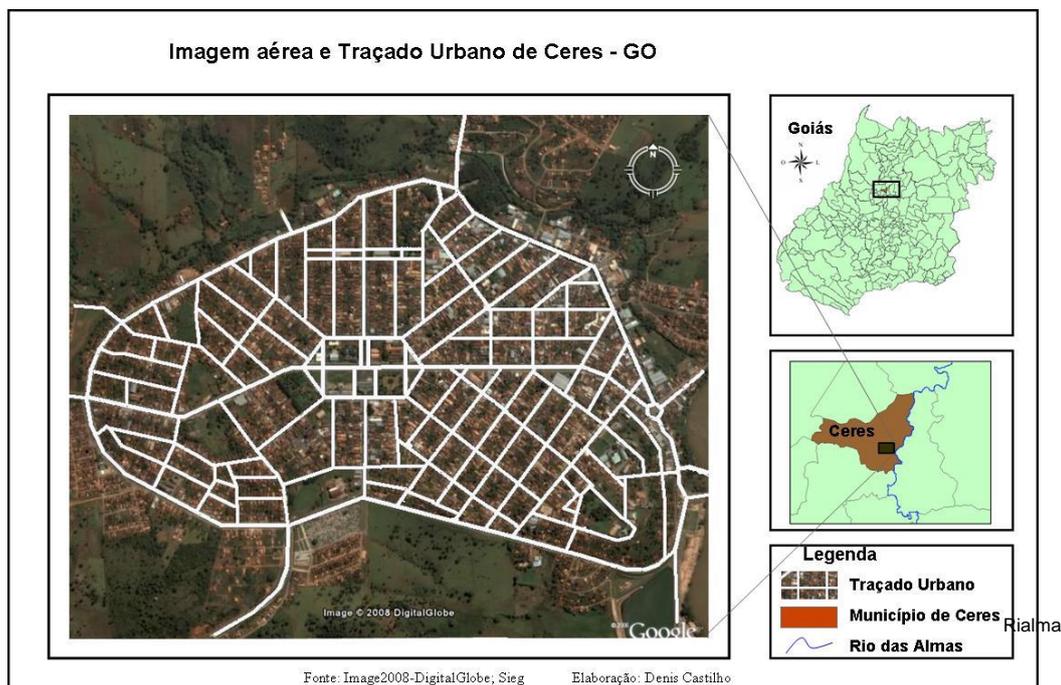


Figura 14: Imagem aérea e traçado urbano de Ceres-GO

A imagem apresenta Ceres no ano de 2008. Mas o traçado das ruas e avenidas, principalmente a praça central (atualmente praça cívica) nos dão uma dimensão do plano proposto pelos engenheiros cariocas. Observe que a praça liga as principais ruas da cidade, com uma conexão direta a todos os setores. E ainda, contemplando o traçado de uma cidade planejada é possível notar o anel viário, hoje Avenida Bernardo Sayão. Observe na figura 15 a construção do palácio municipal, que seguiu os planos modernos de urbanização.



Figura 15: Construção do Palácio Municipal de Ceres  
Fonte: acervo da prefeitura municipal de Ceres

No primeiro capítulo indagamos o porquê de uma cidade ser planejada num relevo com topografia ondulada. A região escolhida para a instalação da CANG, além de fértil e bem drenada, apresenta acentuada declividade. Além do que, margeia o Rio das Almas, estando, portanto, num vale e próximo a morros. Percebe-se que isso decorreu do cruzamento de uma política e das condições geomorfológicas da região onde se implantou o projeto nacional de Colonização agrícola. É interessante notar que, diferente da grande maioria das cidades goianas, que surgiram de arraiais, capelas ou fazendas, Ceres surgiu a partir do planejamento (ela foi uma invenção). É por isso que em sua paisagem não se vê a imponência das torres de uma igreja Católica – como é comum, por exemplo, em Rialma e em muitas pequenas cidades goianas.

A emancipação da Colônia ocorreu em 1953, pela lei nº 767, e foi desmembrado das terras do município de Goiás. O nome seguiu as orientações de Bernardo Sayão, que já havia proposto “Ceres” para o núcleo, que na mitologia latina significa “deusa da agricultura”. No mesmo período, o povoado de Barranca também se emancipou pelo Decreto-Lei Estadual nº 753, instalando-se como município em 1º de janeiro de 1954 (SEPLAN, 2007). A denominação Rialma, então desmembrado de Jaraguá, é proveniente da junção do nome “Rio das Almas”. O núcleo urbano constituído pelas duas sedes municipais tinha, num primeiro momento, a evidente função de servir o campo – não havendo a necessidade de emancipação. Mas a importância eleitoral que representava a região (pela quantidade da população), fez com que líderes políticos do Estado pressionassem a emancipação para que houvesse um desligamento da influência federal.

O fato é que as transformações do território goiano desde a década de 1930 culminaram com a implantação de projetos como a CANG. E assim, Ceres e Rialma nasceram no âmbito das transformações do período que vai de 1930 à 1970. A proximidade com centros dinâmicos como Anápolis e Goiânia, ao mesmo tempo em que significou facilidade de escoamento da produção e proximidade com mercados consumidores, também significou uma refuncionalização do núcleo urbano, verificada principalmente com período que teve início das décadas de 1960 e 1970. Em todos os casos, foi o período anterior desse processo que criou as condições para a consolidação da fronteira agrícola a partir da CANG, ao passo que o segundo período desarticulou o que havia sido proposto para essa área a fim de (re)ordenar a divisão territorial do trabalho regional. Vejamos o que ocorreu com a CANG.

### 2.3 A CANG e Ceres/Rialma como Fronteira Agrícola

O núcleo urbano e a região que se formaram a partir das políticas nacionais fizeram da CANG uma fronteira agrícola. Como já afirmamos, de acordo com Martins (1997), uma fronteira econômica resulta do encontro da frente de expansão com a frente pioneira. A primeira é aquela que está sempre em movimento, que não utiliza elementos “modernos”, os quais permitem sua fixação. Já a frente pioneira é aquela que se estabelece numa região por processos de modernização. No caso do Mato Grosso Goiano a ferrovia anapolina teve grande importância assim como a abertura de estradas e a chegada de um grande número de camponeses. Isso provocou, com atuação do Estado, um desenvolvimento regional baseado na produção agrícola em que os colonos desempenharam papéis significativos. Este processo caracterizou a região como uma fronteira agrícola.

A marcha em direção a CANG, mais que uma aventura, significou a expansão do território nacional e a ligação com São Paulo. Além da expansão do comando federal, o projeto de modernização da agricultura no Mato Grosso Goiano significou também a criação de demanda para a indústria paulista (FRANÇA, 1985). A fronteira agrícola refere-se a um período em que Ceres se destacava na produção agrícola estadual. Trata-se das décadas de 1940 e 1950 - mesmo período em que se desenha um novo arranjo espacial para a região por meio de novos projetos de infra-estrutura. As principais culturas dos colonos foram o arroz, o milho e o feijão (Tabela 4).

Tabela 4: Produção Agrícola da CANG – 1947, 1950, 1951, 1952 e 1953.

Produto	Unidade	1947	1950	1951	1952	1953
Arroz	Saca 60 kg	220.000	420.596	362.642	272.920	276.000
Milho	Saca 60 kg	500.000	25.475	202.625	136.349	248.000
Feijão	Saca 60 kg	65.000	18.169	29.455	140.187	86.000
Açúcar	Saca 60 kg	5.000	-	-	-	-
Algodão	Saca 60 kg	10.000	99.213	261.369	129.974	220.000
Café	Saca 60 kg	-	-	22.540	8.036	14.600
Cana	Kg	-	3.129.830	36.856.869	43.725 ton	32.024 ton
Mandioca	Kg	-	6436.718	35.272.961	20.088.783	41.448 ton

Fonte: Dayrel (1974).

Conforme Dayrel (1974), a partir de 1953 novas culturas foram incorporadas na região, como do amendoim, mamona, batatinha e frutas, que no entanto não tiveram produção significativa. A tabela 4 mostra que a partir de 1951 houve uma queda na produção do Arroz (que, junto com o milho, eram as principais culturas). Nesse contexto o

café e o algodão são incorporados por via de incentivos da administração, na tentativa de manter o colono junto a terra. A produção de rebanho bovino tinha restrições devido os acordos firmados pela Colônia ter visado aproveitar a fertilidade do solo para a produção agrícola, por isso as glebas não poderiam ser transformadas, naquele momento, em áreas de pecuária. Em 1953 foram registradas apenas 14 mil cabeças de bovinos e 4 mil de equinos e muares (tabela 5).

Tabela 5: Efetivo da Pecuária da CANG – 1953

<b>Produto</b>	<b>Quantidade (Cabeças)</b>
Bovinos	14.000
Equinos e Muares	4.000
Caprinos e Ovinos	2.000
Galináceos	228.000
Suínos	48.000

Fonte: Dayrel (1974)

Já a produção de suínos e avinos não tinham restrições, pois não dependiam de grandes áreas para reprodução. Por isso, no ano de 1953 foi registrada uma produção de 228 mil cabeças de galináceos e 48 mil de suínos. Apesar dos números da pecuária, o privilégio da produção na CANG era concedido à agricultura. Isso pode ser verificado, além dos dados da agricultura (tabela 4), na produção industrial, que era voltada, em sua maioria, ao beneficiamento da produção agrícola (tabela 6).

Tabela 6: Produção Industrial da CANG – 1953

<b>Produto</b>	<b>Produção</b>
Rapadura	844.000 kg
Açúcar Mascavo	100.000 kg
Açúcar Cristal	72.000 kg
Farinha de Milho e Mandioca	2.000.000 kg
Óleos Vegetais	700.000 kg
Algodão Beneficiado	6.301 arroba
Tijolos	4.496.000 unidades
Telhas Francesas e Coloniais	548.000 unidades

Fonte: Dayrel (1974)

Apesar do decreto 3.059 prever a criação de Cooperativas para as Colônias, no ano de 1953 ainda não se-registrava nenhuma na CANG. No ano seguinte, com o núcleo de urbano de Ceres já emancipado, existiam 8 cerealistas que beneficiavam arroz e algodão e um armazém particular, que gerenciava as exportações através de ensacamento,

beneficiamento, faturamento, pesagem, etc. (Dayrel, 1974). Ou seja, a produção, a atividade industrial, a dinâmica econômica da pequena cidade caracterizavam Ceres e Rialma, nos termos de Santos (1993) como *idades do campo*. Isso porque naquele momento a cidade se voltava ao campo e se constituía como parte essencial das atividades agrícolas. Convém mencionar que a *idade do campo*, na contemporaneidade, mantém uma relação com o campo diferente do que se tinha na década de 1950, já que hoje existe a proeminência de elementos do agronegócio, de insumos de tecnologia moderna, de ciência e de informação. Mesmo assim, podemos falar, para aquela época, de “cidade do campo”.

Conforme Estevam (2004), o Mato Grosso Goiano (com forte participação da CANG), foi responsável, na década de 1950, por 38,0% do total da produção agrícola do Estado. Desse total, 33% foi comercializado pela CANG. Nessa mesma década, Ceres esteve em plena aceleração da produção, o que atraiu empresas transformadoras de alimento para a região. Estevam (2004) ainda afirma que o esquema especulativo de comercialização trazido por essa produção – que inclui o papel das empresas instaladas, desarticulou a colônia e prejudicou os pequenos agricultores. Os colonos passaram a depender dos fornecedores de crédito e dos comerciantes. Ou seja, o processo de reprodução das pequenas propriedades teve impulso com a criação de demanda nos grandes centros. No entanto, o sistema de mercado proveniente dessa demanda acabou por desarticular o agricultor familiar. De acordo com Santos e Silveira (2001), o território brasileiro adotou a revolução agrícola privilegiando as agriculturas de exportação, onde a agricultura básica de tradição perdeu seu espaço sendo expulsas para outros territórios. Assim, a criação de um mercado de interesse hegemônico, fragilizou as agriculturas periféricas ou marginais em relação ao uso do capital e das tecnologias avançadas. Além do que, em Goiás, com as inovações nas formas de produção, o relevo e a estrutura de produção montada pela CANG não atendiam aos imperativos territoriais das décadas de 1960 e 1970, que privilegiou a porção sul de Goiás.

#### **2.4 A desarticulação da pequena propriedade e o processo de transformação do quadro regional**

O Mato Grosso Goiano, conforme Arrais (2007,p.107) “foi caracterizado, no conjunto de Goiás, por uma forte produção agrícola e concentração demográfica. A criação de Goiânia, o aumento populacional e a ligação com centros urbanos como Anápolis e até

mesmo de outras Unidades da Federação, favoreceu o crescimento da demanda por alimento.

Nesse sentido, foram os grandes cerealistas de Anápolis e os comerciantes de Ceres que lucraram com o processo de incorporação da produção agrícola da CANG junto à demanda crescente dos centros que se emergiam. Diante do domínio do capital mercantil e da valorização das terras, ocorreram vários conflitos entre posseiros, colonos, grileiros e fazendeiros. Nesse contexto, grande parte dos colonos deixaram suas condições de proprietários. A pequena propriedade, desde então, passou por uma forte desarticulação cedendo lugar às grandes fazendas que já haviam nas proximidades.

De acordo com Borges (2000), os discursos de Vargas visavam atender interesses do capital urbano-industrial e do setor agrário tradicional e não necessariamente, os pequenos agricultores. A interiorização econômica, portanto, significou o aumento da produção de alimentos, mas também contribuiu para a reprodução do latifúndio. Ou seja, a conquista de terras pelo interior do Brasil “serviam para garantir a continuidade da perversa aliança entre a burguesia industrial e os grandes proprietários de terra num pacto político que, além de manter a estrutura agrária arcaica, impedia qualquer medida mais ampla destinada a democratizar o acesso a terra” (BORGES, 2000, p.72).

A princípio, a CANG permitiu o assentamento de pequenos agricultores familiares. Mas tais assentamentos, conforme Borges (2000), não foram politicamente pensados para destruir o latifúndio. A estrutura da propriedade da terra no Brasil, em sua grande maioria, sempre foi baseada no grande latifúndio. Assim, a pequena propriedade nas áreas de fronteiras, como na CANG, tinha vida curta, pois logo era incorporada à grande fazenda pela lógica de expansão da agropecuária (BORGES, 2000).

Conforme Bertran (1988), ao longo do tempo, a Colônia de Goiás entra em decadência, tanto econômica quanto demográfica, observando-se já na década de 1960 tendências fortes à concentração da propriedade e o consequente esvaziamento do campo. O fato é que a estrutura de poder que foi montada no Brasil impediu o desenvolvimento das pequenas propriedades familiares. Apesar delas terem contribuído com a produção agrícola da CANG até um certo momento – dando a essa área destaque na produção agrícola do Mato Grosso Goiano, logo foram desarticuladas em benefício das grandes propriedades produtivas.

Na década de 1960 fica evidente que o projeto da CANG, de fixar o pequeno agricultor havia fracassado. Houve a falta de distribuição de créditos e a entrada do capital mercantil ditou novas regras. Também, a devastação das matas foi acelerada e ocorreu um

“desgaste” dos solos. Em todos os casos, os efeitos dessa política contribuíram com expansão territorial incorporando áreas até então desocupadas. Contribuiu também com a abertura de estradas ligando novas regiões, como é o caso do Norte Goiano. O perfil de Ceres/Rialma naquele período (incluindo relevo e estrutura produtiva) não dava condições às formas de produção ensejadas pelos padrões que se emergiam. Ao contrário do Vale do São Patrício, a porção Sul do território goiano incorporou, de maneira mais evidente, elementos da modernização agrícola verificada a partir das décadas de 1960 e 1970.

Nesse mesmo período alguns programas, como o de geração de energia e de infraestrutura, influenciaram a reconfiguração da dinâmica regional. Com o governo de Juscelino Kubitschek, novos projetos de infra-estrutura foram implantados e uma nova etapa veio com a implantação de Brasília. É nesse período - em que houve o processo de decadência dos planos originais da CANG, e após, com a implantação dos planos de JK, que Ceres e Rialma passaram por um processo de transformação de seus conteúdos socioespaciais. Conforme Dayrell (1974), na década de 1960 a cidade de Ceres transformou-se em centro polarizador do desenvolvimento regional, favorecida pela ausência de outros centros urbanos desenvolvidos nas proximidades, pela expressiva concentração populacional, pelos serviços e equipamentos urbanos e pela função de empório comercial de vasta região, inclusive para o Norte do Estado.

A estrutura montada em Ceres e Rialma (principalmente em Ceres) foi beneficiada pela proximidade com Carmo do Rio Verde, Uruana, Nova Glória, Rianópolis, etc. No final da década de 1960, Ceres já era vista como importante centro regional nas seguintes funções: comercial, industrial (com beneficiadoras de produtos agrícolas) e social. A cidade, naquele período, já era entroncamento rodoviário, o que lhe conferia posição privilegiada.

A localização desse núcleo urbano as margens da rodovia Belém-Brasília e o sistema viário que servia a região deram novos significados à Ceres/Rialma. O fato é que ocorreu uma transformação no processo de ocupação e produção do espaço e, concomitante, uma passagem do sistema de troca simples para o sistema de troca acumulada. Alterou-se o modo de lidar com a terra assim como as relações de trabalho. Portanto, a constituição da CANG, juntamente com a ocupação do Mato Grosso Goiano, significou um importante período da formação territorial de Goiás. Além de criar uma demanda para a industrialização de São Paulo, esse período significou o esforço de desmonte das estruturas de poder fortemente ligadas ao mundo rural e ao coronelismo

tradicional. Estrutura essa que impedia a consolidação de uma reprodução do espaço mais voltada ao capital nacional.

Assim, ao mesmo tempo em que essa modernização criou uma demanda para a indústria que se desenvolvia em São Paulo, também atuou na proposta de construir uma nova estrutura de poder, agora comandada por uma elite mais ligada ao capital nacional. Isso explica, em partes, o fato de Bernardo Sayão privilegiar a construção de estradas e de prever a instalação de médias e grandes propriedades na região em detrimento das pequenas propriedades, que foram justificativas para os discursos de interiorização da economia brasileira.

As vias de transporte ampliaram as fronteiras agrícolas nacionais, no caso de Goiás, houve uma maior integração do seu quadro intra-regional. Portanto, as políticas regionais significaram também a possibilidade de reprodução do poder de diferentes atores sociais, isto é, a constituição de uma “região como arena política” (ARRAIS, 2007). No caso de Ceres/Rialma, a emergência dos atores sociais representados na figura dos profissionais da saúde e dos fazendeiros, viram no espaço herdado da CANG a possibilidade de reproduzirem seus domínios a partir da centralidade que o Núcleo Urbano assumia na região.

As transformações na estrutura agrária foram evidentes, principalmente com os eventos da edificação de Goiânia, da criação da CANG, da BR-153, de Brasília e do Polocentro. Isso demonstra a forte participação do Estado no planejamento regional. As edificações de Goiânia com Getúlio Vargas e de Brasília com Juscelino Kubitschek, como demonstra Arrais (2007), alterou todo o quadro regional do Centro Goiano.

Entre 1940 e 1963 foram criados 128 municípios no território goiano. E até 1988 foram mais 42. Grande parte surgiu no Mato Grosso Goiano e ao longo da BR-153, o que teve influência direta da CANG e das duas capitais implantadas. A grande questão é que nas décadas de 1960 e 1970 Goiás passou por um processo de modernização do campo, o que refletiu diretamente no crescimento demográfico das cidades. Todavia, como apontamos anteriormente, dessa vez a participação da técnica, da ciência e da informação foram mais evidentes. Não eram mais as zonas de matas que influenciavam a localização das modernas formas de produção, mas o arsenal tecnológico, a logística, a articulação dos atores hegemônicos, a participação do Estado, etc. Isso explica a concentração das inovações, a partir da década de 1970, especialmente na porção Centro-Sul do Estado. Além do que, a proximidade com o Sudeste Brasileiro, a consolidação de programas de crédito (como o Polocentro), a constituição de uma logística e participação da pesquisa, fez

com que Goiás se transformasse em um território com grande parte da população vivendo nas cidades e onde se verifica uma hegemonia da modernização. E aqui concentra os elementos principais da redefinição de Ceres/Rialma no contexto regional.

## **2.5 Urbanização e Fragmentação como elementos constituidores do novo papel de Ceres/Rialma na nova divisão territorial do trabalho**

Conforme Arrais (2007, p.109), “em 1950 o Estado de Goiás contava com 77 municípios, passando para 178 em 1960, crescimento superior a 130%. Desse total, o Mato Grosso Goiano foi a região que mais se fragmentou, tendo 34 dos seus 41 municípios emancipados”. No município de Ceres alguns distritos emergiram, como Bom Jesus, Nova Glória (emancipado em 1980), Ipiranga de Goiás (emancipado em 2002), Espírito Santo e Santo Antônio da Barra. No caso do distrito de Castrinópolis (que foi ocupado antes da implantação da CANG), no município de Rialma, verificou-se uma estagnação da população por estar afastado das principais vias de deslocamento.

Em 1980, Ceres contava com uma população total de 31.493 habitantes e Rialma 7.516 habitantes. A CANG, no período de sua emancipação, chegou aos 36.672 habitantes, no entanto, naquele período a população urbana era de somente 3.450 habitantes e a rural 33.222 habitantes. Em 1970 a população urbana de Ceres chegou aos 11.288 habitantes, e Rialma aos 6.011 habitantes. No caso de Ceres, a queda na população rural, de 33.222 habitantes na década de 1950 para 24.500 habitantes em 1974, ocorreu pelo fato de muitos colonos negociaram suas propriedades em decorrência da desarticulação da estrutura produtiva baseada na pequena propriedade. Veja na tabela 7 a população de Ceres desde o período da CANG.

Tabela 7: Ceres: População total e por residência - 1943 - 2007

<b>ANO</b>	<b>População Total (hab)</b>	<b>Urbana (hab)</b>	<b>Rural (hab)</b>
1943 – CANG	900	-	-
1946 – CANG	8.000	-	-
1950 – CANG	29.522	2.003	27.519
1953 – CANG/Ceres	36.672	3.450	33.222
1960 – Ceres	42.803	6.895	35.908
1968 – Ceres	67.352	13.382	53.970
1970 – Ceres	39.524	11.288	28.230
1974 – Ceres	41.500	17.000	24.500
1980 – Ceres	31.493	13.701	17.792
1991 – Ceres	22.874	16.951	5.923
1996 – Ceres	21.951	17.051	4.900

<b>ANO</b>	<b>População total (hab)</b>	<b>Urbana (hab)</b>	<b>Rural (hab)</b>
2000 – Ceres	22.209	18.123	4.086
2007 – Ceres	18.637	17.732	905

Fonte: Dayrell (1974) & IBGE

Elaboração: Castilho, D.

Observe que a população rural até 1968 chegou aos 53.970 habitantes. Todavia, na década de 1970 houve uma queda acima dos 50%. Houve também uma queda na população urbana, devido grande parte desses residentes estarem ligados as atividades do campo e que, portanto, migraram para os grandes centros no momento de declínio de suas atividades. Assim, a forte mobilidade social do campo para a cidade alterou inclusive a população urbana de Ceres.

Mas a partir da década de 1970 ocorre um fato interessante. Ao passo que o Mato Grosso Goiano passa por uma “explosão urbana” e também se desenvolve enquanto área agropastoril, Ceres vai se consolidar enquanto centro regional a partir dos serviços. Isso pode ser verificado em uma entrevista realizada em outubro de 2008 com um Biomédico e ex-prefeito que reside em Ceres desde 1965. O mesmo afirmou que “Ceres começou a deixar de ser agrícola para ser da saúde na década de 1970”.

Isso ocorreu porque, apesar da desarticulação das pequenas propriedades originadas pela CANG, a estrutura montada conferiu um aproveitamento econômico e uma ampliação da ocupação para a porção Norte do território goiano. Nesse contexto, a infra-estrutura herdada da CANG – aliado ao planejamento, à ação dos atores sociais, a posição da cidade, etc, permitiu que Ceres assumisse a condição de fornecedora de serviços para a região, estando, assim, ocupando uma posição central na rede urbana regional daquele período. Todavia, a evolução dos dados da população desse município poderia nos levar a outra interpretação, já que Ceres, ao contrário de Rialma (que de 6.011 em 1970 passou para 10.485 habitantes em 2007), passou por um processo de decadência em seu índice demográfico. Isso porque, de 67.352 habitantes em 1968, passou a ter 18.637 habitantes em 2007. Ou seja, em Ceres houve uma queda substancial.

No entanto, os dados da população urbana revelam um crescimento até o ano de 2000 – o que ocorreu também com Rialma. Também, os setores de serviços ligados à saúde e educação cresceram. A baixa na população total pode ser explicado, num primeiro momento, pelo êxodo rural que houve na região, e segundo, pela fragmentação do município, o que se explica pela explosão urbana que ocorreu em Goiás, especialmente no Mato Grosso Goiano a partir de 1960. No caso de Ceres, houve dois municípios que se desmembraram: Nova Glória na década de 1980, e Ipiranga de Goiás em 2001 (figura 16).

Além da diminuição na população total (tabela 10), houve uma queda de 75,4% da área do município (figura 16). A área ficou restringida aos 213,497 km<sup>2</sup>, e apesar da estrutura fundiária ser, em sua grande maioria constituída por pequenas propriedades (total de 613 de 0 a 80 ha), a principal dinâmica econômica do município – diferente da grande maioria dos municípios da porção norte do Centro Goiano, passa a residir no espaço urbano.

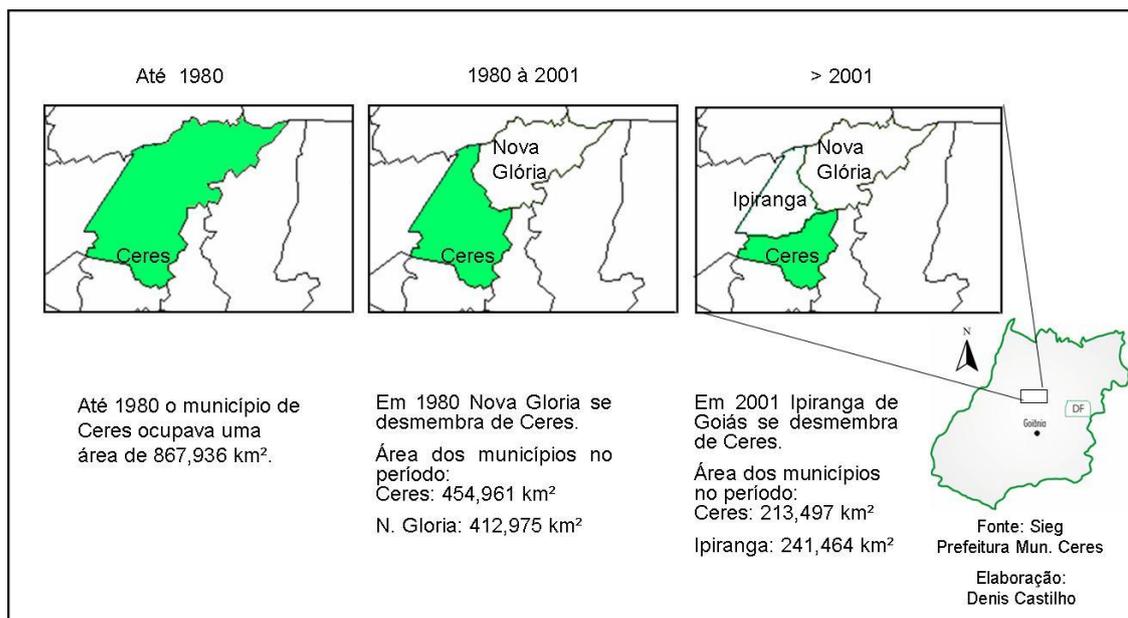


Figura 16 – Fragmentação territorial do município de Ceres, 1980-2001

A grande questão é que a principal área cultivável do município de Ceres foi desmembrada para Nova Glória em 1980 e para Ipiranga de Goiás em 2001. Entre os anos de 1940 e 1963 foram criados nos Brasil 2.029 municípios. Em Goiás, nesse mesmo período foram criados 128 municípios. De 1964 a 1992 foram criados mais 63 municípios nessa Unidade da Federação (IBGE, 2000). Fernandes apud Arrais (2007, p.110) afirma que após a constituição de 1946, “uma parte do Imposto de Renda arrecadado pela União passou a ser distribuído aos municípios, o que levou os estados a criarem novos municípios de forma indiscriminada”. Mas, e no caso de Ceres, a emancipação esteve ligada apenas “ao desejo do Estado de aumentar os repasses”? Por que a elite local desse município permitiu a fragmentação (emancipação de seus distritos)? Ela estaria preocupada apenas com a expansão dos serviços urbanos? Que política esteve ligada a esse processo?

Um fato interessante é que tanto a emancipação de Nova Glória, na década de 1980, como a emancipação de Ipiranga de Goiás, em 2001, ocorreram nos mandatos do então

prefeito e médico Valter Pereira Melo (1977-1982, 2001-2004). Grande parte dos entrevistados (atuais secretários, jornalista, professores, ex-prefeitos) afirmaram que na houve resistência às emancipações por parte da prefeitura de Ceres. Outros afirmaram que seria a pouca presença dos serviços da prefeitura e, conseqüentemente, a ausência de votos nesses dois distritos (Nova Glória e Ipiranga de Goiás) o motivo da “facilitação” à emancipação. Conforme depoimento de um ex-prefeito, houve resistência por parte das autoridades de Ceres para não emancipação de Nova Glória e Ipiranga de Goiás. Segundo ele, em seu mandato (entre os anos de 1993 e 1996), por exemplo, a emancipação de Ipiranga de Goiás não ocorreu. O ex-prefeito ainda afirmou que “eles conseguiram a emancipação em 2001 porque o processo estava bem montado”.

Apesar da resistência à emancipação, observa-se que a vocação de Ceres está voltada aos serviços da saúde. A grande maioria dos prefeitos de Ceres foram profissionais ligados a este segmento econômico (iremos discutir isso melhor no terceiro capítulo), mas não podemos negligenciar a tendência, em Goiás e no Brasil, à fragmentação territorial para fins administrativos, em que envolve interesses de governadores (década de 1980) de aumentar os repasses, tal como enunciamos acima.

O fato é que, à medida em que a modernização alterou a dinâmica socioespacial do Vale do São Patrício a partir das décadas de 1960 e 1970, o processo de desarticulação da pequena propriedade e da fragmentação territorial em Ceres levou a cidade se beneficiar do espaço herdado (em que a ação dos atores locais teve papel fundamental) para se firmar nos serviços. Santos (1996) comenta que as práticas depositadas nas coisas tornam condição para novas práticas e que os atuais segmentos de uma localidade repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. O espaço herdado – ou local herdado (BOURDIN, 2001), nesse sentido, vai depender da ação e/ou da atuação dos grupos locais. Por conseguinte, os atores sociais que se territorializaram naquela localidade viram no espaço urbano de Ceres e na sua articulação regional, a condição para a dinamização econômica do município. Isso pois, como arrancar de um município com área pouco acima de 200 km<sup>2</sup> e com topografia ondulada, uma economia baseada na agricultura?

Importante lembrar que essas questões tratam-se do município de Ceres nas décadas de 1970 e 1980. Diante de uma região que cresceu por meio das vias da Belém-Brasília em direção ao Norte e pelas vias de outras estradas pelo interior do Vale do São Patrício, Ceres se firmou na área de serviços. Estamos nos referindo a Ceres – e não a Ceres/Rialma, porque as alterações que determinaram a especialização do Núcleo ocorreram nesse município, como foi o caso da fragmentação territorial e do espaço

herdado da CANG. Ou seja, de fronteira agrícola nas décadas de 1940, 1950 e 1960, Ceres passou a se caracterizar como Centro Sub-regional a partir da década de 1970. Verificamos aqui uma redefinição do papel da cidade diante da divisão territorial do trabalho.

Isso ocorreu porque um centro urbano, conforme Corrêa (2006) está submetido a um dinamismo, maior ou menor e com ritmos variados próprio de cada contexto espaço-temporal. “Este dinamismo origina-se tanto de fatores externos como de fatores internos, a partir de possibilidades e motivações de seus agentes sociais” (p.312). Nesse dinamismo podem ser alteradas as funções dos centros urbanos. Portanto, a função de Ceres na região se estabeleceu pelo espaço herdado (CANG), pela formação territorial, pela posição, pelas condições de produção e pela atuação dos atores sociais que ali se estabeleceram.

A constituição de uma região, como nos lembra Bourdieu (1998), está vinculada à identidade e representação daqueles que produzem tal espaço. É por isso que ressaltamos também a participação dos atores sociais. Diferente da grande maioria das cidades goianas, as quais tiveram a participação direta de fazendeiros e políticos na formação territorial, em Ceres foram os profissionais da saúde (também fazendeiros e advogados) que desempenharam tal papel. Mas isso não decorreu simplesmente da vontade de tais atores. Pelo contrário, a própria emergência desses atores na estrutura de poder se deu conforme a divisão territorial do trabalho que se impunha – em que se deve considerar a demanda pela saúde, às políticas vigentes, às condições sociais de produção e as relações de trabalho.

Portanto, a partir das novas lógicas socioespaciais verificadas nas décadas de 1960 e 1970; pela nova divisão territorial do trabalho; pela desarticulação da pequena propriedade; pelo espaço herdado; pela fragmentação territorial; pela força política dos atores sociais; pela posição na região; pela demanda e inserção na lógica moderna de produção, o papel de Ceres é resignificado, pois houve uma especialização de seu núcleo e uma nova forma de se afirmar na região. Vejamos.

## **2.6 Especialização produtiva em Ceres: o surgimento dos hospitais**

Já nas primeiras décadas de sua formação, Ceres foi administrada por prefeitos médicos. A alta concentração de população no período da CANG e os conseqüentes índices de doenças que dali emergiram (como a malária) trouxeram a instalação de instituições de saúde ao núcleo urbano. À medida em que a ocupação se expandia pela região, a demanda aumentava. Isso porque não havia serviços de saúde em outros municípios, povoados ou vilas. E assim, novos hospitais foram instalados em Ceres. A

infra-estrutura de saúde que se desenhava ali tinha participação direta do Estado, visto que Ceres já possuía uma estrutura montada (espaço herdado da CANG) e uma demanda regional crescente. Também, papel relevante nesse processo foi da força política dos médicos que ali se instalaram e a posição de Ceres, centralizada na região e bem servida por estradas.

Como centro regional, Ceres se especializou na área de serviços, com especial destaque para a saúde, o que consolidou nessa cidade, conforme Cardoso (2005), um *cluster* de saúde. Dialogando com o referido autor, *cluster* é um setor da economia com diversas empresas que desenvolvem o mesmo ramo de atividade. Através da ação conjunta de tais empresas, uma dada atividade econômica ganha importância econômica e se consolida numa localidade. A proximidade física entre as empresas é de fundamental importância para o desenvolvimento coletivo entre elas. Também, há a concentração de organizações e uma estrutura de poder montada em torno do referido setor da economia. Nesse sentido, segundo Cardoso e Valverde (2007, p. 17) “o cluster, sendo uma forma de organização de produção regional que se estrutura a partir da identificação das complementaridades e das sinergias entre as empresas de um mesmo ramo de atividade, pode fazer com que a competição e a cooperação coexistam”. E acrescentam que,

Pela importância que tem para o sucesso dos arranjos locais, mantendo uma atração forte por novos investimentos e, por conseguinte, a atividade econômica regional e o nível de emprego dentro de curvas ascendentes, muito mais do que uma preocupação essencial das sociedades locais tem-se tornado uma busca dos governos como mecanismo para elevação de renda e produto (CARDOSO e VALVERDE, 2007, p.16).

Conforme os autores enunciados, a trajetória do *cluster* de saúde em Ceres teve sua origem associada a implantação da CANG e a fatores como demanda por serviços de saúde, localização, infra-estrutura, construção do Hospital da Colônia e o papel pioneiro dos médicos. Além desses fatores, a expansão do referido *cluster* pode ser explicada também pela “presença de mão-de-obra especializada e favorecida pela existência de redes de relacionamentos - vínculos sociais, profissionais e familiares - que contribuíram de diversas maneiras para que houvesse a multiplicação das organizações de saúde em Ceres” (CARSO, 2005, p. 6).

A clusterização é representativa do processo de especialização de Ceres. No entanto, pelo papel do contexto regional na estruturação de Ceres, preferimos dizer que houve uma (re)funcionalização produtiva. Ou seja, as heranças da CANG, aliado aos

processos de transformação da dinâmica socioespacial oriundos da chegada de novas lógicas territoriais e pela ação dos grupos locais foram determinantes para a especialização produtiva de Ceres. O primeiro hospital, denominado Hospital da CANG, iniciou seu funcionamento em 1946.

Com uma equipe composta de sete médicos, um farmacêutico, seis enfermeiras, um laboratorista e um auxiliar, o Hospital da CANG representou mais um elemento que permitisse a fixação dos colonos na região. O hospital, na década de 1940, era administrado pelo governo federal. Mas com a emancipação da Colônia, foi entregue à Igreja Católica – diocese da Cidade de Goiás, e passou a se chamar São Pio X (figura 17).



Figura 17: Hospital Pio X  
Fonte: acervo prefeitura de Ceres

Esse hospital teve papel substancial para a consolidação do setor de saúde em Ceres, já que atraíram pacientes e profissionais de muitas regiões do país. Também se tornou referência nas áreas de hanseníase e de parto natural<sup>10</sup>. Além do que, grande parte dos médicos de Ceres – que se tornaram figuras emblemáticas entre os atores sociais desse lugar, passaram por esse hospital. Alguns saíram para construir outros hospitais, dando início à expansão do setor.

---

<sup>10</sup> Pelos trabalhos de humanização do parto e nascimento, o Hospital São Pio X ganhou alguns prêmios de reconhecimento, como: 1º prêmio “GALBA DE ARAÚJO” pelo Ministério de Saúde em 1999 e título de “MATERNIDADE SEGURA” em janeiro de 2000. Recebeu em 1994 o título de “HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA”, concedido pelo UNICEF/OMS/MS, sendo o 11º do Brasil e 1º do Estado de Goiás. Fonte: prefeitura municipal de Ceres, 2008.

Em 1951 um dos médicos pioneiros da CANG, o Dr. Domingos Mendes da Silva, iniciou a construção de seu próprio hospital, hoje o Hospital Centro Goiano (figura 18a). Nesse mesmo hospital, em 1953, foi criado também uma Escola de Auxiliar de Enfermagem (ARANHA, 2001).

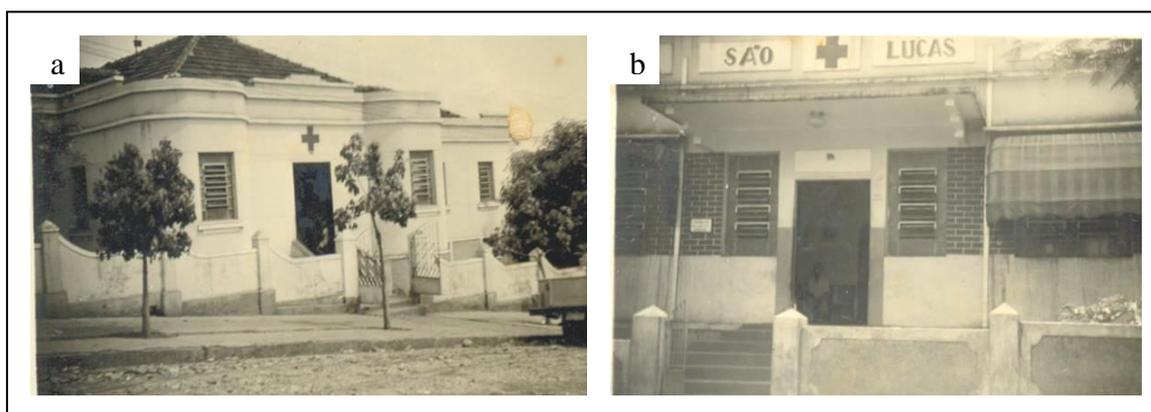


Figura 18: (a) Hospitais Centro Goiano; (b) Hospital São Lucas. Ceres – dec. 1950  
Fonte: acervo da prefeitura de Ceres

Nesse mesmo ano, outro médico pioneiro, o Dr. Jair Dinoah Araújo - que foi o primeiro administrador do Hospital da CANG, também se afasta desse para construir outro hospital, hoje o Hospital São Lucas (figura 18b). A posição de Ceres no Vale do São Patrício e mesmo na porção Norte do território goiano proporcionou o crescimento da demanda pela saúde. Isso porque novas cidades eram emancipadas, no entanto a infraestrutura de saúde se restringia à Ceres. E também, naquele período o deslocamento até Anápolis ou Goiânia não se fazia com facilidade – o automóvel ainda não era difundido e as estradas não ofereciam boas condições. Assim, diante de uma alta demanda, novos hospitais foram criados, como o Hospital São Patrício (1967), Hospital Santa Helena (1974), Hospital Bom Jesus (1975), Hospital Ortopédico (1975), Centro Materno Infantil de Ceres (1978) e o Instituto Médico de Ceres (1994). Desses hospitais, apenas o São Pio X é público, sendo federal com parceria dos governos Estadual e Municipal. O Hospital Santa Helena, criado em 1974, foi desativado. Em 2002 foi criado o Centro de Diagnósticos e Cirurgia – CDC.

A partir dessas considerações, a especialização produtiva em Ceres (representada pelo grande número de hospitais, clínicas e centros de saúde) atendeu as exigências do

sistema produtivo que se implantou na região principalmente na década de 1990 e no início do século XXI. Apesar da montagem ter se iniciado com a CANG, e que emergiu com a participação dos grupos sociais, os serviços de saúde seguiram as condições locais/regionais mas se estruturaram com as lógicas do mercado moderno. Portanto, a especialização e/ou tecnificação da saúde alteraram a estrutura de relações entre Ceres e municípios da região. A estrutura do setor de saúde dessa cidade é fruto de sua especialização diante da divisão territorial do trabalho que se implantou na região a partir da década de 1970. Iremos ver, no terceiro capítulo, que essa especialização – que também podemos chamar de (re)funcionalização, foi acompanhada por outros setores da economia, como é o caso da educação e de alguns serviços públicos regionais, os quais vão configurar uma nova cartografia da influência que os bens e serviços de Ceres exercem na região.

## **2.7 Reflexões sobre o processo de formação de Ceres/Rialma: um esforço de síntese**

Ceres e Rialma foram criadas em um contexto socioespacial brasileiro chamado por Corrêa (2006) de pré-globalização - sobretudo considerando a situação histórica da porção central deste país no contexto de criação e emancipação da CANG. A partir das décadas de 1960 e 1970 – com um peso maior da globalização, esses municípios tiveram que se adaptar às novas demandas externamente formuladas. A partir de suas especializações produtivas, verificou-se um novo papel na divisão territorial do trabalho e que diante disso os discursos ainda apontam a importância da posição de Ceres/Rialma na hierarquia urbana.

Pelas classificações do IBGE e também de estudos como de Gomes, Teixeira Neto & Barbosa (2005), Ceres aparece como centro Sub-Regional. Apesar de reconhecermos a importância dessa classificação, preferimos entender as novas funções desse município na produção do espaço e a sua relação com Rialma. À medida em que os lugares se globalizam, a divisão territorial do trabalho se torna mais complexa. Nesse contexto, conforme Corrêa (2006), uma cidade não se define mais pela posição na hierarquia urbana, mas pela especialização produtiva diante da divisão territorial do trabalho e pelo papel que cumpre na produção do espaço.

A análise do processo de formação territorial de Ceres/Rialma nos mostra um dado interessante. À medida que as lógicas da globalização alteraram a divisão territorial do trabalho, os municípios se refuncionalizaram. O pequeno núcleo urbano, no período da CANG, nasceu para servir de apoio à fronteira agrícola que estava em desenvolvimento. Já

na década de 1950 o núcleo assumiu perfil de lugar central, já que possuía armazéns, comercializava produtos agrícolas e estabelecia vínculos com outros centros, principalmente com Anápolis. Nas décadas de 1960 e 1970 houve uma forte alteração na estrutura fundiária e nas formas de produção. As pequenas propriedades deram lugar às pastagens das médias e grandes propriedades, num momento em que se verificava uma queda na população rural. Nesse mesmo período houve uma mudança no perfil do núcleo, que assumia perfil de centro sub-regional pela incorporação de novos serviços. Tal centralidade foi ampliada pela demanda da produção agrícola regional. Mas o núcleo também serviu como reservatório de força de trabalho, o que é característica comum entre as pequenas cidades.

As décadas de 1980 e 1990 marcaram um período de transformações decorrentes das novas atividades induzidas por forças de fora que vieram efetivar a especialização produtiva diante de uma nova divisão territorial do trabalho, agora mais complexa. No início do século XXI as variáveis externas, agora hegemônicas, trouxeram novas transformações para Ceres que se firmou na rede urbana regional por atividades que lhe forneceram identidade funcional.

De fronteira agrícola na década de 1950, Ceres no final do século XX e início do século XXI, se afirmou principalmente pelos setores de serviços. Esse processo envolveu o espaço herdado, a atuação dos grupos sociais, as políticas territoriais e as novas lógicas da globalização que acabaram por definir o papel dos municípios na produção do espaço. Como apresentamos anteriormente, a dinâmica econômica de Ceres se volta principalmente para o espaço urbano. Isso ocorreu na medida em que as atividades produtivas se dissociaram diretamente das produções agrícolas, conferindo ao pequeno centro de Ceres (e também, pela ligação direta, o núcleo urbano de Rialma) o caráter de *cidade no campo* (SANTOS, 1993).

Grande parte dos municípios da Microrregião de Ceres tem sua economia ligada à agropecuária, inclusive, alguns municípios tem uma ligação com a agroindústria, como Goianésia, Rubiataba, Itapaci e Carmo do Rio Verde. No entanto, Ceres, pelo setor de serviços, assume um perfil peculiar. A especialização dessa cidade foi possibilitada, como apontamos acima, pela demanda regional, que por sua vez existe em decorrência das atividades ligadas diretamente ao campo. Isto é, Ceres é uma *cidade “no” campo*, numa região onde grande parte das *cidades* são *“do” campo*.

Essa definição não fecha as possibilidades de análises. Ela nos indica o perfil de uma cidade na divisão territorial do trabalho. Por exemplo, se hoje Ceres é uma *cidade no*

*campo*, isso decorreu de um processo de transformação do seu conteúdo socioespacial, já que na década de 1950 era uma cidade do campo.

Isso ocorre porque a dinâmica socioespacial dessa cidade não está vinculada diretamente às atividades agrícolas, apesar dessas existirem. Também, a relação cidade/campo na década de 1950 se dava com a forte participação do campo. Hoje, essa relação ainda é expressiva, todavia, o comando daquilo que se faz no campo se concentra na cidade. Por exemplo, Rubiataba é uma cidade do campo, mas nos moldes da dinâmica socioespacial contemporânea, que é ditada pela cidade.

No que se refere à (re)configuração territorial, Santos (1988, p.67) afirma que “através das novas técnicas vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra”. Nos últimos anos verifica-se a incorporação vertical do capital na microrregião de Ceres, tal o exemplo do avanço da cana-de-açúcar. A porção norte do território goiano terá uma apropriação diferente daquela que ocorreu na porção sul. Se a partir da década de 1970 os solos e a proximidade com o Sudeste brasileiro tornaram a porção sul do território goiano privilegiada do ponto de vista da posição, as décadas que sucedem o século XXI irão apresentar novas formas de apropriação. Agora, com a evidência dos discursos ambientais e da bioengenharia, a biodiversidade e os saberes tradicionais serão elementos primordiais. A porção norte de Goiás, principalmente o Nordeste deste estado, passará por uma resignificação. Os saberes tradicionais serão supervalorizados assim como o potencial biológico da vegetação do Cerrado apropriados pelo capital moderno. Dessa vez a ciência, a técnica e a informação terão na vegetação um dos elementos principais para a reprodução do capital. Mas já vemos indicações dessa nova apropriação, como é o caso das paisagens apropriadas pelo turismo. As comunidades tradicionais já são “vigiadas” e estudadas na proposta de verificar os potenciais para apropriação do capital moderno. Enquanto isso, o que podemos falar de Ceres/Rialma nesse novo contexto que se abre? Essas questões serão avaliadas no terceiro capítulo, ao menos poderemos melhor fundamentá-las ou levantar novas questões.

## CAPÍTULO III

---

### OS NOVOS CONTEÚDOS DO ESPAÇO GOIANO E A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE CERES/RIALMA-GO:

O espaço de nosso tempo - o território em movimento

*A Geografia tende a ser cada vez mais a ciência dos lugares criados ou reformados para atender a determinadas funções, ainda que a forma como os homens se inserem nessa configuração territorial seja ligada, inseparavelmente, à história do presente.*

Milton Santos



### **3.1 Os novos conteúdos territoriais do espaço goiano e o contexto de Ceres/Rialma**

A proposta deste capítulo é a de compreender a dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma. Para tanto, é preciso ultrapassar o aspecto formal (a paisagem) para compreendermos o significado das relações que à fundamenta. Por conseguinte, compreender essas cidades a partir de suas dimensões socioespaciais é um desafio que nos coloca diante da necessidade de entender, paralelamente, o território goiano. No segundo capítulo falamos da formação de Goiás. Resta-nos saber que elementos nos permitem desenvolver uma leitura da sua atual dinâmica socioespacial.

A dinâmica espacial de Goiás na primeira década do século XXI é baseada na (re)produção e afirmação das lógicas distantes ou externas. Os elementos locais, ou o que Santos (1996) chama de variáveis internas, continuam participando da dinâmica de produção do espaço. Atualmente, no entanto, são as variáveis externas que se constituem enquanto hegemônicas.

O Estado ou a burocracia administrativa não se enfraqueceu, pelo contrário. Ele passa a ter papel fundamental, já que vem possibilitar a reprodução e circulação ampliada do capital. Por meio de projetos, políticas, etc, institui-se no território goiano uma lógica hegemônica: a modernização. Esse território passa a ser urbano; sinônimo de alta produção ligada à agricultura; das mercadorias; da reprodução e da circulação ampliada de capital. A produção de grãos, o efetivo bovino e a produção de leite são exemplos dessa alta produção, já que Goiás, nessas atividades, se destaca entre as Unidades Federativas do Centro-Oeste brasileiro e até mesmo do país.

Em 2006 Goiás foi o quarto maior produtor de grãos, com destaque para a soja com produção de 6.017.719 toneladas. Em 2005 registrou 20.726.586 cabeças de gado bovino, estando entre os quatro maiores rebanhos do país. Na produção de leite Goiás aparece em segundo lugar, com uma produção em 2005 de 2.648.599 mil litros. Goiás também se destaca na produção de álcool, com uma participação, em 2006, de 4,6% da produção

nacional (UNICA - União da Agroindústria Canaveieira de São Paulo, 2007). Isso pode ser verificado no consumo de energia, que registrou um aumento. Em 2000, segundo a ANEEL (2007) o consumo era de 6.578 Gwh, e em 2004 passou para 7.646 Gwh.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2007), em 2000, com um valor de 544.767 mil dólares, a participação de Goiás nas exportações nacionais representava 0,99%. Em 2007 (de janeiro a agosto) houve um aumento na participação (1,57%), já que as exportações atingiram a marca de 1.996.580 mil dólares. Houve também um aumento no Produto Interno Bruto. De acordo com a Gerência de Contas Regionais (2007), em 2002 o PIB goiano era de 37.416 milhões de reais, representando 2,53% do total nacional. Em 2005 foi atingida a marca de 50.536 milhões, no entanto representando 2,35% do total nacional (tabela 8).

Tabela 8 - Produto Interno Bruto – PIB – Goiás e Brasil, 2002 – 05

Ano	Valores Correntes (R\$ milhão)		Taxa de Crescimento (%)	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
2002	37.416	1.477.822	4,90	2,66
2003	42.836	1.699.948	4,32	1,15
2004	48.021	1.941.498	5,13	5,71
2005	50.536	2.147.239	4,22	3,16

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais

A estrutura desse PIB é baseada principalmente no setor de serviços (60,67%), mas a participação da indústria também é emblemática, já que representa 25,97%. (gráfico 4).

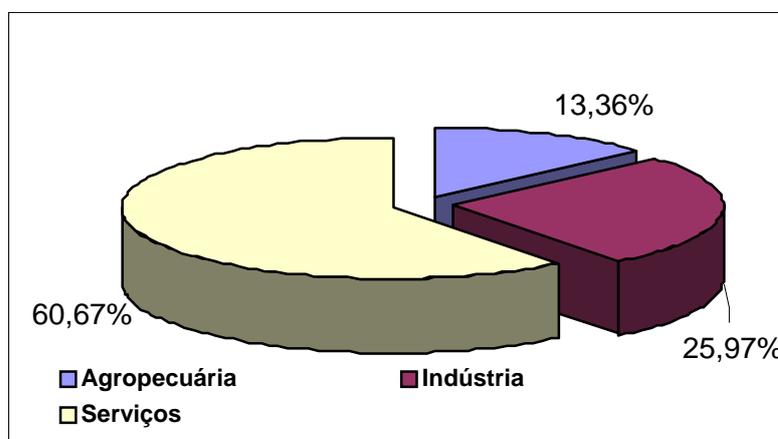


Gráfico 4 - Estrutura do Produto Interno Bruto – PIB - GOIÁS, 2005  
Adaptado de SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais

Apesar da representatividade do PIB goiano, a sua distribuição pelo território é desigual, estando concentrado principalmente nos municípios do centro-sul do Estado. No outro extremo, na Mesorregião Norte Goiano, apenas Niquelândia (pelas indústrias Codemin S/A e Companhia Níquel Tocantins) e Minaçu (pelas indústrias Funas Centrais Elétricas S/A, Sama – Mineração de Amianto Ltda e Tractebel Energia S/A) aparecem com destaque.

A constituição de uma infra-estrutura produtiva e os repasses da união foi decisiva para o aumento da produção. Conforme o Banco Central do Brasil (2007), as transferências de recursos do Tesouro Nacional para Goiás foi, em 2000, 1.034.112 mil reais, sendo o décimo terceiro Estado a receber maior quantidade e representando 2,91% do total dos repasses nacionais. Em 2006 essa quantidade foi multiplicada por dois. Foram transferidos para Goiás 2.147.773 mil reais, representando 3,13% do total dos repasses. Nesse ano esta Unidade da Federação foi a décima primeira do ranking.

A constituição de Goiás como território produtivo só foi possível a partir da incorporação dos meios de produção. Acrescentam-se aqui os meios infra-estruturais, como ferrovias, estradas, urbanização dos ambientes, etc. A natureza desse território, hoje, é a técnica - é a produção que vai para o mundo. E se o Estado é um elemento forte na sua formação, isso também contribui para que ele seja diferenciado. Por exemplo, algumas regiões tiveram influência de políticas e planos que foram pioneiros – tal o exemplo da CANG e da criação de Goiânia e Brasília para a porção central do estado. No Sul, é emblemático o papel dos grãos, da cana-de-açúcar e de indústrias transformadoras. Também há que mencionarmos as mineradoras no Sudeste e Norte desse território, além dos abatedouros (que se concentram principalmente na região Noroeste e Centro-Goiano) e beneficiadoras de grãos, que representam a força econômica da agropecuária.

Se Goiás, hoje, é cortado pela lógica da globalização, as grandes empresas se tornam agentes ordenadores do território. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (2005), dentre as maiores indústrias em arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS do Estado de Goiás, estão empresas de diferentes ramos, como apresenta o quadro 2.

Quadro 2 – As maiores indústrias em arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS do Estado de Goiás – 2005.

Nome da Indústria	Nome da Indústria
Companhia Energética de Goiás	Ford Motor Company Brasil Ltda
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	Bunge Alimentos S/A
Companhia Brasileira de Bebidas	Bertin Ltda
Mmc Automotores do Brasil Ltda	Centroalcool S/A
Arisco Produtos Alimentícios Ltda	Cooperativa Central Prods Rurais Mg Ltda
Volkswagen do Brasil Ltda	Cooperativa Mista Prod Rur Sud Go Ltda
Codemin S/A	Cargill Agrícola S/A
General Motors do Brasil Ltda	Toyota do Brasil S/A Indústria e Comércio
Fiat Automóveis S/A	Cimento Tocantins S/A
Primo Schincariol Ind de Cervejas e Refrig S/A	Bridgestone Firestone Brasil Ind Comércio Ltda
Refrescos Bandeirantes Indústria e Comércio Ltda	Brasfrigo S/A
Furnas Centrais Elétricas S/A	Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S/A
John Deere Brasil Ltda	Assolan Industrial Ltda
Indústrias Gessy Lever Ltda	Moto Honda da Amazônia Ltda
Friboi Ltda	Sociedade Michelin de Part Ind e Comércio Ltda
Cia de Cimentos do Brasil	Perdigão Agroindustrial S/A
Sama – Mineração de Amianto Ltda	Caramuru Alimentos Ltda
Natura Cosméticos S/A	Tractebel Energia S/A
Nestlé Brasil Ltda	Laboratório Teuto Brasileiro S/A
Indústria e Comércio de Carnes Minerva Ltda	Cipa Industrial de Produtos Alimentícios Ltda
Gillette do Brasil Ltda	Laticínios Morrinhos Indústria Comércio Ltda
Coniexpress S/A Industrias Alimentícias	Peugeot Citroen do Brasil S/A
Laboratório Neo Química Com Indústria Ltda	Companhia Níquel Tocantins
Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda	Brasal Refrigerantes S/A
Monsanto do Brasil Ltda	

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás. Elaboração: SEPLAN-GO.

Nos últimos anos, o que ocorreu com algumas regiões de Goiás e Minas Gerais, vêm ocorrendo com outros Estados – haja vista Tocantins e Rondônia, e mais especificamente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No Mato Grosso, é ilustrativo o caso de Alto Araguaia – onde vêm se desenvolvendo indústrias de peso (óleo e biodiesel), que se beneficiam da logística da Ferronorte e pela alta produção de grãos da região. O campo desse e outros municípios são fortemente alterados e as cidades se refuncionalizam para atenderem a produção, servindo inclusive como morada da mão-de-obra. Verifica-se aqui uma determinação territorial de cunho nacional. Cita-se ainda o projeto de hidrovias Araguaia-Tocantins, e junto, a Ferrovia Norte-Sul, já em fase de construção. Essa ferrovia ligará Anápolis à São Luíz, em um primeiro momento, e à Belém, posteriormente, cortando o meio norte do país.

A microrregião de Ceres passará por fortes alterações em sua estrutura produtiva, alterando, conseqüentemente, o seu conteúdo socioespacial. A questão é que, se verificarmos os planos de desenvolvimentos do país - incluindo projetos de hidrovias, rodovias, etc. fica evidente a tendência e direção que segue as modernas formas de produção. Ela parte das regiões Sudeste e Sul em direção ao Norte, mais precisamente ao

Noroeste do país – onde se encontra Rondônia. Mas ela também já mostra sinais de direção do Sul para o Norte, seguindo o caminho traçado pela Belém-Brasília e pela FNS.

### **3.2 As novas lógicas e dinâmicas socioespaciais**

Os elementos levantados no tópico anterior nos indicam que o espaço goiano, por meio das lógicas territoriais, extrapola os seus limites político-administrativos. Cada ponto, localidade ou lugar de sua extensão passa a ter relações com o mundo e, à medida que os elementos da globalização penetram o espaço goiano, o seu conteúdo é alterado e refuncionalizado. Da mesma maneira, novos centros são criados e os pré-existentes são refuncionalizados diante da nova divisão territorial do trabalho.

O tempo veloz se impõe. Assim, o território é forçado a se aderir, inovar e renovar os meios necessários à reprodução ampliada do capital. Diante disso, conforme Mendonça (2001), a explicação das transformações correntes de Goiás passa pelo entendimento da modernização. De acordo com Chaveiro (2005), o espaço goiano, numa faixa temporal de apenas três décadas (1960, 1970 e 1980), “viu alterar o quadro de uma vida espacial localizada no campo para sedimentar a vida no espaço urbano. Essa mutação espacial consagrou, junto, uma mutação simbólica amealhando e apavorando as referências identitárias do sujeito goiano” (CHAVEIRO, 2005, p. 175).

Essas considerações são necessárias para entendermos a maneira como Ceres/Rialma se inserem nas novas lógicas territoriais. Ainda sobre Goiás, Deus (2002) afirma que, proveniente de sua urbanização, o território goiano constituiu-se como nova fronteira de industrialização do Brasil e passou a ser um elo entre regiões devido à posição estratégica no eixo de desenvolvimento do país, por isso é cortado ao meio (elo de passagens). A agroindústria é constantemente (re)significada pelo mercado nacional e internacional. As incorporações da razão, da técnica e da ciência concursam para que o espaço goiano se transforme rapidamente.

Fatores como localização/solo, acesso/fluxo, posição e função possibilitam o entendimento de um fenômeno territorial, como, por exemplo, o fato do corredor de desenvolvimento agrícola atravessar Goiás. Isso faz com que a cidade e o campo constituam novas relações. Configura-se um território desigual e uma constelação de cidades diferenciadas: o entorno de Brasília, a região metropolitana de Goiânia, as cidades regionais, as cidades locais, os povoados, entre outras.

Conforme Barreira (2002), pensar a cidade e sua relação com a região contribui com o entendimento, por exemplo, dos locais que dinamizam as regiões, numa montagem em que o território é constituído por novas lógicas. Isto é, Ceres/Rialma – entre outras cidades goianas, estão inseridas no tempo da transformação rápida. Importante ressaltar que o modo como os elementos do capitalismo globalizado cruzam com os elementos da tradição se particularizam em Ceres/Rialma – sendo diferente em outros municípios. Também, alguns elementos do rural tradicional permeiam o espaço desses municípios devido às contingências de suas raízes, mas não há como entendê-las se menosprezarmos suas ligações com as novas lógicas existentes no território goiano.

A partir desses pressupostos, uma questão que envolve a análise sobre Ceres/Rialma trata-se de entender como esse núcleo urbano se fundamenta territorialmente a partir do cruzamento das variáveis internas e externas. Ou seja, no contexto atual de globalização, como Ceres/Rialma se posicionam diante das novas lógicas territoriais impostas? Para alcançarmos às respostas, há que nos aproximarmos, conceitualmente, do fenômeno em foco. Essa aproximação é feita pelo que chamamos de análise socioespacial<sup>11</sup>.

### **3.3 Elementos territoriais de Ceres/Rialma: a análise socioespacial**

Há um certo consenso entre os estudiosos da Geografia: de que esta ciência cumpre o seu papel e a sua função entre as diferentes áreas do conhecimento ao analisar a sociedade por meio de sua espacialidade. Nesse sentido, a compreensão da dimensão espacial da sociedade perpassa pela compreensão do papel do espaço nas práticas sociais e destas na configuração do espaço (CAVALCANTI, 1998).

Conforme Kant (1980) o espaço é um dado *a priori*; uma intuição pura que se manifesta a partir da relação que nós, sujeitos, estabelecemos com o mundo. O espaço, nesse sentido, não é coisa. É uma forma pura da intuição. Isto é, para Kant (1980), os objetos e as coisas só podem ser representados em um plano espacial. O que existe são representações espaciais da realidade - espacialidades ou espacializações. Isto é, a realidade possui a dimensão espacial conforme a nossa capacidade de percebê-la por este viés. De acordo com Santos (2002), o espaço é uma dimensão das coisas, o qual nos

---

<sup>11</sup> Saquet (2006) utiliza semelhante perspectiva teórica, o qual chama de “abordagem territorial”. Diferenciamos da perspectiva desse autor no sentido de considerarmos a análise socioespacial um processo do pensamento que releva, além da categoria “território”, também a “paisagem”, abordada no primeiro capítulo.

permite vê-las espacialmente. Portanto, do ponto de vista kantiano, espaço é uma intuição fundamental ao conhecimento da realidade.

Por outro lado, do ponto de vista do materialismo histórico, o espaço é *locus* da (re)produção das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 2001). Para Santos (1978) ele é uma produção social e que, portanto, está em processo de totalização. Espaço, para esse último autor, é a própria natureza transformada pelo trabalho. É, por conseguinte, um produto histórico. Nesse sentido, a análise deste capítulo refere-se ao que Santos (1978) chama de espaço de nosso tempo. O espaço, nesse sentido, será considerado como categoria do real (a totalidade em ação) e não da análise, já que para isso elencamos a paisagem (já trabalhada no primeiro capítulo) e o território para tal esforço metodológico.

De acordo com Machado (1997), a questão fundamental na Geografia é a de saber como se organiza uma sociedade na relação com os lugares. Nesses termos, analisar concretamente o território significa entendê-lo como um produto da história da sociedade, e que, portanto, está em constante movimento - modificação. Para o aprimoramento da análise contemporânea, “é necessário considerar não apenas as grandes transformações em termos mundiais dadas pelo desenvolvimento das redes técnicas, mas também o novo funcionamento do território que ocorre em níveis locais” (MACHADO, 1997, p.27).

Aqui temos um primeiro pressuposto: o funcionamento do território se concretiza e ocorre em níveis locais (CASTILHO & CHAVEIRO, 2008). Ou seja, como afirmou Santos (1988), são nos lugares que a globalização se concretiza. Sem acontecer de fato no lugar, a globalização não tem sentido, se torna uma coisa abstrata. E acrescenta:

A multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal.[...]. *O lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último* (SANTOS, 1988, p.34-35, grifo nosso).

Na medida em que os lugares se mundializam, se tornam únicos, singulares e específicos (SANTOS, 1988). Assim, as escalas locais e/ou unidades territoriais (como os municípios) na relação com o território são primordiais para o entendimento dos processos totalizantes do espaço – no caso, o goiano.

Para Raffestin (1993), o território é produzido por atores sociais nas relações de poder tecidas em sua existência. Ele é uma espacialidade onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, portanto, revela relações marcadas pelo poder. Acrescenta que, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, os atores

(sujeitos sociais) “territorializam” o espaço. Importante ressaltar, que as empresas e o Estado, através de recortes, implantações e ligações, são instituições produtoras de territórios.

Saquet (2006, p. 161) diz que os principais elementos constituintes do território são: “identidade (entendida como referência, enraizamento, ligação, afetividade, materialização, efetivação, lugar); relações de poder, dominação e subordinação; redes de circulação, comunicação e movimento”. Segundo o referido autor, “há no território a referência, a identidade e o estar em movimento; enraizamento e conexão, unidade na diversidade e diversidade na unidade” (ibdem).

Melo (2005) comenta que “o mundo globalizado dá outro sentido ao território, modifica o seu conteúdo, estabelece nele diferentes formas” (2005, p.144). Assim, as novas técnicas possibilitam maior rapidez, e o resultado é um espaço mais fluído, incorporado pelo tempo veloz. Assim, na contemporaneidade, o território é fruto e condição dos processos socioespaciais, em que há uma relação de reciprocidade entre as forças políticas, econômicas e culturais, mesmo que tais forças não são identificadas com facilidade (SAQUET, 2006).

Portanto, a abordagem a partir do território “consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida”(ibdem). No caso de nossa pesquisa, Ceres/Rialma nos mostra que seus lugares são movidos no cruzamento de variáveis internas e externas. Na medida em que os elementos da globalização são incorporados, o seu conteúdo territorial é alterado. Sposito (2008, p.32) comenta que “o município, como fenômeno complexo e em movimento, é território de constantes transformações, mesmo que essas não sejam visíveis na observação imediata”.

A análise socioespacial permite enxergar o território como um ente político e histórico tecido por relações de poder, e que, por isso, está em constante transformação. Isso significa que Ceres/Rialma teve diferentes dinâmicas, que mudaram e mudam conforme os contextos históricos. Configura-se nesse núcleo urbano o tempo espacial (SANTOS, 1996), o qual nos permite identificar as nuances do agora. Esse tempo - dimensão do funcionamento de Ceres/Rialma, hoje, não é o mesmo que noutras cidades. Portanto, ele é o elemento particularizante do lugar. Isso ocorre pelo fato da configuração espacial ser heterogênea – devido processos históricos de formação e de elementos como sistema produtivo, posição, função, etc. Conforme Santos (1996b, p.25) “la realización

práctica de uno de los momentos de la producción supone un lugar propio, diferente para cada proceso o fracción de proceso; el lugar se vive así, a cada momento histórico, dotado de una significación particular.”

Neste caso, as cidades também se diferenciam. Por exemplo, o tempo espacial e/ou presente em Ceres/Rialma mantém ritmos e dinâmicas diferentes de outras cidades goianas e de outras Unidades da Federação. Isso porque, conforme Saquet (2005,p.44)) “cada lugar tem seu tempo ou seus tempos, suas singularidades e, cada tempo, o seu lugar, materializando-se diferentemente em razão das determinações sociais [economia, política e cultura (EPC)]”.

Conforme já mencionamos, Ceres e Rialma, pela proximidade e pela relação de interdependência, aparecem como unidade territorial, que é desenhada pelo cruzamento das variáveis internas (as tradições, as condições locais, a atuação dos grupos sociais) e externas (proveniente da modernização do território goiano). Portanto, não há como pensar esse núcleo sem considerar a sua relação com os municípios vizinhos e aqueles de sua influência. Ou seja, o município, como unidade territorial, deve ser pensado no contexto regional, sobretudo, territorial. Aqui podemos mencionar elementos como relações sociais de produção, as trocas, os fluxos, a mobilidade social, os serviços, os produtos, etc. É um cruzamento também de elementos quantitativos (relativos à economia) e qualitativos (da política). Essas considerações estão sistematizadas na figura 19:

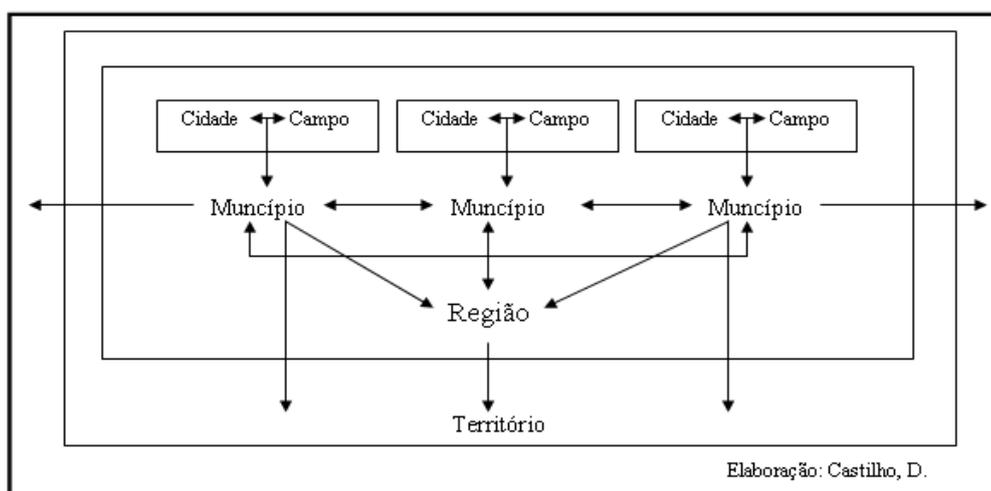


Figura 19 – Constituição territorial por unidades municipais

Observe que as setas não seguem apenas uma direção. Elas indicam uma relação recíproca entre os municípios – tanto aqueles que ocupam posição inferior na rede urbana como aqueles que têm maior amplitude de influência. Por vias de acesso/fluxo, trocas,

dependência, relações, etc. a dinâmica socioespacial é constituída. É o espaço fluído, em movimento e constante mutação – havendo, portanto, uma infinidade de conexões que interligam as coisas. Como afirma Saquet,

Território apropriado e produzido econômica, política e culturalmente (de forma material e ideária; objetiva e subjetivamente), centrado no enraizamento, nas relações de poder e na cristalização de redes geográficas de circulação e comunicação. Há, portanto, no território, **fixação e movimento, contradições e unidades**; dominação e subordinação, controle *do e no* espaço geográfico, que está contido na formação territorial, não como substrato, palco, mas como elementos presente, inerente às conjugações internas do território (2005,p.48 – grifo nosso).

Ou seja, a lógica atual do território é constituída sob hegemonia das variáveis externas. O mosaico apresentado pela figura 19 mostra que os municípios, enquanto unidades territoriais, mantêm relações que extrapolam o sistema regional, inclusive o território. O fato é que, como nos mostra Santos (1978), é que não somente as grandes metrópoles são, em nossos dias, cidades globais; as mais pequenas cidades também o são.

Portanto, a relação dos municípios, “ligados ao mundo”, é evidente principalmente a partir do momento que Goiás se inseriu na economia nacional e internacional. O Estado, nesse contexto, se constitui como importante ator no processo de configuração territorial ao lado de empresas de diversos segmentos. É preciso considerar, no entanto, conforme Haesbaert (1997, p.44), que “o mundo moderno das territorialidades contínuas regidas pelo princípio da exclusividade (cada Estado com seu espaço e suas fronteiras bem delimitadas frente ao território do outro) estaria cedendo lugar hoje ao mundo das múltiplas territorialidades ativadas de acordo como os interesses, o momento e o lugar em que nos encontramos”. Numa escala regional, estadual ou nacional, Ceres/Rialma é influenciado por uma lógica territorial em que o Estado, as empresas e o capital moderno desempenham papéis primordiais. Mas também há os múltiplos territórios – ou territorialidades, constituídos pelas relações de poder que se estabelecem na escala local.

Entender essa montagem é um caminho que merece fundamento e análise profunda. É o que cumpre o território enquanto categoria do método. A leitura socioespacial nos leva a entender de que maneira os sujeitos sociais se organizam como um todo na relação com o espaço<sup>12</sup>, o que pressupõe examinar minuciosamente fatores materiais e não materiais. Isso

---

<sup>12</sup> O espaço enquanto natureza transformada pelo trabalho, que é a segunda natureza ou natureza humanizada. A natureza é então, concebida pela Geografia segundo as relações sociais de produção. Portanto, não podemos confundir a relação sociedade/natureza com sociedade/espaço.

porque “território e espaço estão ligados, entrelaçados, pois o primeiro é fruto da dinâmica socioespacial” (SAQUET, 2005, p.49).

Nesse sentido, vimos que a dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma se configura no contexto da modernização de Goiás. Processo este que dá ao território o sentido do movimento, já que se reconhece a ação diante das relações sociais de produção. O entendimento desse processo é importante para que possamos nos situar nas abordagens que sucedem, tal como a posição, a função, o sentido socioespacial dos serviços, a constituição da nova divisão territorial do trabalho, o papel do Estado e dos Grupos sociais e a constituição dos sujeitos. Esses temas serão analisados conforme a proposta deste capítulo: entender a dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no contexto das atuais lógicas territoriais.

### **3.4 A Posição de Ceres/Rialma**

No primeiro capítulo apresentamos o Núcleo Urbano Ceres/Rialma e os respectivos municípios pela via da paisagem. Naquele momento um dos elementos apresentados foi a localização dos municípios tanto na Microrregião como no estado. No entanto, falar de posição requer uma discussão que vai além da simples localização geométrica. Isto é, a pergunta que poderíamos levantar no primeiro capítulo é: “onde se localiza Ceres/Rialma do ponto de vista cartográfico?” Já do ponto de vista da posição, a pergunta ganha uma conotação socioespacial: “onde Ceres/Rialma se localizam em Goiás do ponto de vista territorial?”

A resposta começou a ser desenhada no segundo capítulo, em que discutimos a formação territorial de Ceres/Rialma no contexto territorial goiano. A *posição*, nesse sentido, é uma construção social, por isso é histórica. Em cada período ela assume feições diferentes. No processo de formação territorial, a posição de Ceres/Rialma esteve ligada aos projetos nacionais e regionais que foram implantados naquela localidade. Tais projetos, como exemplo, a CANG, representou a atuação do Estado nacional para o desenvolvimento regional, seja ele beneficiando certos grupos ou não. A questão é que a infra-estrutura e os meios de produção, assim como a mão-de-obra (representado em grande parte pelos migrantes/colonos do período) trouxeram uma característica peculiar para Ceres/Rialma. Aqui podemos mencionar as estradas, as rodovias, as características físico-territoriais do “Vale do São Patrício”, os estabelecimentos e instituições que se alocaram em Ceres/Rialma, os municípios que surgiram nas proximidades e as atividades socioeconômicas que foram implantadas na região.

Esses elementos nos permitem identificar a posição de Ceres/Rialma no território goiano. Segundo Corrêa (1994), posição refere-se à localização da forma espacial comparativamente às outras formas: na foz de um rio, no contato entre regiões densamente povoadas e regiões não povoadas, etc. Acrescentamos, conforme já apontamos em outro trabalho (CASTILHO, 2007), fatores como processo de formação territorial e montagem da estrutura fundiária, localização (relativo a outras cidades) e acesso/fluxo (estradas). O principal acesso à Ceres/Rialma é por meio da BR-153, Belém Brasília, que liga este núcleo urbano às cidades do Norte Goiano e Rubiataba pela GO 334. Ao Sul, a BR-153 dá acesso à Rianópolis, Jaraguá, Anápolis, Goiânia, etc. Santa Isabel está à leste, pela GO 480 e as cidades de Carmo do Rio Verde, Uruana, São Patrício, etc, estão à oeste pela GO 154.

Desde o período da CANG, Ceres exerce posição de centralidade na localidade hoje denominada microrregião de Ceres. Elementos como acesso/fluxo são determinantes nesse processo, mas a oferta de produtos e serviços em Ceres – que decorreu da demanda regional, também foi e é substancial. A vocação de um município conforme o contexto econômico de um período também merece destaque nesse processo. Por exemplo, no período aurífero, municípios como Goiás tinham posições privilegiadas no território. Mas as lógicas mudaram, e municípios que nasceram da atividade mineradora, como Pilar de Goiás, se estagnaram.

Ou seja, a posição não se resume numa simples localização “geométrica”, mas numa localização “geográfica”, já que envolve a ação e as relações sociais de produção em um determinado lugar. Como bem aponta Bourdin (2001, p.168), “a localização é, pois, um processo de construção da ação, de formulação e de realização de objetivos, com relação a um contexto de recursos e de exigências que constitui o lugar e é constituído por ele”. Para efeito de exemplificação, poderíamos dizer que a localização da cidade de Goiás é a mesma desde o seu surgimento. No entanto, sua posição no território mudou: a sua função já não é a mesma e a atividade econômica já não responde as exigências da circulação de capital como respondeu no período aurífero. Isso ocorre por que, como aponta Bourdin (2001), o local ou lugar nada tem de imutável, já que constitui ao contrário um contexto instável de produção da ação. Voltando ao exemplo, por outro lado, podemos mencionar municípios que, por condições favoráveis de reprodução do capital (posição) e por atuação dos grupos locais e dos atores hegemônicos se constituem em pontos estratégicos e por isso exercem influências que transcendem o seu entorno imediato, como exemplo de Catalão, Itumbiara e Rio Verde na porção Sul de Goiás, Porangatu, Goianésia e Ceres na porção Norte. Convém mencionar que, por questões políticas, administrativas e

de recursos (como os minérios), outros municípios também vão desenvolver posição estratégica no território.

Por conseguinte, podemos concluir que a *posição* de um município ou região refere-se ao contexto histórico, sobretudo territorial. Se no período da CANG, Ceres/Rialma se posicionavam no território pela produção agrícola (arroz, milho, etc), no período contemporâneo novos elementos determinam essa posição. Isso ocorre por que a especialização e a diversificação dos bens favorecem a localização (BOURDIN, 2001), ou o que preferimos chamar de posição. Outras questões enriquecem esse debate. Por exemplo, qual é o contexto econômico do território goiano e nacional na contemporaneidade? Há uma visível e efetiva participação no mercado internacional. No caso de Goiás, os complexos da carne, dos grãos, do leite, da mineração, etc, e recentemente a atividade canavieira, acabam por determinar a dinâmica econômica de cada região produtora.

Nesse sentido, é necessário considerarmos que Ceres/Rialma se localizam numa região onde as atividades relacionadas à cana-de-açúcar são crescentes. Itapaci, Rubiataba, Carmo do Rio Verde e Goianésia já possuem destilarias e a produção agrícola de cana-de-açúcar está presente em todos os municípios da Microrregião de Ceres. No entanto, como apresentamos no segundo capítulo, em decorrência da fragmentação (emancipação de Nova Glória e Ipiranga de Goiás), o município de Ceres ficou restrito aos 213 km<sup>2</sup>. Dessa área, apenas 5% da topografia é plana, sendo 45% montanhosa e 50% ondulada. Já Rialma possui uma área de 268,9 km<sup>2</sup>, e uma alta produção de cana-de-açúcar.

Ou seja, a área municipal de Ceres que no período da CANG significava privilégio por ser rica em água e solos férteis, hoje é restrita à uma pequena área. Além da forte redução no tamanho, há os insumos agrícolas e métodos de correção de solo (calagem). É por isso que municípios como Goianésia tiveram uma ascensão econômica. Isso porque a área municipal (incluindo solos e relevo), a localização e infra-estrutura (estradas, serviços e produtos), a atuação dos grupos locais e o contexto econômico vivenciado por Goiás são favoráveis e/ou primordiais para um município com economia em crescimento.

Levantamos esses exemplos para dizer que o contexto econômico é fator determinante para a posição de um município, mas as condições de reprodução também são primordiais. A história, nesse sentido, é determinante no sentido do processo e desenvolvimento de uma atividade, e o território (ou Geografia), determina no sentido das condições para esse desenvolvimento. Com isso está montada a posição de uma localidade. Isto é, Ceres/Rialma, se localizam numa região onde o desenvolvimento econômico se

baseia na agropecuária e já mostra sinais de expansão da atividade canavieira, mas também há os serviços nas cidades; há também outras atividades agrícolas ainda expressivas, inclusive, o acesso/fluxo é substancial na configuração de um sistema urbano regional.

É, portanto, que, apesar de não se beneficiar diretamente da atividade canavieira, Ceres possui uma localização estratégica no sentido da posição geográfica, o que beneficia a estruturação e manutenção da oferta de serviços e produtos. Há uma evidente divisão territorial do trabalho na própria Microrregião de Ceres, onde grande parte das cidades tem uma forte ligação com as atividades do campo mas que, no entanto, no caso de Ceres, o seu papel está ligado à oferta de serviços.

### **3.5 Ceres: uma cidade no Campo**

Corrêa (1999) faz uma análise da globalização e de seus impactos na diferenciação entre os pequenos centros urbanos e suas articulações. Nas palavras do autor,

a elevada ocorrência de pequenos centros, deriva, por um lado, de uma necessária economia de mercado, por mais incipiente que seja, geradora de trocas fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho. De outro, deriva de elevadas densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural caracterizado pelo trabalho intensivo (p.258-259).

Ou seja, a constituição dos pequenos centros contribui com a criação de demanda de bens e serviços numa determinada rede urbana. Como constataram Oliveira e Soares (2002), a modernização agrícola impôs a criação de setores comerciais e de serviços voltados para as necessidades imediatas dos habitantes das pequenas cidades. Assim, pela maneira que se inserem na divisão territorial do trabalho, os pequenos centros vão se especializar conforme as lógicas territoriais impostas. Algumas terão suas atividades econômicas voltadas diretamente ao campo - é o que Santos (1993) chama de cidade do campo. Conforme a dinâmica econômica das cidades da Microrregião de Ceres, grande parte delas se enquadram nessa definição de Milton Santos. Aqui podemos mencionar Rubiataba, Itapaci, Carmo do Rio Verde, Itapuranga e Goianésia, as quais possuem usinas de álcool. A localização das destilarias nesses municípios impacta a dinâmica econômica também dos outros municípios da Microrregião. Isso concorrerá para que a cana-de-açúcar

esteje entre as atividades com maior produção em praticamente todos os municípios. Mas as atividades agrícolas não se resumem na cana-de-açúcar. A pecuária também é significativa, assim como a produção de arroz, banana, seringa, feijão, melancia, milho e soja.

Conforme Santos (1993), há, também, as pequenas cidades que têm seus sistemas produtivos especializados e não ligados diretamente à produção agrícola. Esse é o caso de Ceres que se caracteriza como uma cidade no campo. Ou seja, trata-se de uma cidade vinculada aos serviços, mas que se localiza numa Microrregião onde praticamente todos os municípios mantêm uma ligação direta com o campo. Veremos, então, isso mais de perto. Iremos começar por apresentar alguns dados relacionados à agricultura, em que iremos dar uma atenção especial à cana-de-açúcar, um “produto” ligado à modernização da agricultura em Goiás e que está ligado às políticas de desenvolvimento econômico tanto desta Unidade da Federação como do Brasil.

Os dados nos mostrarão que, do ponto de vista econômico, a Microrregião de Ceres é “do campo”. Faremos isso para entendermos melhor o contexto regional onde se localiza Ceres/Rialma. Os dados também nos auxiliarão na compreensão das atuais transformações que vêm ocorrendo nessa microrregião; transformações estas que se expandem para o Norte Goiano, alterando assim a dinâmica socioespacial dos municípios. Isto feito, mostraremos, também, num primeiro momento, um conjunto de dados e informações relacionado ao setor de saúde em Ceres. Apresentaremos, num segundo momento, os serviços como um todo (educação, comércio varejista e instituições regionais) no núcleo urbano Ceres/Rialma. O levantamento e interpretação da estrutura dos serviços contribuirá para a compreensão do papel e/ou a função desse núcleo na região.

### **3.5.1 A expansão da cana-de-açúcar pela região**

Se o processo de modernização do território goiano transformou Ceres e Rialma nas últimas décadas do século XX, hoje não é diferente. Elas passam por um processo de transição pela maneira como as lógicas territoriais se impõem na região. Assim, o elemento que exerce papel determinante ou que expressa a nova lógica econômica no contexto atual é a cana-de-açúcar (figura 20).



Figura 20 – Plantação de Cana-de-Açúcar. Município de Rialma, 2008.  
Autor: Castilho (2008).

A cana-de-açúcar transforma não somente a paisagem rural dos municípios, como também a dinâmica socioespacial como um todo. Estamos nos referindo a uma atividade econômica emblemática na Microrregião a qual Ceres e Rialma estão inseridas. E se essa atividade transforma o território, isso é refletido mesmo nos municípios que não possuem destilarias, como é o caso de Ceres e Rialma.

Conforme a tabela 9, Ceres apresenta uma produção pequena. Mas de 2006 para 2007 a sua produção multiplicou-se por dois, de 34.000 toneladas para 76.500 toneladas. No caso de Rialma, a produção é cinco vezes maior que a de Ceres (393.600 toneladas em 2007), onde também houve um aumento de 2006 para 2007, no entanto menos expressivo. Isso mostra que a cana-de-açúcar avança pela Microrregião de Ceres, o que altera, além da dinâmica econômica regional, as relações de trabalho e o papel de Ceres/Rialma nesse âmbito. Para entender esse contexto é importante considerarmos alguns indicadores regionais.

Os dados apontam a microrregião de Ceres como a maior produtora dessa cultura entre todas as microrregiões de Goiás. Conforme a Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento (2008), nessa microrregião, em 2007, foram 84.006 hectares de área colhida e uma produção de 6.580.805 toneladas (tabela 9).

Tabela 9 - Microrregião de Ceres: Produção da Cana-de-Açúcar (t) – 2006-2007

Município	2006		2007	
	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)
Barro Alto	306.000	3600	349.580	4540
Carmo do Rio Verde	408.750	5450	525.000	7000
Ceres	34.000	400	76.500	900
Goianésia	1.020.000	12000	1.125.400	13240
Guaraíta	2.000	40	2.000	40
Guarinos	800	20	800	20
Hidrolina	80.500	1150	100.375	1606
Ipiranga de Goiás	264.000	3300	264.000	3300
Itapaci	339.200	4240	384.000	4800
Itapuranga	208.000	2600	855.000	9500
Morro Agudo de Goiás	4.000	80	5.000	100
Nova América	26.250	350	37.500	500
Nova Glória	701.250	9350	723.750	9650
Pilar de Goiás	1.000	20	1.000	20
Rialma	333.000	3700	393.600	4800
Rianópolis	6.000	100	73.500	1050
Rubiataba	262.500	3500	476.000	6800
Santa Isabel	60.000	750	352.750	4150
Santa Rita do Novo Destino	203.350	2450	207.400	2440
São Luiz do Norte	395.500	5650	344.650	5650
São Patrício	150.000	2000	150.000	2000
Uruana	91.000	1300	133.000	1900
<b>TOTAL: 22</b>	<b>4.897.100</b>	<b>62.050</b>	<b>6.580.805</b>	<b>84.006</b>

Fonte: IBGE. Elaboração: Castilho, D.

Atualmente a Microrregião de Ceres também comporta o maior número de Usinas em operação do Estado, somando um total de 6, que estão sediadas nos municípios de Carmo do Rio Verde, Rubiataba, Itapaci, Itapuranga e Goianésia. Está em implantação mais 2 usinas. Com projeto aprovado também são duas, e em análise, novamente, 2 usinas. Ou seja, soma-se um total (em operação, implantação e em análises) de 12 usinas para essa microrregião. Observe detalhes na tabela 10.

Tabela 10 – Usinas da Microrregião de Ceres por Município e Categoria

Município	Em Operação	Em Implantação	Projeto Aprovado	Em Análise	Total
Barro Alto	0	1	0	1	2
Carmo do Rio Verde	1	0	0	0	1
Goianésia	2	1	0	0	3
Itapaci	1	0	0	0	1
Itapuranga	1	0	0	1	2
Rubiataba	1	0	0	0	1
Santa Isabel	0	0	1	0	1
Uruana	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>12</b>

Fonte: SEFAZ, 2006 e SEPLAN, 2006.

Os dados atuais colocam a Microrregião de Ceres como a maior detentora de usinas em atividade. No entanto, os projetos para implantação de novas usinas irão colocar as microrregiões de Meia Ponte, Sudoeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois como as maiores detentoras, como mostra a tabela 11.

Tabela 11 – Distribuição das Usinas por Mesorregião, Microrregião e Categoria de Licenciamento Ambiental

Mesorregião	Microrregião	Em operação	Em Implantação	Com Projeto Aprovado	Em análise	Total
Centro Goiano	Anápolis	1	1	2	0	4
	Anicuns	1	2	0	0	3
	Ceres	6	2	2	2	12
	Goiânia	0	0	2	0	2
	<b>Subtotal</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>21</b>
Leste Goiano	Entorno DF	0	0	2	0	2
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
Noroeste Goiano	Rio Vermelho	0	0	0	1	1
	S.Miguel do Araguaia	0	0	0	1	1
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Norte Goiano	Porangatu	0	0	1	0	1
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Sul Goiano	Catalão	1	0	0	2	3
	Meia Ponte	2	9	11	4	26
	Pires do Rio	0	1	0	1	2
	Quirinópolis	1	4	2	0	7
	Sudoeste de Goiás	3	8	6	3	20
	Vale do Rio dos Bois	3	2	13	1	19
	<b>Subtotal</b>	<b>10</b>	<b>24</b>	<b>32</b>	<b>11</b>	<b>77</b>
<b>Total Geral</b>		<b>18</b>	<b>29</b>	<b>41</b>	<b>15</b>	<b>103</b>

Fonte: SEFAZ, 2006 e SEPLAN, 2006.

No Estado de Goiás, em 2008, a cana-de-açúcar já ocupa uma área de 347.912,20 ha distribuídos em 77 municípios (figura 21). Conforme a tabela 12, ela está presente em todos os municípios da Microrregião de Ceres.

Os dados do Estado de Goiás são importantes para compreendermos a Microrregião de Ceres no contexto Estadual. Isso mostra a maneira como essa microrregião se insere no contexto territorial e a tendência do desenvolvimento econômico que culmina com as transformações da dinâmica socioespacial dos municípios. Acrescentam-se aqui projetos como a ferrovia Norte-Sul, que provavelmente alavancará a produção regional. Por exemplo, além dos projetos de destilarias para municípios da Microrregião de Ceres (como visto na tabela 10), há também dois projetos aprovados para Jaraguá e Uruaçu e um em análise em Crixás. São municípios próximos de Ceres/Rialma, o que demonstra uma tendência regional muito forte.



Figura 21: A cana-de-açúcar mapeada em Goiás – 2008

A cana-de-açúcar se destaca na produção agrícola regional, mas não podemos deixar de considerar outras atividades agrícolas, inclusive aquelas vinculadas à economia dos municípios desde o período de suas origens, dentre outras atividades que contribuem com a dinâmica econômica regional, como a mineração (Barro Alto), arroz (com maior produção em Uruana, Itapuranga, Itapaci e Barro Alto), a banana (Uruana, Carmo do Rio Verde e Itapuranga), a seringa (Goianésia), o feijão (Uruana, Itapaci e Santa Isabel), a Melancia (Uruana e Carmo do Rio Verde), o Milho (Itapuranga, Uruana e Goianésia) e a Soja (São Luíz do Norte e Goianésia).

Tabela 12 - Microrregião de Ceres: Produção Agrícola – 2007

MUNICÍPIO	Arroz	Banana	Feijão	Melancia	Milho	Soja
	Produção (t)	Produção (t)	Produção (t)	Produção (t)	Produção (t)	Produção (t)
Barro Alto	1.080	32	-	-	8.640	2.700
Carmo Rio Verde	1.018	3.200	144	10.880	8.636	-
Ceres	425	-	28	-	1.050	-
Goianésia	680	30	-	-	11.250	3.240
Guaraíta	325	100	30	-	7.560	-
Guarinos	220	300	12	-	810	-
Hidrolina	490	70	5	-	1.350	2.030
Ipiranga de Goiás	360	200	54	2.400	2.080	-
Itapaci	1.300	-	690	-	3.225	1.840
Itapuranga	1.440	1.980	104	6.080	17.600	-
Morro Ag. Goiás	198	180	5	-	437	-
Nova América	280	120	6	-	690	-
Nova Glória	480	-	5	-	1.395	-
Pilar de Goiás	490	240	18	-	1.430	-
Rialma	690	240	12	1.000	1.520	375
Rianópolis	400	-	6	-	900	990
Rubiataba	270	200	18	600	2.790	-
Santa Isabel	700	-	159	5.100	2.210	805
Santa R. do N. Destino	320	-	-	-	4.800	2.700
São Luiz do Norte	261	30	140	450	2.125	9.900
São Patrício	380	-	12	-	1.550	-
Uruana	4.500	3.600	912	133.000	16.500	575
<b>TOTAL: 22</b>	<b>16.307</b>	<b>10.522</b>	<b>2.360</b>	<b>159.510</b>	<b>98.548</b>	<b>25.155</b>

Fonte: IBGE.

Adaptado de SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2008).

Como a tabela 12 apresenta, tanto Rialma como (principalmente) Ceres, não se destacam em nenhuma das atividades agrícolas. Já em relação à cana-de-açúcar, Rialma apresenta uma significativa produção: 393.600 toneladas em 2007. Para efeitos de comparação, Itapaci, que possui uma usina, produziu nesse mesmo ano 384.000 toneladas de cana-de-açúcar. Portanto, o fato da produção de outros produtos agrícolas ser pequeno em Rialma se explica pelo predomínio da cana-de-açúcar e pela proximidade com Rubiataba, Itapaci e Goianésia. No caso de Ceres, além da pequena área municipal (213km<sup>2</sup>), o município se volta para as atividades ligadas aos serviços.

Esses elementos indicam que a grande maioria dos municípios da microrregião de Ceres estão ligados diretamente as atividades do espaço rural. A modernização que se passa pelo campo (como é o caso da cana-de-açúcar), acompanha os projetos para o

crescimento econômico da região<sup>13</sup>, como a Ferrovia Norte-Sul, as destilarias aprovadas, as mineradoras em Barro Alto, a usina de Biodiesel em Porangatu, etc.

A relação cidade-município-região nos mostra que a gestão do que ocorre no campo está na cidade, e que as tendências regionais influenciam as dinâmicas urbanas. Mesmo sabendo do papel que cumpre as cidades nessa lógica, nota-se que o campo, no caso da Microrregião de Ceres, cumpre papel substancial na economia dos municípios. É por isso que podemos dizer que Ceres, pelo fato de estar estruturada principalmente pelo setor terciário, é uma cidade no campo. Mais a frente, veremos de perto que sentido socioespacial esses serviços possuem.

A posição dessa cidade (Rialma, neste caso, é uma extensão que mantém uma relação de interdependência com Ceres), enfim, juntamente com a atuação dos grupos locais, é o elemento fundamental de sua dinâmica socioespacial. Levantamos alguns dados agrícolas da Microrregião para enfatizar a área pelo qual Ceres/Rialma se posicionam. Isto é, na proposta de compreendermos melhor o que está nos arredores desse núcleo urbano e o que se passa pela região. Assim, resta vermos mais de perto o que justifica o fato de Ceres/Rialma exercerem a função de fornecedoras de serviços para a região.

O estudo feito pelo IBGE sobre Regiões de Influência das cidades – REGIC, com dados de 1993 e de 2007, nos auxiliará na análise do papel que essas cidades exercem na região do ponto de vista da oferta de produtos e serviços. Também apontaremos alguns dados obtidos por pesquisas que realizamos junto aos municípios de Ceres e Rialma na proposta de averiguar seus papéis microrregião.

### **3.6 A função de Ceres/Rialma na nova divisão territorial do trabalho e sua área de influência**

Conforme Santos (1996), a divisão social do trabalho é frequentemente considerada como a repartição do trabalho vivo. “Essa divisão, vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada divisão territorial do trabalho” (p.139). Isto é, a divisão social do trabalho se localiza, e ao se localizar ganha sentido territorial, principalmente por estar ligada a um conjunto e, portanto, às relações sociais de produção.

---

<sup>13</sup> Neste caso estamos considerando também o Norte Goiano devido a forte relação que Ceres/Rialma mantém com esta porção de Goiás. Mencionamos, em muitos momentos, inclusive em tabelas, apenas a Microrregião de Ceres pelo fato de ser uma área que abrange grande parte do “Vale do São Patrício”. Mas reconhecemos que se trata de uma classificação feita a partir da maneira como o Estado projeta e organiza o seu território, e que, portanto, muitas vezes não coincide com as relações que de fato, se estabelecem entre os lugares.

Conforme essa dinâmica, os lugares se especializam e se funcionalizam conforme os papéis que desempenham na reprodução do capital. As cidades, inclusive as pequenas, também seguem essa tendência. Corrêa (1999), afirma que no período atual de globalização ocorre uma refuncionalização das pequenas cidades e uma perda de centralidade acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção do campo. Novas atividades, inclusive especializadas, também transformam os pequenos núcleos urbanos, inserindo-os na rede urbana numa mais complexa divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 1999). Nesse sentido, Soares (2007, p.488) também afirma que “todos os lugares, grandes ou pequenos, têm um potencial de participação na produção econômica”

Ceres/Rialma, como apontamos no segundo capítulo, passou por uma refuncionalização. O que Corrêa (1999) e Soares (2007) dizem sobre as pequenas cidades, ocorre na grande maioria das cidades goianas. Na Microrregião de Ceres, por exemplo, Goianésia, Carmo do Rio Verde, Itapaci, Rubiataba e Itapuranga, participam de uma dinâmica econômica vinculada a produção agrícola, principalmente à canavieira. Como vimos no tópico anterior, o município de Rialma participa desse montante com uma produção agrícola significativa: 393.600 toneladas de cana-de-açúcar em 2007. A Nestle, com uma sede industrial nesse município, também indica a ligação com outra atividade do campo: o leite. A produção de Rialma, em 2006, foi de 3.410 mil litros.

Isso demonstra que a Microrregião de Ceres, de uma maneira geral, é agrícola, e que a atividade canavieira alterou e está alterando a dinâmica econômica dos municípios. Ao contrário da década 1940, conforme Santos e Silveira (2001), são os fatores técnico-sociais que vão determinar as especializações territoriais e não mais os fatores naturais. O exemplo mais evidente deste processo, no período atual, é o avanço da cana-de-açúcar. A função da grande parte das cidades da Microrregião de Ceres, portanto, está ligada, por via industrial ou simplesmente pela produção agrícola, às atividades do campo. Goianésia, por exemplo, mesmo com um setor de serviços já expressivo, tem seu crescimento econômico ligado à produção de cana-de-açúcar. No entanto, o papel de Ceres na divisão territorial do trabalho é diferente. É um município posicionado em uma região agrícola, mas que, no entanto, se relaciona com a mesma pela via dos serviços. A função de Ceres no contexto regional, portanto, está fortemente ligada ao seu aparelho terciário (principalmente relacionado à saúde).

O espaço total, segundo Santos (1988,p.112), “é constituído de subespaços: agrícolas, urbanos, mineiros, estratégicos etc. Desses, somente o subespaço urbano tem as

condições requeridas (o aparelho terciário) para manter relações com os demais subespaços. Naturalmente essas relações são, também, interurbanas”. Além de caracterizar a função de Ceres/Rialma no novo contexto regional, a oferta de serviços e produtos também vão caracterizar a sua área de influência.

De acordo com o estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000) sobre a “Região de Influência das Cidades”, de 1993, Ceres aparece como Centro Sub-Regional na área de atuação de Goiânia. Já Rialma aparece como centro local influenciado por Ceres. Este estudo foi feito a partir da teoria das localidades centrais, do alemão Walter Christaller, mas levando em consideração algumas reconsiderações de suas proposições. Conforme essa teoria, a centralidade de uma localidade, ou de uma cidade, seria dada pela importância dos bens e serviços oferecidos. Quanto maior o número de funções, maior a sua centralidade e sua área de influência.

Outra proposição dessa teoria, conforme o IBGE (2000) refere-se ao alcance espacial máximo (*maximum range*) e ao alcance espacial mínimo (*minimum range threshold*). O primeiro diz respeito a uma área determinada pela localidade central, dentro do qual a população dirige-se na busca de consumo de bens e serviços. O alcance espacial máximo seria, então, a região complementar de uma localidade central. Já o alcance espacial mínimo refere-se à área do entorno de uma localidade central que oferecesse um número mínimo necessário de consumidores que viabiliza a instalação de uma função central.

Quando um serviço ou produto é de consumo freqüente (básico), poucos consumidores seriam o suficiente para a oferta de tais funções. O alcance espacial mínimo, neste caso, é reduzido, assim como o alcance espacial máximo. Isso porque tais serviços e produtos (de consumo freqüente) são oferecidos também em outras localidades centrais. O deslocamento e os custos com transportes dificultariam a busca de um produto ou serviço básico numa localidade distante. Por outro lado, os serviços e produtos de menor freqüência de consumo (mais qualificados e de maior custo) requerem um maior alcance espacial mínimo tendo em vista o maior número de consumidores exigidos como também uma maior área e quantidade de população.

Por não se tratar de um consumo freqüente, os custos com transporte são suportados. Por isso, no caso dos serviços e produtos de consumo menos freqüentes, o alcance espacial máximo também é maior. Por isso tudo, o número de localidades com funções mais qualificadas é menor e a distância entre tais localidades é maior. Assim

sendo, é estabelecido a hierarquia entre as cidades a partir de suas diferenciações na oferta de bens e serviços.

Quanto mais alto for o nível hierárquico de uma localidade, maior será a sua oferta de funções centrais como também será maior a sua área de influência e a população atendida. Uma localidade central de nível hierárquico elevado (como uma metrópole regional) é dotada de uma área de influência que contém, inclusive, a região de influência de um centro de patamar inferior. Mas a influência de uma localidade central superior na área da localidade central inferior ocorre pelos serviços menos freqüentes, não encontrados nessa última. Isso pode ser exemplificado em um quadro hipotético (quadro 3), em que a metrópole regional oferece a totalidade das funções centrais, sendo que algumas funções somente nela são encontradas. Tais serviços, de menor freqüência de consumo, justificam os deslocamentos distantes. No outro extremo, o centro local (ou cidade local) oferece apenas os serviços básicos, de consumo freqüente – aqueles que são encontrados em todos os outros centros. Por isso, as cidades locais possuem menores alcances espaciais máximos e mínimos, e a população por ela atendida é mínima, se restringindo ao entorno imediato.

Quadro 3: Exemplo hipotético de hierarquia urbana e funções centrais

<b>Centros</b>	<b>Funções Centrais</b>
Metrópole Regional	abcd efgh ijkl mnopqrst
Capital Regional	efgh ijkl mnopqrst
Centro Sub-Regional	ijkl mnopqrst
Centro de Zona	mnopqrst
Centro Local	qrst

Fonte: Corrêa (1994)

Importante ressaltar que a tese de Christaller foi elaborada a partir do contexto da porção meridional da Alemanha na década de 1930. Nas décadas de 1960 e 1970, surgiram contribuições críticas à essa teoria. Corrêa (1997) diz que não podemos deixar de considerar que a diferenciação das funções entre as cidades decorre do modo como o processo de acumulação capitalista, fundamentado na produção industrial e no trabalho assalariado, se espacializa. Portanto, as diferentes configurações espaciais decorrem da maneira como o capitalismo penetra em determinadas localidades. E que, por traz das formas geométricas dos arranjos espaciais, há diferentes relações entre a sociedade, sua história e sua espacialidade.

Diferente do período em que Christaller realizou seu estudo (capitalismo monopolista), em que as localidades centrais de nível hierárquico mais baixo tinham suas importâncias reduzidas, o novo contexto territorial confere as localidades inferiores uma especialização diante da nova divisão territorial do trabalho, e conseqüentemente, uma maior importância. Se antes essas localidades ou cidades de menor porte mantinham relações que obedeciam à hierarquia estabelecida, hoje isso é extrapolado. Por exemplo, uma pequena cidade goiana possui relações com cidades de outras redes urbanas, Unidades da Federação ou de outros países. Como bem aponta Soares (2007), as hierarquias não deixaram de existir, mas se tornaram flexíveis e diversificadas conforme o sentido socioespacial, o tamanho, a localizações e funções dos centros.

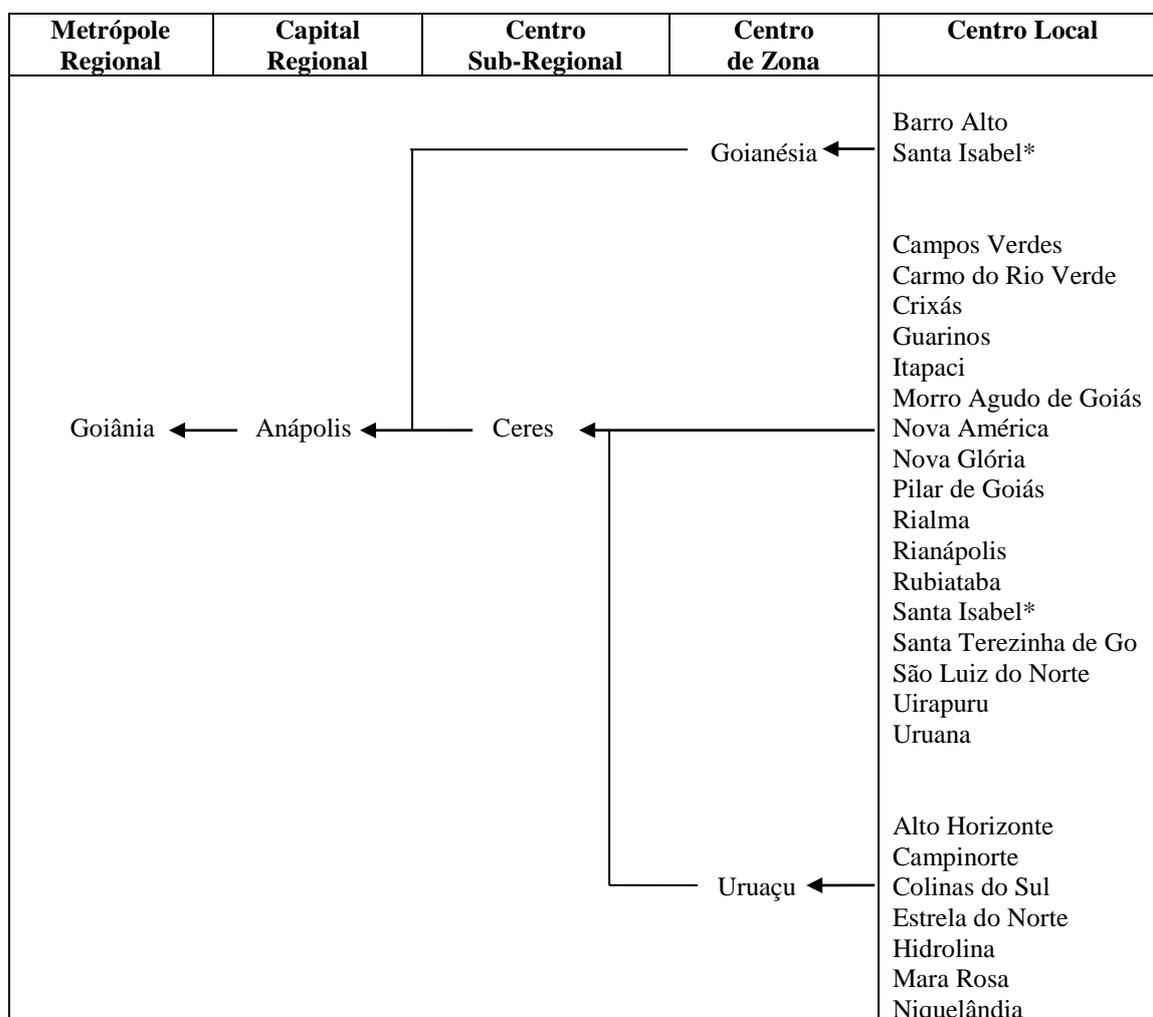
Milton Santos também deixou sua contribuição à essa teoria ao referir-se ao circuito superior ou inferior da economia (SANTOS, 1979b). Para este autor, as localidades centrais se dividem a partir desses dois planos da economia, os quais estão ligados à diferenciação de consumo entre grupos sociais. As localidades centrais é um meio pelo qual ocorre a acumulação capitalista e onde se reproduz as diferentes classes sociais. No circuito inferior da economia estão os bens e serviços mais básicos, que não envolve a especialização e/ou tecnologia avançada. Por outro lado, o circuito superior está ligado à troca acumulada, ao sistema financeiro, aos serviços mais qualificados e que envolvem o meio técnico-científico-informacional. Os dois circuitos aparecem em uma metrópole. No entanto, o circuito superior é mais freqüente nas cidades que ocupam posição superior na rede urbana.

Mesmo com as novas lógicas territoriais, a teoria das localidades centrais (com as devidas considerações críticas) é importante para a compreensão espacial da distribuição dos bens e serviços. O Regic – Região de Influência das Cidades, estudo elaborado pelo IBGE, é emblemático para o Brasil no que se refere à teoria das localidades centrais e às redes urbanas. Iremos considerar os estudos realizados nos anos de 1993 e 2007. Fundamentado nas proposições de Christaller como também nas considerações críticas de Corrêa (1994), o Regic será um importante indicador para o nosso estudo sobre Ceres/Rialma. Mas convém destacar que, para efeitos de operacionalização dos dados, os municípios são considerados separadamente.

Conforme o Regic de 1993, Ceres e Rialma se localizavam na área de atuação de Goiânia. Essa capital mantinha, naquele ano, o máximo de interações espaciais e o nível de centralidade numa área que abrangia praticamente todo o estado de Goiás, o leste de Mato Grosso (polarizando cidades como Barra do Garças), o estado do Tocantins e partes do

Maranhão e Pará nas intermediações com a região Bico do Papagaio-TO. Por essa influência, Goiânia, em 1993, já era classificada como metrópole regional. Em sua área de interação estavam capitais regionais como Anápolis-GO, Araguaína-TO, Imperatriz-MA e também centros sub-regionais como Catalão-GO, Rio Verde-GO, Itumbiara-GO, Gurupi-TO, Barra do Garças-MT, etc; Centros de zona como Iporá-GO, Morrinhos-GO, Porangatu-GO, São Luiz de Montes Belos-GO, Jussara-GO, Pires do Rio-GO, Itaberaí-GO, Goianésia-GO, etc; e uma grande quantidade de cidades locais ou centros locais como Araguapaz-GO, Avelinópolis-GO, Itaguaru-GO, Heitorai-GO, Palestina de Goiás, Rianópolis-GO, Buriti do Tocantins, etc. Ceres aparecia como centro sub-regional. Sua área de influência era constituída por 17 municípios centros locais e um centro de zona (Uruaçu) e sua referida área de Influência.

Quadro 4: Nível de Centralidade de Ceres-GO - 1993



Fonte: IBGE, 2000 (Regic-1993) \*Município influenciado por Ceres e Goianésia  
Elaboração: Castilho, D.

Conforme o quadro 4, Goianésia, que aparecia como centro de zona, mantinha interações diretas com Anápolis e Goiânia, sem necessariamente obedecer a hierarquia. Isto é, quando algum residente de Barro Alto necessitava de um bem ou serviço mais qualificado, ele recorria à Anápolis ou Goiânia. No caso de Uruaçu, tanto este município como sua área de influência recorriam à Ceres. Aqui, convém lembrar que a influência dessa última cidade na área de Uruaçu se dava pelas funções centrais de menor frequência de consumo, como é o caso dos serviços de saúde. Do mesmo modo, a influência de Goiânia nas áreas de centros inferiores ocorria e ocorre por funções somente encontradas nessa capital.

É interessante notar que dentre os municípios influenciados por Ceres em 1993, quatro não pertenciam à microrregião de Ceres, como Crixás e Uirapuru, da Microrregião de São Miguel do Araguaia; Campos Verdes e Santa Terezinha de Goiás, da Microrregião de Porangatu. A regionalização das relações interurbanas, nesse sentido, segue a dinâmica de cada período e está ligado a configuração espacial de uma determinada área que envolve as condições e possibilidades de deslocamento (acesso/fluxo, infra-estrutura e meios de transporte) como também a oferta de funções que atendem as necessidades de uma determinada população. Tais relações configuram uma cartografia regional que extrapola os limites oficiais. Isto é, a regionalização oficial (tal como as microrregiões propostas pelo IBGE, as mesorregiões ou as regiões de planejamento) diz respeito à maneira como o Estado organiza seu território. No entanto, essa regionalização, na maioria das vezes, não coincide com aquela que se estabelece nas relações entre os lugares e/ou localidades centrais.

O Regic de 2007 também foi elaborado na proposta de considerar as cidades a partir das relações que elas estabelecem entre si, como também da especialização produtiva, da divisão funcional de atividades e da oferta diferencial de serviços (IBGE, 2008b, p.9). Este estudo inovou no sentido de considerá-las como centros de gestão do território, que segundo Corrêa (1995) caracterizam-se como aquelas cidades onde se localiza uma grande diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas, a partir das quais são tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço. O Regic de 2007 distinguiu a rede urbana em duas dinâmicas distintas: a de um sistema de localidades centrais que comanda sua hinterlândia e a de um sistema de cidades articuladas em redes. Conforme o IBGE,

para a definição dos centros da rede urbana brasileira foram buscadas informações de subordinação administrativa no setor público federal para

definição da gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território [...]O questionário preenchido pela Rede de Agências do IBGE em fins de 2007 investigou: 1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão; e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços (tais como compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários) (2008b, p.9).

Observa-se que a metodologia utilizada pelo Regic de 2007 considera um amplo número de variáveis ligadas aos transportes, aos bens e serviços. A natureza de tais elementos define o perfil de cada centro, que serão agrupados em cinco grandes níveis, subdivididos em dois ou três subníveis. O primeiro nível refere-se aos centros metropolitanos, divididos em Grande Metrópole Nacional (São Paulo), Metrópole Nacional (Rio de Janeiro e Brasília) e Metrópole (ex.: Manaus, Goiânia, Curitiba, etc). O segundo nível é formado por Capitais Regionais, subdivididas em níveis A, B e C. O terceiro nível refere-se aos Centros Sub-Regionais, subdivididos em níveis A e B. Os Centros de Zonas constituem o quarto nível, subdivididos em níveis A e B. Por fim, no quinto e último nível, estão os Centros Locais, cuja centralidade e atuação das cidades não extrapolam seus limites municipais.

É interessante notar que a centralidade das cidades é definida pela posição no contexto de cada região e não simplesmente pelos critérios demográficos. Assim, “as diferenças nos valores obtidos para centros em diferentes regiões não necessariamente implicam distanciamento na hierarquia, pois a avaliação do papel dos centros dá-se em função de sua posição em seu próprio espaço”. Nesse sentido, os “centros localizados em regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos ou econômicos, ainda que apresentem indicativos de centralidade mais fracos do que os de centros localizados em outras regiões, podem assumir o mesmo nível na hierarquia” (IBGE, 2008b, p 9).

No caso dos centros que ocupam níveis mais baixos, como é o caso das cidades que compõem a porção Norte do território goiano, o Regic investigou as ligações diretas dos centros considerando a busca por bens e serviços. O quadro 5 apresenta a nova configuração do sistema de localidades centrais e da rede urbana para Ceres e demais municípios também apresentados no Regic de 1993. A primeira alteração observada refere-se aos níveis hierárquicos. Se em 1993 consideravam-se os cinco níveis, em 2007

acrescentou-se mais dois ou três subníveis para cada grupo de centros urbanos. As outras alterações referem-se às posições das cidades. Por exemplo, em 1993 Crixás estava classificado como centro local, subordinado por Ceres. Em 2007 saltou para Centro de Zona B, estando em sua área de atuação Campos Verdes e Santa Terezinha de Goiás. Em 1993 Ceres era um Centro Sub-Regional, se constituindo como a principal localidade central da porção Norte do território goiano. Todavia, em 2007 essa cidade caiu para o nível Centro de Zona A. Isso ocorreu devido a expansão da área de influência e de atuação de outras cidades. Itapaci, por exemplo, se constituía como centro local influenciado por Ceres. Em 2007 saltou para Centro de Zona de nível B, estando em sua área de atuação os municípios de Pilar de Goiás e Guarinos, também influenciados por Ceres.

Quadro 5: Nível de Centralidade de Ceres-GO – 2007

Metrópole	Capital Regional A	Capital Regional B	Capital Regional C	Centro SubRegional A	Centro SubRegional B	Centro de Zona A	Centro de Zona B	Centro Local
							Crixás	Campos Verde Sta.Terezinha
							Goianésia	Barro Alto Sta.Rita Novo Destino Vila Propício
							Itapaci	Guarinos* Pilar de Goiás*
							Niquelândia	Colinas do Sul
								Carmo doRio Verde Guarinos* Nova Glória Pilar de Goiás* Rianápolis Santa Isabel São Patrício
Goiânia						Ceres		Ipiranga de Goiás Morro Agudo Nova América
							Rubiataba	Campinorte Hidrolina São Luiz do Norte
								Abadiânia Alexânia CampoLimpodeGO Cocalzinhode Goiás Corumbá de Goiás Gameleira de Goiás Jesúpolis OuroVerde deGoiás Pirenópolis SãoFrancisco deGO
				Anápolis				

Fonte: IBGE, 2008 (Regic-2007) \*Municípios influenciados por Ceres e Itapaci  
Elaboração: Castilho, D.

Rubiataba também saltou de Centro Local para Centro de Zona B. Goianésia em 1993 era considerada como Centro de Zona, em 2007 continuou nesse grupo, porém no nível B. Uruaçu e sua área de influência eram subordinados por Ceres. Em 2007 essa relação sofreu alterações. Uruaçu passou a ser Centro de Zona A e Niquelândia saltou para o nível Centro de Zona B. No caso específico de Ceres, de 17 centros locais em sua área de atuação em 1993, em 2007 aparecem 7 municípios. Como já mencionado, isso ocorreu pelo crescimento de outros centros como também pelos critérios adotados pelo Regic de 2007. Interessante notar que Ceres deixou de ser subordinado por Anápolis e passou a ter ligação direta com Goiânia. No caso de Anápolis, essa cidade também sofreu uma queda no nível hierárquico, deixando de ser Capital Regional em 1993 para ser Centro Sub-Regional A.

No patamar de Ceres, no Regic de 2007, estão Jataí, Morrinhos, Porangatu, Mineiros, Caldas Novas, Catalão, São Luiz de Montes Belos, etc. Apesar de avançar em alguns pontos, a exemplo da proposta de apresentar os principais centros de gestão do território como também de considerar as cidades a partir dos contextos em que se inserem, o Regic de 2007 apresenta alguns problemas. Por exemplo, Rialma, que está no mesmo núcleo urbano que Ceres, aparece na área de atuação de Goiânia, no entanto não é mencionado a sua estreita relação com Ceres. O mesmo ocorre com Uruana. Apesar desses detalhes, os REGIC's de 1993 e de 2007 nos apresentam um importante quadro da posição das cidades na porção Norte do território goiano.

As alterações ocorrem e nos dão uma dimensão do “território em movimento”. Isso demonstra que a função dos municípios, além de corresponder a divisão territorial do trabalho, funda a dinâmica socioespacial das cidades. Considerando todos os critérios ligados aos bens e serviços e aos transportes, de fato, observa-se uma significativa alteração na relação entre os centros que se relacionam com Ceres. Uns aumentaram seus níveis de centralidade a partir do crescimento econômico proporcionado por atividades ligadas diretamente ao campo e, conseqüentemente, por uma melhora no setor de serviços (como Goianésia, Itapaci e Rubiataba) e outros, como é o caso de Ceres, apesar da queda no nível hierárquico do Regic, continua sendo um importante centro para a porção Norte do território goiano devido a especialização dos serviços instaladas na cidade, principalmente aquelas ligadas à saúde.

Se considerássemos apenas a quantidade de habitantes, Ceres estaria posicionada em níveis inferiores. A estrutura de seu aparelho terciário, no entanto, lhe permite estar entre as principais centralidades da porção Norte de Goiás, ao lado de Porangatu e Uruaçu.

Para Soares (2007), compreender a dinâmica local e regional, a distribuição de suas atividades produtivas, etc, nos levam a refletir que esses fatores estão ligados a um conjunto de circunstâncias históricas. Por conseguinte, as alterações na configuração da área de influência significam que a posição de uma cidade está ligada ao processo histórico, sobretudo, a atuação dos atores sociais. Assim, levando em consideração que as entidades locais não são estáveis e imutáveis, conforme apregoa Bourdin (2001), quanto mais o sistema de um lugar está aberto, tanto mais as possibilidades de localização de determinados serviços são numerosos. Isso significa que a possibilidade de existência e/ou localização de um serviço em um determinado lugar, está relacionada à capacidade desse lugar estabelecer relação com outros lugares. A constituição dos serviços em Ceres ocorreu, então, pelo fato de sua posição ser “aberta”. É o seu aparelho terciário, por conseguinte, que toca às relações interurbanas. Veremos, portanto, a estrutura desse aparelho mais de perto, começando pela saúde.

### **3.6.1 Os serviços de saúde**

Em Ceres existem nove hospitais. Como apresentamos no segundo capítulo, o primeiro (Hospital da CANG, hoje São Pio X) iniciou suas atividades em 1946. O Hospital Centro Goiano, hoje Hospital Dr. Domingos Mendes da Silva, surgiu em 1951. Mais adiante veio o Hospital São Lucas (1953), Hospital São Patrício (1967), Hospital Santa Helena (1974), Hospital Bom Jesus (1975), Hospital Ortopédico (1975), Centro Materno Infantil de Ceres (1978) e o Instituto Médico de Ceres (1994). Desses hospitais, apenas o São Pio X é público, sendo federal com parceria dos governos Estadual e Municipal. O Hospital Santa Helena, criado em 1974, foi desativado em 2001. Em 2002 foi criado o Centro de Diagnósticos e Cirurgia – CDC que oferece serviços nas áreas de Gastroenterologia, Cirurgia Day Hospital, Angiologia, Cirurgia Geral, Videoendoscopia e Eletrocardiograma. O quadro 5 apresenta os Hospitais de Ceres e demais estabelecimentos de saúde com suas respectivas atividades.

Com a municipalização da saúde em 1998<sup>14</sup>, cada município passou a ter recursos próprios para maior eficiência em sua gestão da saúde. Com isso, no caso de Ceres, houve,

---

<sup>14</sup> Conforme Cardoso & Valverde (2007), no Brasil, o atendimento público de internação hospitalar, tanto da rede particular como da pública de saúde, funciona por meio do pagamento do SUS de guias de AIH – Autorização de Internação Hospitalar - aos hospitais conveniados. Até 1998, as guias de AIH eram distribuídas ao Governo Estadual que repassava aos hospitais na forma de cotas hospitalares. A partir de 1998, as guias de Autorização de Internação Hospitalar passaram a ser distribuídas ao Governo Estadual, que repassa às prefeituras municipais em cotas proporcionais ao número de habitantes flutuantes do município. Assim, cabe a cada um deles gerir a sua própria cota, sendo que a prioridade são

no final da década de 1990, uma diminuição de sua área de influência relacionada ao setor de saúde (CARDOSO & VALVERDE, 2007), especialmente no que diz respeito ao atendimento de serviços básicos. Ocorre que, mesmo com o processo de municipalização da saúde, grande parte dos municípios da região alcançaram, no máximo, um sistema de saúde com serviços básicos, como os de clínica geral, pequenas internações, etc. Com o tempo, os serviços mais especializados de Ceres foram sendo diversificados e ampliados diante da demanda regional. Os hospitais privados aumentaram seus equipamentos e investiram em tecnologia, o que veio a garantir o aproveitamento da demanda por serviços mais especializados (como apresenta o quadro 6). O hospital São Lucas, por exemplo, que possui serviços de Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria, está implantando um centro médico em Cardiologia. A qualificação dos hospitais e clínicas pode ser verificada, inclusive, na arquitetura moderna dos estabelecimentos, como segue alguns exemplos na figura 22.



Figura 22 – Aspecto arquitetônico dos hospitais, Centro e Clínica de Ceres – 2008.  
Autor: Castilho (2008).

dos hospitais públicos, depois filantrópicos e, por último, os particulares. Caso o município não tenha um determinado serviço para o paciente, ele repassa as guias de AIH ao município que possui o serviço mais especializado.

Quadro 6: Atividades dos estabelecimentos de Saúde de Ceres-GO

Nome	Rede	Atividades
Hospital Centro Materno Infanti de Ceres	Privado	Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia, Neonatologia
Hospital Bom Jesus	Privado	Clínica Médica, Cirurgia Geral, Urologia, Gastroenterologia, Oftalmologia, Cardiologia, Ortopedia, Ginecologia e Otorrinolaringologia
Hospital Dr. Domingos Mendes	Privado	Clínica Médica, Cirurgia Geral, Radiologia, Urologia, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia.
Hospital IMEC	Privado	Clínica Médica, Cirurgia Geral, Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia e Cardiologia.
Hospital Ortopédico de Ceres	Privado	Ortopedia e Traumatologia
Hospital São Pio X	Público	Clínica Médica, Cirurgia Geral, Cardiologia, Ortopedia, Ginecologia, Obstetrícia, Hansenologia, Pediatria, Ultra-sonografia, Radiologia, Dermatologia, Fisioterapia e Patologia Clínica
Hospital São Lucas	Privado	Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria e Cardiologia.
Hospital São Patrício	Privado	Clínica Médica, Gastroenterologia, Oftalmologia, Cardiologia, Ginecologia e Obstetrícia, Otorrinolaringologia.
Centro de Diagnósticos e Cirurgia – CDC	Privado	Gastroenterologia, Cirurgia Day Hospital, Angiologia, Cirurgia Geral, Videoendoscopia e Eletrocardiograma.
Hemocentro	Privado	Hemoterapia
Centro de Saúde	Privado	Clínica Médica, Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria e Odontologia
Clínica de Olhos	Privado	Oftalmologia
Clínica da Mulher	Privado	Ginecologia e Obstetrícia e Ultra-sonografia
Clínica Feminina	Privado	Ginecologia e Obstetrícia e Ultra-sonografia
Clínica Otorrino	Privado	Otorrinolaringologia e Dermatologia
Centro de Diagnósticos – Diagnose	Privado	Radiologia, Ultra-sonografia, Tomografia e Vídeoesndoscopia
Centro Clínico	Privado	Gastroenterologia, Proctologia, Endoscopia, Psicologia
Clínica de Fisioterapia CS	Privado	Fisioterapia
Centro de Reabilitação	Privado	Fisioterapia
Laboratório Biocentro	Privado	Patologia Clínica
Laboratório Brasil	Privado	Patologia Clínica
Laboratório de Análise Clínica	Privado	Patologia Clínica
Laboratório Regional de Ceres	Privado	Patologia Clínica
Laboratório Barreto	Privado	Patologia Clínica
Laboratório Núcleo	Privado	Patologia Clínica
Laboratório São Patrício	Privado	Patologia Clínica
Clínica Citoprevi	Privado	Anatomopatológico
Clínica Odontológica Pierre Fauchard	Privado	Endodontia Estética, Cirurgia, Ortodontia, Ortopedia e Odontologia
Clínica Odonto ESP	Privado	Ortodontia, Ortopedia Facial, Endontia, Clínica Geral, Odontopediatria e Fonodiologia.
Odonto Clínica de Ceres	Privado	Clínica Geral e Ortodontia.

Fonte: Cardoso & Valverde (2007); Seplan (2008) e Trabalho de Campo (2008).  
Elaboração: Castilho, D.

Diante as diferenças regionais e as grande disparidade socioeconômica, epidemiológica, etc, pelo mundo, a Organização Mundial de Saúde reconhece a impossibilidade de um padrão mundial como indicador para avaliação da qualidade de saúde. Por isso, conforme a realidade e o contexto, cada país é responsável pelo seu parâmetro e indicador de saúde. O Brasil utiliza o número de profissionais de saúde por mil habitantes. Por exemplo: nº de médicos / 1000h; nº de odontólogos / 1000h; nº de leitos hospitalares / 1000 h. Para efeitos de comparação, o número de médicos para mil habitantes em Ceres é o dobro da média nacional e quase o triplo da média goiana. No caso do número de leitos por mil habitantes, em Ceres o percentual é seis vezes maior que a média nacional e quase cinco vezes maior que a média goiana, como mostra o quadro 7.

Quadro 7 – quantidade de médicos por mil habitantes no Brasil, Goiás e Ceres - 2003

<b>Local</b>	<b>Nº Médicos/1000 hab.</b>	<b>Nº Leitos / 1000 hab.</b>
Brasil	1,44	2,96
Goiás	0,96	3,89
Ceres	2,7	19,00

Fonte: IBGE, DATASUS E Cardoso & Valverde (2007)

A especialização dos serviços na área de saúde em Ceres é formada por instituições públicas e privadas com várias atividades específicas, como hospitais, laboratórios de análise clínicas e patológicas, clínicas especializadas (ginecologia, estética, clinica geral, oftalmologia, otorrinolaringologia, acupuntura, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e odontologia), clínicas de diagnóstico e imagem, farmácias, banco de sangue, postos municipais de saúde, etc (CARDOSO, 2005). Observe a estrutura de saúde de Ceres no quadro 8.

Conforme a Organização Mundial da Saúde, os estabelecimentos de saúde são classificados em *postos de saúde*, *centros de saúde*, *unidade mista*, *policlínica*, *pronto-socorro* e, no topo da hierarquia, os *hospitais*. Os primeiros cumprem funções elementares. Os intermediários, como os centros de saúde, possuem serviços mais diversificados e ambulatoriais. Os hospitais cumprem funções que exigem serviços de alta complexidade, por isso possuem um corpo técnico mais bem qualificado e têm responsabilidades de internações.

Quadro 8: Estrutura do setor de saúde de Ceres

Descrição	Quantidade
Hospitais	09
Hospital Filantrópico	01
Clínicas Médicas	05
Clínicas de Diagnóstico	02
Número de Leitos	307
Centros de Saúde	02
Hemocentro (Banco de Sangue e Atividades Afins)	01
Unidades Básicas de Saúde	04
Clínicas Odontológicas	07
Centro Regional de Referência em Reabilitação	01
Farmácias / Drogarias	12
Laboratórios de Patologia Clínica	09
Laboratórios de Anatomopatológico	01

Adaptado de Cardoso (2005)

O setor público atua principalmente nos serviços primários por meio dos postos e centros de saúde. No segmento hospitalar, que exige serviços de alta complexidade e tecnologias de alto custo, tem-se verificado um crescimento do setor privado. O mesmo ocorreu em Ceres desde a década de 1950, já que dentre os hospitais, apenas um é público.

Conforme o quadro 6, serviços como gastroenterologia, cardiologia, ortopedia, patologia clínica, radiologia, hemoterapia, cirurgia plástica, otorrinolaringologia, hansenologia, angiologia, videoendoscopia, eletrocardiograma, fonoaudiologia, etc, são encontrados na rede de saúde de Ceres, principalmente nos hospitais, clínicas e centros de saúde privados. Esses serviços participam de uma dinâmica que envolve Ceres no que Santos (1979b) chama de *circuito superior da economia*. Esse circuito “é o resultado direto da modernização tecnológica” e está ligado a um mercado consumidor de classes média e alta (ibdem). No entanto, os serviços de saúde de Ceres, por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, serve também uma população de baixa renda. Mesmo assim, a qualificação desses serviços só foi possível pela demanda que decorreu e decorre de uma área de influência típica do circuito superior. No que se refere às guias de Autorização de Internação Hospitalar – que hoje são repassadas aos municípios, caso alguns deles (como Ipiranga de Goiás, Nova Glória, Santa Isabel, Guarinos, São Patrício, etc) não tenham um determinado serviço para um habitante local, esse município repassa essas guias de AIH ao município que possui o serviço mais especializado, no caso Ceres.

Em trabalho de campo, realizado nos meses de fevereiro e setembro de 2008, visitamos algumas instituições de saúde de Ceres (como Hospitais, Clínicas, Centros de Saúde e Laboratórios) onde aplicamos um questionário com a seguinte pergunta: *indique*

os municípios de procedência das pessoas que usualmente procuram esta cidade para consumir os serviços e/ou produtos deste estabelecimento de saúde. Conforme o quadro 9, os municípios que mais recorrem à Ceres para o consumo de serviços relacionados à saúde são aqueles que se localizam próximos à esta cidade. Mas também há outros municípios, como Minaçu, distante a 360 km de Ceres. Isso significa que o alcance espacial máximo dos serviços de saúde de Ceres é significativo, até porque os bens e serviços de maior complexidade apenas são viáveis economicamente caso esteja ligado a um número elevado de população.

Quadro 9: Municípios de procedência das pessoas que usualmente procuram Ceres para o consumo de bens e serviços de saúde

<b>Nº</b>	<b>Municípios com maior frequência de procura*</b>	<b>Nº</b>	<b>Municípios com menor frequência de procura</b>
01	Campos Verdes	01	Alto Horizonte
02	Carmo do Rio Verde	02	Barro Alto
03	Ceres	03	Campinorte
04	Crixás	04	Goianésia
05	Guarinos	05	Itaguaru
06	Hidrolina	06	Itapuranga
07	Ipiranga de Goiás	07	Mara Rosa
08	Itapaci	08	Minaçu
09	Jaraguá	09	Niquelândia
10	Morro Agudo de Goiás	10	Nova Crixás
11	Nova América	11	Nova Iguaçu
12	Nova Glória	12	Porangatu
13	Pilar de Goiás	13	Santa Rita do Novo Destino
14	Rialma	14	Uruaçu
15	Rianópolis		
16	Rubiataba		
17	Santa Isabel		
18	Santa Terezinha		
19	São Luiz do Norte		
20	São Patrício		
21	Uirapuru		
22	Uruana		

Fonte: Trabalho de Campo – Fevereiro e Setembro/2008.

\* Municípios mais citados e com maior quantidade de atendidos no período da pesquisa

Conforme o quadro 9, a área de atuação do sistema de saúde de Ceres revela dois campos: um dos municípios com maior frequência de procura e outro daqueles com menor frequência. É importante considerar que, dos 35 municípios de procedência das pessoas que usualmente procuram Ceres para o consumo de serviços de saúde, 13 possuem apenas um Hospital (Campos Verdes, Carmo do Rio Verde, Hidrolina, Morro Agudo, Nova

Glória, Pilar de Goiás, Rialma, Rianópolis, Santa Terezinha, Uruana, Barro Alto, Campinorte, Nova Crixás), 6 possuem dois hospitais (Itapaci, Jaraguá, Rubiataba, Itaguaru, Mara Rosa e Uruaçu), dois possuem 3 hospitais (Minaçu e Crixás), três possuem 5 hospitais (Goianésia, Niquelândia e Itapuranga) e um possui 6 hospitais (Porangatu). Conforme o Seplan (2008), dos 35 municípios, dez não possuem hospitais (Guarinos, Ipiranga de Goiás, Nova América, Santa Isabel, São Luiz do Norte, São Patrício, Uirapuru, Alto Horizonte, Nova Iguaçu e Santa Rita do Novo Destino).

Todos os municípios que possuem apenas um ou nenhum hospital têm população inferior à 12 mil habitantes. Nesse patamar de população, apenas Itaguaru (5.467 hab ) e Mara Rosa (10.409 hab) possuem dois hospitais. Os municípios com mais de cinco hospitais possuem população superior aos 25 mil habitantes, como é o caso de Niquelândia (38.517 hab), Porangatu (39.238 hab) e Goianésia (53.806 hab). Juntos, os 36 municípios, incluindo Ceres, somam 60 hospitais e uma população de 473.963 habitantes. No entanto, dentre todos esses hospitais, os serviços mais especializados estão concentrados em Ceres, conforme mostra o quadro 6. Essa especialização foi possível conforme a demanda regional (que inclui os municípios supracitados), a atuação dos médicos/proprietários de hospitais, ao espaço herdado da CANG e ao alcance espacial mínimo, que abrange uma significativa quantidade de cidades e, conseqüentemente, de população. Segundo Cardoso (2005), o sistema de saúde de Ceres abrange uma área com população de 250.000 habitantes. A área que abrange os 473.963 habitantes diz respeito ao alcance espacial máximo, o que significa que alguns municípios são de procedência de pessoas com pouca freqüência de consumo ou que buscam serviços menos rotineiros - com maiores custos financeiros - mas que pela pouca freqüência compensa a distância e o deslocamento para Ceres.

A figura 23 apresenta o mapa de população e número de hospitais dos municípios de procedência das pessoas que usualmente procuram Ceres para o consumo de bens e serviços de saúde.

**POPULAÇÃO E NÚMERO DE HOSPITAIS DOS MUNICÍPIOS DE ORIGEM DAS PESSOAS QUE USUALMENTE SE DESLOCAM PARA CERES EM BUSCA DE BENS E SERVIÇOS DE SAÚDE / 2008**

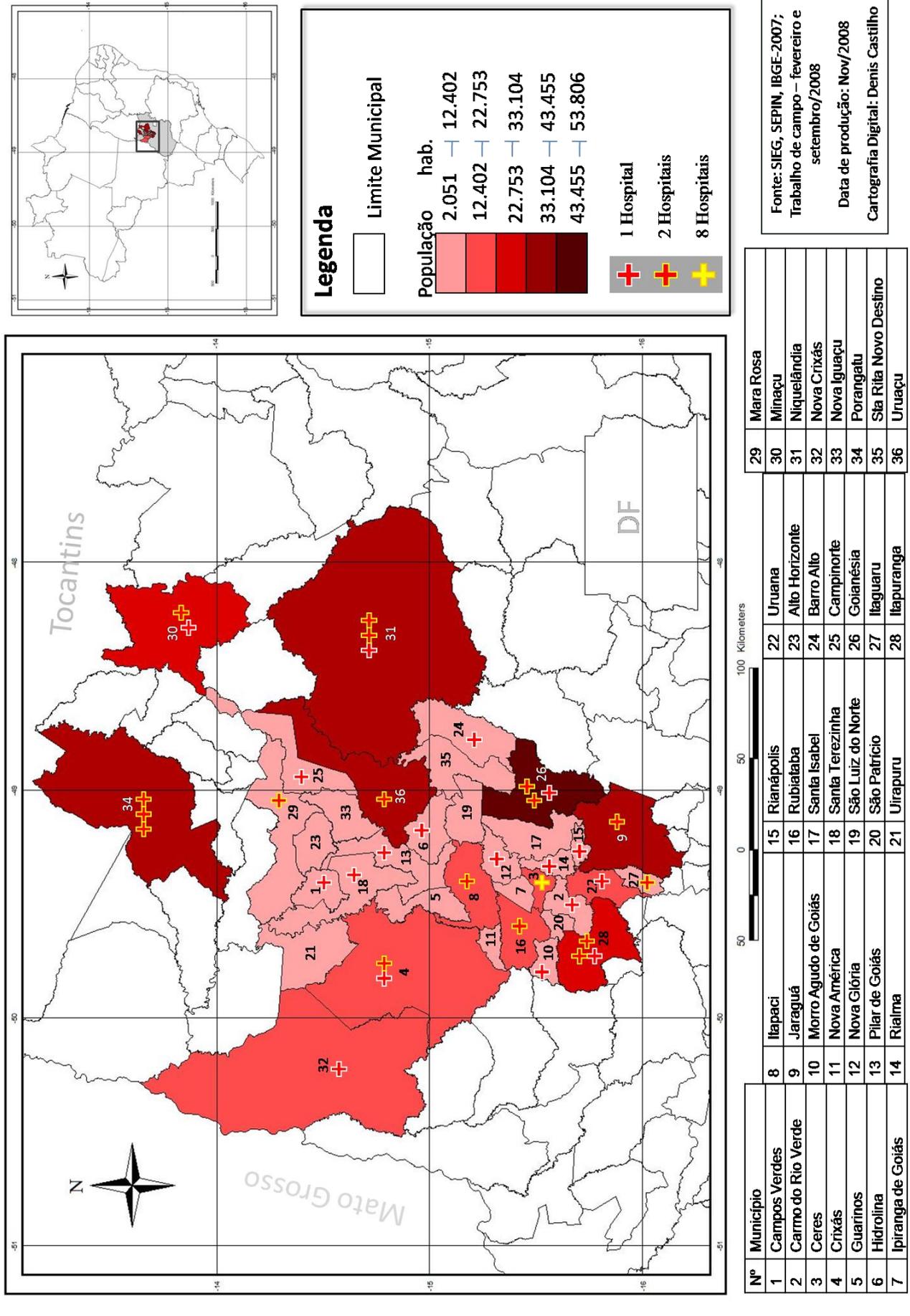


Figura 23: População e número de hospitais dos municípios de procedências das pessoas que usualmente procuram Ceres para o consumo de bens e Serviços de Saúde - 2008

O mapa demonstra que, apesar de Ceres ter sofrido uma queda na posição entre os Regic's de 1993 e 2007, o papel dessa cidade, sobretudo no que se refere aos serviços de saúde, é significativo no contexto da porção Norte do território goiano. Todavia, é importante ressaltar que o Regic considera o conjunto de elementos que constituem a centralidade de uma cidade em uma determinada área. Por conseguinte, do ponto de vista do setor da saúde, Ceres mantém uma expressiva área de abrangência, inclusive, em municípios que possuem cinco ou mais hospitais. Conforme a figura 28, entre os municípios de Mara Rosa, Porangatu e Minaçu, os municípios de Amaralina, Mutunópolis, Estrela do Norte, Santa Tereza de Goiás, Formoso e Campinaçu não foram destacados. Isso porque, apesar de se localizarem no alcance espacial do sistema de saúde de Ceres, não foram mencionados pelas instituições que nos forneceram os dados devido a pouca quantidade de pacientes. Isso se explica pela pouca quantidade de habitantes desses municípios aliado à distância. Já Porangatu e Minaçu, apesar de distantes, foram mencionados devido à quantidade de habitantes – 39.238 e 31.041 habitantes, respectivamente.

É importante ressaltar que os consumidores dos municípios mais distantes, como Minaçu, Porangatu, Nova Crixás e Niquelândia, recorrem à Ceres para os serviços não encontrados em seus respectivos municípios. Portanto, os serviços de Ceres que atraem pacientes de longas distâncias são justamente aqueles com menor frequência de consumo, com maior nível de qualificação e atendidos no sistema privado. No caso do Hospital São Pio X (o único público de Ceres), ele atende esses municípios mais distantes somente em casos de urgências.

Como apontamos acima, os serviços de saúde de Ceres, desde a década de 1950 apresenta um crescimento registrado sobretudo na rede privada, que por sua vez está ligada aos serviços mais qualificados. Conforme Ramires (2007, p.181), “a prática médica e a dos serviços de saúde se inserem numa lógica econômica de reestruturação do capitalismo, que tem, no desenvolvimento tecnológico, um dos seus principais pilares de extração da mais-valia”.

A especialização da saúde ocorreu em Ceres para atender à demanda crescente em decorrência do sistema produtivo que se implantou na porção norte do território goiano tanto no período da CANG, na década de 1970, como, sobretudo, nas duas últimas décadas. Esse processo alterou a estrutura de relações entre Ceres e os municípios da região. Isso porque se num período essa relação se dava pela produção agrícola, agora ela é intermediada pelos serviços. Nesse contexto, o comportamento econômico de uma cidade

não é mais ditado simplesmente pela posição na hierarquia urbana, mas a partir das relações entre as instituições e empresas; entre a competição e ao mesmo tempo entre os grupos e os níveis de cooperação. A clusterização da saúde em Ceres é um exemplo desse processo, já que foi uma resposta às condições regionais – que envolveu demanda e imposições da nova dinâmica territorial, agora comandada pela lógica econômica moderna.

A especialização que ocorreu no setor dessa cidade é acompanhada por outros setores da economia, como é o caso da educação, dos serviços públicos, das associações e dos centros de distribuição regional, que também trazem Rialma para uma lógica dinamizada pelos serviços.

### **3.6.2 Os serviços do núcleo urbano Ceres/Rialma: órgãos públicos, educação e comércio varejista**

A consolidação do setor de saúde em Ceres e a infra-estrutura decorrente de sua especialização demonstram que a dinâmica socioespacial desse município se concentra principalmente no espaço urbano. O novo papel dessa cidade decorreu, além do processo de formação territorial (espaço herdado da CANG, papel dos grupos sociais, da política e incorporação das lógicas do mercado), também pela sua posição.

A infra-estrutura do Núcleo Urbano Ceres/Rialma está principalmente em Ceres. Além dos hospitais, podemos citar as agências bancárias (Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco), ambos alocados nessa última cidade, o que significa que a refuncionalização partiu principalmente de Ceres. Mas a especialização produtiva desse município vai refletir também em Rialma. Isso porque o núcleo urbano como um todo é muito bem posicionado na região, daí que a localização vem a favorecer também Rialma.

Além de se expandir por todo o núcleo urbano, a expansão também ocorre por outros setores da economia. Apesar dos dados apontarem a supremacia do setor de saúde, instituições de outros ramos também desempenham importantes papéis. Por exemplo, a Companhia Hidroelétrica São Patrício – CHESP<sup>15</sup>, com sede em Ceres, distribui energia para Ceres, Rialma e mais 8 municípios, são eles: Carmo do Rio Verde, Ipiranga de Goiás, Povoado de Monte Castelo no Município de Jaraguá, Nova Glória, Rianápolis, Santa

---

<sup>15</sup> A Usina Hidroelétrica da CHESP é localizada próximo à BR-153, no município de Rianápolis. É uma empresa sediada em Ceres com capital privado, concessionária para a geração e distribuição de energia para Ceres, Rialma e mais 8 municípios.

Isabel, São Patrício e Uruana. Ceres também concentra um conjunto de escritórios regionais de importantes órgãos (quadro 10).

Quadro 10 – Instituições e Órgãos Regionais de Ceres - 2008

<b>Nº</b>	<b>Nome</b>
1	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
2	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA – Escritório Regional
3	- Regional da Secretaria de Segurança Pública
4	- Regional da Empresa de Correios e Telégrafos
5	- Conselho Regional de Medicina
6	- Conselho Regional de Enfermagem
7	- SANEAGO – Escritório Regional e Local
8	- Escritório Regional do CIRETRAN
9	- Escritório Regional da Secretaria da Agricultura-GO
10	- Fundação Nacional de Saúde
11	- Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS
12	- Associação Médica Regional de Ceres
13	- UNIMED Vale São Patrício Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
14	- IV Regional de Saúde
15	- Regional do IPASGO
16	- Subsecretaria Regional de Educação
17	- Receita Federal
18	- Delegacia Regional do Trabalho – DRT
19	- Tribunal Regional do Trabalho – 18ª Região
20	- Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA
21	- Secretaria de Estado da Saúde
22	- 5ª Delegacia do Serviço Militar
23	- PM – Delegacia Regional de Ceres
24	- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

Além das instituições e órgãos públicos apresentados, há uma quantidade considerável de entidades classistas, como as maçonarias, as associações ligadas à saúde, etc.

Quadro 11 – Entidades Classistas de Ceres/Rialma - 2008

<b>Nº</b>	<b>Nome</b>
1	- Associação Comercial e Industrial de Ceres e Rialma – ACICER
2	- Associação Médica de Ceres
3	- Associação dos Servidores da SUCAM-Ceres
4	- Associação Atlética Banco do Brasil
5	- Associação dos Pequenos Produtores e Consumidores de Ceres
6	- APAE
7	- Loja Maçônica Vale do São Patrício
8	- Loja Maçônica Dr. Álvaro de Melo
9	- Lions Clube
10	- Rotary Clube
11	- Sindicato Rural de Ceres
12	- Sindicato dos Trabalhadores em Educação
13	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

As entidades classistas, que estão principalmente em Ceres, demonstram a forte atuação dos grupos sociais na política local. Junto com essas entidades, os órgãos públicos regionais – que também estão em Ceres, contribuem com a atuação do Núcleo Ceres/Rialma na região Vale do São Patrício. A participação de Rialma está mais ligada às indústrias e distribuidoras regionais, como é o caso da Nestle e Saborelle.

Além dos órgãos públicos, a educação é um setor também expressivo. Isso significa que a Educação, no caso de Ceres, tende a acompanhar a importância regional que representa a saúde. Conforme trabalho de campo, realizado em setembro de 2008, há em Ceres uma Escola Agrotécnica Federal, uma Escola Técnica Profissionalizante do SENAC e quatro instituições com cursos superiores (UEG, Faceres, Uni Evangélica e a Uniderp). Conforme o quadro 11, além dessas, são 21 instituições de educação (5 Estaduais, 1 Federal, 7 municipais e 8 privadas) e mais 8 instituições em Rialma (3 Estaduais, 4 municipais e 2 privadas) (Inep/Mec,2003).

Dentre as escolas, a que possui maior quantidade de alunos provenientes de outros municípios é a Escola Agrotécnica Federal de Ceres – EAFCE (hoje, Instituto Federal Goiano de Ciência e Tecnologia), instalada no município desde 1994. Conforme a Secretaria de Administração dessa instituição, os municípios de origem dos alunos, em 2008, abrangiam os Estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Minas Gerais e Pará (quadro 12).

Quadro 12: Redes de Ensino de Ceres e Rialma, 2008

Município	Nome da Escola	Rede
Ceres	Col. Est. Helio Veloso	Estadual
Ceres	Col. Est. Joao Xxiii	Estadual
Ceres	Col. Est. São Tomaz De Aquino	Estadual
Ceres	Esc. Est. Profa Maria Carmelita M. Corrêa	Estadual
Ceres	Esc. Est. Virgílio Do Vale	Estadual
Ceres	Esc. Agrotécnica Federal de Ceres	Federal
Ceres	Centro Social de Aprendizagem (PET)	Municipal
Ceres	Esc. Mun. Domingo Mendes	Municipal
Ceres	Esc. Mun. Neca Dias	Municipal
Ceres	Esc. Mun. Palmital (Zona Rural)	Municipal
Ceres	Esc. Mun. Pequeno Príncipe	Municipal
Ceres	Pré Esc. Creche Zilda Ivone	Municipal
Ceres	Escola Bernardo Sayao	Municipal
Ceres	Centro de Educação Infantil Baby Sitter	Privada
Ceres	Centro Educacional Oficina do Saber	Privada
Ceres	Colégio Álvaro De Melo	Privada
Ceres	Colégio Imaculada Conceição	Privada
Ceres	Colégio Solar	Privada
Ceres	Escola Espírita Anália Franco	Privada
Ceres	Escola Logos Ltda	Privada
Ceres	Servico Nacional de Aprendizagem Comercial	Privada

Município	Nome da Escola	Rede
Rialma	Col. Est. Camara Filho	Estadual
Rialma	Col. Est. Polivalente Rui Barbosa	Estadual
Rialma	Esc. Est. Joao Xxiii	Estadual
Rialma	Centro municipal de Educação Infantil Costa e Silva	Municipal
Rialma	Esc. Mun. Manoel Joaquim Gonçalves	Municipal
Rialma	Esc. Mun. João Zeferino Dutra	Municipal
Rialma	Escola Infantil Risque e Rabisque Ltda	Privada
Rialma	Escola Presbiteriana de Assistencia Social	Privada

Fonte: Secretaria Estadual de Educação, Goiás.

Quadro 13: Municípios de origem dos alunos matriculados na Escola Agrotécnica Federal de Ceres – 2008 (Instituto Federal Goiano de Ciência e Tecnologia)

Municípios de Goiás	Guarinos	Petrolina	Tocantins
Amaralina	Heitorai	Pilar de Goiás	Campos Lindos
Anápolis	Hidrolina	Pirenópolis	Colinas
Aparecida de Goiânia	Ipiranga	Porangatu	Gurupi
Barro Alto	Itaberaí	Rialma	Lagoa da Confusão
Bom Jesus de Goiás	Itaguaru	Rubiataba	São Valério
Bonópolis	Itapaci	Santa Isabel	São Valério da Natividade
Britânia	Itapuranga	Sta. Rita Novo Destino	<b>Mato Grosso</b>
Campinorte	Jandaia	Santa Tereza	Barra do Garças
Campos Verdes	Jaraguá	Santa Terezinha	São Félix do Araguaia
Carmo do Rio Verde	Matrinchã	São Luiz do Norte	São José do Xingú
Ceres	Minaçu	São Miguel do Araguaia	<b>Maranhão</b>
Crixás	Mozarlândia	São Patrício	Balsas
Estrela do Norte	Mundo Novo	Taguaral	Magalhães de Almeida
Faina	Mutunópolis	Trindade	<b>Minas Gerais</b>
Formoso	Nerópolis	Trombas	Monte Carmelo
Goianápolis	Niquelândia	Uirapuru	Patos de Minas
Goianésia	Nova América	Uruaçu	Vazante
Goiânia	Nova Crixás	Vila Propício	<b>Pará</b>
Goiás	Nova Glória	Uruana	Tucumã
Guaraíta	Novo Planalto		

Fonte: Secretaria de Administração da EAFce - Set/2008

A Escola Agrotécnica Federal de Ceres (janeiro/2009) possuía sete cursos técnicos: o Ensino Médio integrado com o curso Técnico em Agropecuária, os cursos Técnico em Agricultura, Técnico em Agroindústria, Técnico em Informática, Técnico em Meio Ambiente e o Técnico em Zootecnia. Em 2006 foi implantado o Curso Técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio na modalidade de ensino para jovens e adultos – PROEJA.

Conforme mostra o quadro 13, a EAFce possui alunos de 6 Unidades da Federação. Por isso, grande parte dos estudantes residem nas próprias instalações da Escola durante o curso. Nesse sentido, por se tratar de uma instituição federal, a Escola

Agrotécnica de Ceres tem uma influência que varia de semestre para semestre, conforme a inserção dos alunos de diferentes localidades.

Por outro lado, do ponto de vista da migração pendular, ou seja, dos estudantes que migram para Ceres diariamente, podemos mencionar quatro colégios: Álvaro de Melo, Imaculada Conceição, Colégio Estadual João XXIII e Colégio Solar. O quadro 14 apresenta os municípios de origem dos estudantes matriculados em três dos colégios mencionados acima.<sup>16</sup>

Quadro 14: Municípios de Origem dos Estudantes matriculados nos Colégios João XXIII, Imaculada Conceição e Álvaro de Melo - 2008

Instituição	Colégio Estadual João XXIII	Colégio Imaculada Conceição	Colégio Álvaro de Melo
Município de Origem dos alunos	Carmo do Rio Verde	Carmo do Rio Verde	Carmo do Rio Verde
	Ceres	Ceres	Ceres
	Rialma	Nova Glória	Itapaci
	Rianópolis	Rialma	Rialma
	Santa Isabel	Santa Isabel	Rianópolis
	Uruana	São Luiz do Norte	Rubiataba
		Uruana	São Luiz do Norte
	Alto Horizonte*		Uruana
	Bonópolis *		
	Campos Limpos*		
	Crixás*		
	Goianésia*		
	Minaçu*		
	Novo Planalto*		
	Pilar de Goiás*		
	Porangatu*		
Uruaçu*			

\* Alunos matriculados tanto no Colégio João XXIII como na EAFCe

Fonte: Trabalho de Campo – Setembro/2008

Alguns estudantes da Escola Agrotécnica Federal de Ceres também cursam o Ensino Médio no Colégio João XXIII. Esses estudantes estão preocupados não somente com a formação nos cursos técnicos, mas também com a possibilidade – por meio do Ensino Médio, de inserção em um curso superior. Alguns deles são de outros municípios, mas que residem em Ceres temporariamente (durante o curso). No caso desses alunos, seus municípios de origem não integram a área de abrangência do setor de educação de Ceres devido à influência de uma cidade em uma determinada área envolver circulação, mobilidade, deslocamento, meios de transporte, etc. Portanto, estaremos considerando somente aqueles estudantes que, de fato, residem em outros municípios e se deslocam

<sup>16</sup> O Colégio Solar, da rede privada, também possui um quadro de alunos proveniente de outros municípios. No entanto, os dados desta instituição não nos foram disponibilizados quando da nossa estadia em Ceres e Rialma no mês de outubro de 2008.

diariamente para o estudo. Na Universidade Estadual de Goiás e na Faceres também ocorre algo semelhante. Essas duas instituições possuem alunos de municípios distantes, como de Goiânia, Anápolis, Gurupi-TO, Cidade de Goiás, etc, os quais residem em Ceres/Rialma para o estudo.

A UEG-Unidade Ceres (figura 24), oferece os cursos de Enfermagem, Sistema de Informações e as parceladas em Educação Física e Pedagogia (2008). A Associação Educativa Evangélica, com sede em Anápolis, oferece o curso de Direito no pólo de Ceres, que está instalado no Colégio Álvaro de Melo (figura 24). Nessa instituição, em parceria com a Universidade Metodista de São Paulo, também são oferecidos os cursos de Administração, Recursos Humanos, Pedagogia e Letras. A Faculdade de Ceres – Faceres (figura 24), que iniciou suas atividades em 2008, oferece os cursos de Administração, Enfermagem e Farmácia.



Figura 24: Instalações da UEG, Uni-Evangélica e Faceres.  
Autor: Castilho (2008).

A Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal – Uniderp, com sede em Campo Grande – MS, oferece quatro cursos à distância no pólo de Ceres com aulas presenciais (2 vezes por semana) por meio do sistema interativo. Os cursos

oferecidos são Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social e Tecnologia em Gestão dos Serviços de Saúde. O quadro 15 indica os municípios de procedência dos estudantes que freqüentam as faculdades de Ceres.

Quadro 15: Municípios de Origem dos Alunos matriculados nas Instituições de Ensino Superior de Ceres-GO - 2008

Instituição	UEG-UnU Ceres	FACERES	Uni. Evangélica (Uni. Metodista SP)	Uniderp
<b>Municípios de Origem dos Alunos</b>	Anápolis*	Campos Verdes	Carmo do Rio Verde	Carmo do Rio Verde
	Aruanã (p)	Carmo do Rio Verde	Ceres	Ceres
	Campos Verdes (p)	Ceres	Ipiranga de Goiás	Goianésia
	Carmo do Rio Verde	Crixás	Itapaci	Ipiranga de Goiás
	Ceres	Goianésia	Nova Glória	Itapaci
	Crixás (p)	Goiás*	Porangatu*	Nova Glória
	Goianésia	Guaraíta*	Rialma	Rialma
	Goiânia*	Gurupi-TO*	Rianópolis	Rianópolis
	Heitorai*	Heitorai*	Rubiataba	Rubiataba
	Ipiranga de Goiás	Hidrolina	Santa Isabel	Santa Isabel
	Itapaci	Ipiranga de Goiás	São Patrício	São Patrício
	Mara Rosa (p)	Itaguaru	Uruaçu	
	Nova Glória	Itapaci	Uruana	
	Rialma	Itapuranga		
	Rianópolis	Jaraguá		
	Rubiataba	Mara Rosa		
	Santa Isabel	Montividiu do Norte*		
	Santa Terezinha	Morro Agudo		
	São Luiz do Norte	Mozarlândia		
	São Patrício	Mutunópolis		
	Uruaçu (p)	Nova América		
	Uruana	Nova Glória		
		Padre Bernardo		
		Rialma		
		Rianópolis		
		Rubiataba		
		Santa Isabel		
		Santa Terezinha		
	São Luiz do Norte			
	São Patrício			
	Uirapuru			
	Uruaçu			
	Uruana			

Fonte: Trabalho de Campo–Set/2008- UEG-UnU Ceres, Faceres, Uniderp-Ceres, Uni-Evangélica<sup>17</sup>

\*Município de origem de alunos que residem em Ceres/Rialma para o estudo

(p) Município de origem de alunos dos cursos parcelados

É interessante notar que a grande maioria dos pacientes dos hospitais e clínicas de Ceres são de outros municípios. Nos Colégios e Faculdades isso é diferente. Por exemplo, dos 1.052 estudantes regulares de três instituições de nível superior (501 da UEG, 287 da FACERES e 264 da UniEvangélica), 53% são de Ceres e Rialma. Para efeitos de

<sup>17</sup> Não apresentamos os municípios de procedência dos estudantes das instituições de educação de Rialma devido esta cidade não possuir faculdade e pelo fato, conforme a Secretaria Municipal de Educação, de seus colégios não atenderem alunos de outros municípios.

comparação, apenas 16% são de Itapaci, Rubiataba, Carmo do Rio Verde e Rianópolis. No Ensino Médio esse índice é maior. No Colégio Álvaro de Melo, por exemplo, dos 318 alunos, 217 são de Ceres, 50, 17, 14 e 10 são de Rialma, Carmo do Rio Verde, Itapaci e Rianópolis, respectivamente. Os 8 restantes residem em Rubiataba, São Luiz do Norte, Uruaçu e Uruana.

É necessário considerar que, no caso dos estudantes, o deslocamento para Ceres é diário. Apesar da influência dos serviços de saúde ser mais expressivo na região do que a Educação, essa última também apresenta uma expressiva influência, mostrando um crescimento nos últimos anos. A própria Faceres iniciou suas atividades em 2008, já possuindo 287 alunos nesse mesmo ano. A UEG também implantou mais um curso e uma nova estrutura física (figura 24). De acordo com a secretaria acadêmica desta instituição, nove municípios possuem ônibus que transportam alunos para Ceres diariamente, como Carmo do Rio Verde, Uruana, São Patrício, São Luiz do Norte, Itapaci, Nova Glória, Santa Isabel, Rubiataba (passa em Ipiranga) e Rianópolis. Goianésia também transporta alunos em uma combi.

O comércio varejista também atende uma demanda regional. Em Ceres e Rialma são 317 e 139 estabelecimentos do comércio varejista, respectivamente (SEPLAN, 2007). Aplicamos questionários em alguns destes estabelecimentos<sup>18</sup>, como em concessionárias, distribuidoras, lojas de tecidos, roupas e eletrodomésticos, restaurante, supermercados e casas agropecuárias. Os municípios indicados como aqueles com maior procedência das pessoas que usualmente procuram Ceres e Rialma para comprar produtos do comércio varejista são Carmo do Rio Verde, Nova Glória, Uruana, Itapaci, Rianópolis, Rubiataba, Santa Isabel, São Luiz do Norte, São Patrício, Jaraguá, Ipiranga de Goiás, Crixás, Santa Terezinha, Pilar de Goiás, Nova América, Hidrolina, Campos Verdes, Guarinos, Morro Agudo e Nova Crixás.

Em entrevista, alguns desses consumidores, como uma Senhora de Itapaci, afirmaram que vão até Ceres para tratamento de saúde e aproveitam o deslocamento para comprar alguns utensílios, como eletrodomésticos, roupas, etc. Por outro lado, como aponta o Regic, cidades como Itapaci, Rubiataba e Crixás, que em 1993 eram centros locais, em 2007 saltaram para o nível de Centros de Zona B. Por conseguinte, grande parte dos produtos encontrados no comércio varejista de Ceres e Rialma também são

---

<sup>18</sup> Os questionários foram aplicados na Pinalto, na Magril Moto Honda e Massey Ferguson, na Moto Ceres, na Cervale – Cerveja e Refrigerante do Vale, na Ideal Tecidos, nas Lojas Economia de Rialma, na Franco Eletro e na Só Colchões, no Restaurante Fogão à Lenha, no supermercado Mercafrutas, na Casa do Agricultor e no Abdala Bitall e Cia Ltda Terra boa.

encontrados nessas cidades. Isso explica, do ponto de vista do comércio varejista, a diminuição da área de abrangência de Ceres entre os Regic's de 1993 e 2007. Nas casas agropecuárias, por exemplo, alguns proprietários afirmaram haver uma queda das vendas nos últimos anos em decorrência do avanço da cana-de-açúcar pela região.

Todavia, mesmo diante desse fato, o conjunto dos serviços de Ceres/Rialma ainda configuram essas cidades como importante núcleo urbano para a Microrregião de Ceres. A dinamização dos serviços explica o crescimento na arrecadação total dos dois municípios nos últimos anos. Em fevereiro de 2007, por exemplo, a arrecadação total de Ceres foi de 513.799 reais. No mesmo mês de 2008 saltou para 715.004 reais, em que 639.054 reais veio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e 75.910 reais do FUNDEB. O crescimento na arrecadação, envolvendo setores de serviços como a educação, também ocorreu em Rialma. A arrecadação total desse município em fevereiro de 2007 foi de 385.068 reais, registrando, no mesmo mês de 2008 o valor de 508.562 reais. Desse total, 426.036 reais vieram do FPM e 82.145 reais do FUNDEB (Secretaria do Tesouro Nacional, 2008).

É interessante notar que a circulação de capital no núcleo urbano Ceres/Rialma é reforçada por contar com duas estruturas municipais, já que recebe dois repasses da união. Isto é, trata-se de um “pequeno núcleo urbano com duas sedes e/ou estruturas administrativas”. A receita de Ceres em 2000 foi de 2.114.652.464,03 reais e em 2003 passou para 3.015.565.610,24 reais. Rialma, em 2000 tinha uma receita de 4.145.972,99 reais, e em 2003 passou para 5.304.632,53 reais. (STN, 2008).

Apesar da pequena população total dos dois municípios (29.122 habitantes), nota-se uma infra-estrutura de serviços dificilmente encontrada em pequenas cidades goianas. A presença de muitos órgãos regionais, de associações, de faculdades, cursos e escolas e de um setor de saúde diversificado demonstra que Ceres ainda mantém forte influência no Vale do São Patrício (CARDOSO, 2005). Como apontamos no tópico anterior, os serviços de saúde atendem municípios do extremo norte goiano. No entanto, por atingir localidades distantes, essa área é descontínua. Já os serviços ligados aos órgãos e instituições públicas, à educação e ao comércio varejista, atingem uma área contínua mas, que no entanto, é menor, se restringindo à municípios próximos.

A especialização produtiva de Ceres/Rialma tornou-se mais evidente a partir da dinâmica territorial comandada pela lógica de circulação do capital moderno. A rodovia Federal Belém-Brasília, ao mesmo tempo que acarretou o surgimento de muitos municípios e a conseqüente fragmentação territorial de Ceres, também lhe conferiu posição

privilegiada no meio norte Goiano, se constituindo como importante centro e como ponte entre essa região e o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília.

### **3.7 O sentido socioespacial dos serviços de Ceres/Rialma**

De acordo com Santos (1988, p.51) “quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área”. Xanthopulo (2006)<sup>19</sup>, afirma que na Microrregião de Ceres, Goianésia e Ceres apresentam os maiores desenvolvimentos sócio-econômicos. Autores como Gomes, Teixeira Neto & Barbosa (2005, p.127), afirmam que atualmente, Goianésia, e secundariamente, Ceres, desempenham papéis de centros sub-regionais de primeira importância (p.127). No caso, os autores estão considerando o Vale do São Patrício ou a Microrregião de Ceres. Do ponto de vista populacional e do desempenho da produção econômica, Goianésia, de fato, desempenha um papel mais relevante que Ceres, até porque esta última não possui indústrias de peso e muito menos uma produção agropecuária significativa. No entanto, os autores deixam de relevar a oferta de serviços dessa última, a função, assim como a posição e a ligação direta com Rialma. A centralidade de uma cidade está ligada ao alcance espacial e ao aparelho terciário que existe em função não somente do próprio município, mas também dos municípios vizinhos e aqueles localizados em outras microrregiões. No próprio Regic de 2007 Ceres é classificado como Centro de Zona de nível A, e Goianésia como Centro de Zona de nível B.

Também há de se considerar outras cidades, como Uruaçu e Porangatu, no Norte Goiano, que desempenham importantes papéis junto a Rodovia Federal Belém-Brasília e em suas ramificações. Inclusive, esses dois municípios acima já exercem influências em áreas antes polarizadas por Ceres, como em Hidrolina e Santa Terezinha, agora polarizadas por Uruaçu. Está ocorrendo uma inversão na rede urbana do meio norte de Goiás? A afirmação dos autores enunciados e os resultados do Regic colocam isso em evidência. A oferta de serviços ligados principalmente ao comércio varejista tem crescido em cidades como Goianésia, Itapaci, Rubiataba, Crixás, Uruaçu, Niquelândia e Porangatu. Nesse sentido, quanto ao comércio varejista houve, de fato, uma redução da área de influência de Ceres. Por outro lado, como apontamos no tópico sobre os serviços de saúde, esse setor se

---

<sup>19</sup> Esta tese apresenta um modelo geométrico que torna possível integrar vetores formados por indicadores sócio-econômico-ambientais para o estudo de um município ou de uma microrregião do Estado de Goiás.

qualificou e apresenta atualmente uma diversificação na oferta de serviços e bens. Isso significa que Ceres vai se inserindo na nova divisão territorial do trabalho com uma função muito clara: prestadora de serviços, sobretudo os de saúde.

No caso da microrregião de Ceres, não podemos deixar de considerar as tramas de poder que envolve o Núcleo Urbano Ceres/Rialma. Um ponto é indiscutível: de que a divisão do trabalho e da produção nessa microrregião está em transição pela entrada da cana-de-açúcar. Neste caso, Goianésia tem uma ligação pioneira com essa atividade econômica. Os próprios atores hegemônicos desse município tiveram e têm ligação com a política Estadual, que alavancam repasses, acumulação de capital e, conseqüentemente, a quantidade de habitantes. Além do que, municípios próximos vêm aumentando o raio de ligação com Goianésia (como é o caso de Barro Alto) onde já está em operação uma indústria mineradora do grupo Anglo América.

Também, mais ao norte do Estado, Uruaçu terá um crescimento econômico nos próximos anos, já que está aprovada a instalação de uma Usina de Álcool, além de pequenas indústrias já instaladas e de um comércio varejista diversificado. O mesmo ocorre em Porangatu, que além de pequenas indústrias, conta com instituições públicas regionais e com a instalação de uma indústria de biocombustível da Bionasa Combustível Natural S.A., que utilizarão o Pinhão-Manso e o Girassol. Além dos incrementos econômicos, esses dois municípios têm posições privilegiadas junto a rodovia federal Belém-Brasília que lhes conferem centralidade regional. Também, nessa porção do Estado, os municípios de Niquelândia e Minaçu, que possuem indústrias mineradoras e hidrelétricas de grupos como a Votorantim, Anglo América, Sama e Furnas têm registrado importante produção “nos adentros da margem direita da Belém-Brasília”. A implantação da Ferrovia Norte/Sul contribuirá com a logística da região, que possibilitará um forte crescimento econômico em direção ao norte de Goiás<sup>20</sup>.

No entanto, seria a indústria e/ou a quantidade de habitantes os principais critérios para dizer o papel de uma cidade na região? Conforme Benko (1996, p. 73), “a relação de dominação entre as cidades não depende apenas do número de organismos financeiros e de sedes de grandes empresas que se acham concentradas numa mesma localidade, mas sim, essencialmente, da maneira como são administrados e das potencialidades de controle que detêm”.

---

<sup>20</sup> Apesar de Ceres e Rialma se localizarem na Mesorregião Centro Goiano, esses municípios possuem fortes vínculos com a porção norte de Goiás. A proximidade física explica essa ligação, mas principalmente o acesso/fluxo e a influência que o setor de saúde de Ceres exerce na região.

Em todos os casos o aumento da (re)produção do capital faz com que a mão-de-obra excedente aumente, aumentando assim, a população total. No caso da Microrregião de Ceres há uma tendência de crescimento econômico e populacional – tal o exemplo de Goianésia assim como de outros municípios como Rubiataba, Itapaci e Carmo do Rio Verde. As indústrias instaladas nesses municípios revelam um melhoramento na infraestrutura produtiva, o que, até então, não se verifica com tanta força em Ceres/Rialma. Contudo, o sistema de poder montado em torno de duas atividades terciárias (saúde e educação), sobretudo da saúde, demonstra que esse Núcleo se beneficiará com a dinâmica que ora se apresenta. Ou seja, quando consideramos o Núcleo Urbano a partir de Ceres e Rialma, estamos estabelecendo uma leitura conjuntural, que envolve a dinâmica das duas cidades. E verificamos que, apesar de uma diminuição da importância de Ceres/Rialma em relação à produção agropecuária, industrial e até mesmo de seus serviços no contexto regional<sup>21</sup> (que decorre de fatores históricos, como enfraquecimento da pequena propriedade e da produção agrícola; fragmentação territorial, etc), há ainda uma notabilidade de seus serviços urbanos. Além do que, não podemos deixar de considerar sua posição, que continuará lhe garantindo fluxo de capital proveniente de outros municípios de modo que os excedentes são negociados e drenados, principalmente daqueles que estão na margem esquerda da Belém-Brasília, como Uruana, Carmo do Rio Verde, Rubiataba e Itapaci.

A polarização de uma cidade pode se dar num raio próximo - pelos serviços comerciais mais básicos, o que pode ser comparado ao que Santos (1993) chama de circuito inferior da economia. Aqui, a margem direita da BR-153 tem a supremacia de Goianésia, e mais ao norte do estado, Uruaçu e Porangatu desempenham importantes papéis. No entanto, a polarização também se dá num raio mais distante - pelos serviços mais especializados e ligados ao circuito superior da economia, como é o caso da saúde, em que Ceres cumpre importante papel junto à Microrregião de Ceres e ao norte Goiano.

Não estamos defendendo que Ceres/Rialma deve ser classificado como um núcleo regional ou não. Pelo contrário, o debate segue o esforço de entender o seu papel na divisão territorial do trabalho e sua função na produção de um território em movimento. Por conseguinte, estamos reforçando a necessidade de se considerar o Núcleo Urbano

---

<sup>21</sup> Na década de 1950 Ceres detinha grande parte das indústrias da região, como aquelas que produziam açúcar mascavo e cristal, rapadura, farinhas, beneficiamento de arroz e algodão, tijolos e telhas. Hoje, apesar de haver o Distrito Agroindustrial de Ceres – DAIC, não há indústrias de peso, tal como se vê em Goianésia, Rubiataba, Carmo do Rio Verde, Barro Alto, etc. Também, de fronteira agrícola no período da CANG, Ceres viu a sua produção agrícola despencar.

Ceres/Rialma como aglutinador de duas estruturas municipais, o que reforça o seu poder diante da conjuntura regional. No entanto, isso depende também da maneira como a gestão ocorre nesse Núcleo, o que envolve política partidária, interesses, força identitária, entre outras tramas que dificultam uma gestão integrada. Isto é, “não são as matérias-primas que constituem os recursos mais estratégicos, mas as habilidades que os atores territoriais podem desenvolver, promovendo as externalidades apropriadas” (BENKO, 1996, p. 80).

Ou seja, a dinâmica socioespacial de uma determinada localidade depende da maneira como os atores sociais atuam nos lugares. Conforme Boudin (2001, p.168), “a localização é, pois, um processo de construção da ação”. Nesse sentido, pela ação, o território se fundamenta no movimento – na transição. É esse o seu sentido histórico: ser fundamentado pela ação e pela maneira como os atores sociais dão sentido aos lugares. Por conseguinte, a própria dinâmica socioespacial de um município e/ou de um núcleo urbano como Ceres/Rialma, está na constituição dos próprios sujeitos, estabelecendo neles uma cultura peculiar, constituída também por símbolos alhures (proveniente da globalização), e também por elementos do local.

### **3.8 Princípios para a compreensão do sujeito Ceresino-Rialmense: a constituição da ação e o cruzamento de tempos**

O título deste tópico pode até parecer, num primeiro momento, contraditório. Ele intenta identificar algumas particularidades do sujeito de Ceres e de Rialma. Por outro lado, o sub-título “a constituição da ação” nos indica que, diante da ação, as *entidades* ou *identidades* se diluem nos *processos*. Isto é, o esforço de compreender a dinâmica socioespacial de um lugar nos coloca diante de alguns obstáculos. E um deles é tentar definir o indefinível, sobretudo tentar identificar algo que está em movimento. Como observa Boudin (2001, p. 158), para evitar os obstáculos é preciso “deixar de lado as *entidades* (culturais, sociais...) e interessar-se pelos *processos*, quer dizer, pela maneira como se constrói a relação com um lugar. Para isso é preciso considerar a *ação*.”

Portanto, o equívoco não é da tentativa de compreensão das particularidades, mas sim, da tentativa de definição de algo que está em movimento. Por outro lado, o próprio movimento não ocorre da mesma maneira em lugares diferentes. Assim, o nosso esforço é o de compreender algumas particularidades, em Ceres/Rialma, provenientes da maneira como os atores sociais dessas cidades impõem suas ações. Ainda que de maneira breve,

faremos uma leitura da relação entre a política e/ou as elites locais com os serviços de saúde em Ceres e o comércio Varejista em Rialma, evidenciando que a estrutura do espaço é composta por um jogo de relações de poder.

Como foi apresentado no tópico 3.6.1, relativo aos serviços de saúde, Ceres possui um aparelho terciário com expressividade do setor de saúde. Isso foi proveniente de uma especialização diante de uma demanda regional e da ação dos atores sociais locais em resposta à nova divisão territorial do trabalho. O processo de constituição desse aparelho é uma dimensão da dinâmica de Ceres/Rialma. E se os *processos* decorrem das *ações*, isso significa que os lugares são dimensões de seus atores ou as próprias pessoas carregam dentro de si símbolos do espaço onde vivem. Por isso questiona-se: o que há de específico e/ou de particular na constituição dos sujeitos em Ceres e Rialma no contexto da modernização do território goiano? Quem são os atores sociais, os quais contribuíram para o atual quadro socioespacial dessas duas cidades?

Do ponto de vista administrativo, dos 17 prefeitos já eleitos em Ceres, 10 foram profissionais ligados à saúde, como médicos, farmacêuticos, odontólogo e bioquímico. Em Rialma, dos 14 prefeitos já eleitos, 6 foram advogados e comerciantes (quadro 16).

Quadro 16: Relação de prefeitos nomeados e eleitos em Ceres e Rialma – 1941-2009

CANG					
Administrador	Período	Profissão			
Bernardo Sayão	1941 (fundador)	Engenheiro Agrônomo			
Ceres			Rialma		
Prefeito	Mandato	Profissão	Prefeito	Mandato	Profissão
Geraldo Fonseca de Azevedo	1953 (1º prefeito nomeado)	*	José Carlos de Souza	1953-1954	*
Jued Jabur Bittar	1954 (2º prefeito nomeado)	Comerciante	Gedeon Costa de Araújo	1954-1957	Jornalista
Domingos Mendes da Silva	1955 - 1959	Médico	Edmar de Souza Rezende	1958-1960	*
Silvio Mundim Pedroza	1959 - 1960	Farmacêutico	Raimundo Vasconcelos Maranhão	1961-1964	*
João Schettini	1960	Farmacêutico	Osório Felipe da Silva	1964-1965	*
Antônio de Pádua Pedroso	1960-1961	Funcionário Público	José Pedro Rêgo	1966-1969	Advogado
Benedito da Silva Aranha	1961-1966	Farmacêutico	Getúlio de Souza	1970-1972	Advogado
Silvio Mundim Pedroza	1966	Farmacêutico	José Pedro Rego	1973-1976	Advogado
Raimundo Alves de Souza	1966	Farmacêutico	Pedro Antônio Pereira	1977-1982	Advogado
Orlando José de Souza	1966 - 1970	Fazendeiro	Osmar Alves de Oliveira	1983-1988	Advogado
Geraldo Pereira Melo	1970 - 1973	Advogado e Fazendeiro	Sebastião Zeferino Dutra	1989-1992	Fazendeiro
Antônio Hellú	1973 - 1977	Professor	José Pedro Rego	1993-1996	Advogado

Ceres			Rialma		
Prefeito	Mandato	Profissão	Prefeito	Mandato	Profissão
Valter Pereira Melo	1977 - 1982	Médico	Elina Matias Dutra	1997-2000	Professora
José Alves Barreto	1982 - 1983	Fazendeiro	Paulo José Carneiro	2001-2004	Comerciante
Carlos Hassel Mendes da Silva	1983 - 1989	Médico	Evaldo José da Silva	2005-2008 2009>	Comerciante
Valdivino Garcia Rosa (vice de Carlos Hassel)	Interinamente	Pedreiro			
Valter Pereira Melo	1989 – 1992	Médico			
Cícero Silva Leão	1993 – 1996	Bioquímico			
João Alves Diniz (vice de Cícero Leão)	Interinamente	Médico			
Valter Pereira Melo	1996 – 2000	Médico			
Valter Pereira Melo	2000 - 2004	Médico			
Ernandes de Oliveira e Silva	31/03/04 à 31/12/04	Odontólogo			
Edmário de Castro Barbosa	2005 – 2008 2009 >	Engenheiro Civil			

Fonte: Prefeituras municipais de Ceres e Rialma; trabalho de campo set. 2008. Elaboração: Castilho (2008).

Esses dados indicam o perfil das elites e/ou líderes políticos de Ceres e Rialma. De um lado, em Ceres, há a predominância dos profissionais da área da saúde (14 mandatos). De outro lado, em Rialma, o predomínio é dos advogados e comerciantes (8 mandatos).

Esses dados são indicadores do que apresentamos acima: o espaço e o sujeito são dimensões da ação. Tanto a dinâmica socioespacial, que decorre da ação, como a constituição do sujeito são dimensões de um mesmo processo. Conforme a divisão territorial do trabalho impõe algumas condições e a função, a posição e a atuação dos grupos sociais vão sendo implantadas, o papel de Ceres vai se constituindo com significativa participação da saúde. Como nos informou um biomédico (em entrevista realizada em setembro/2008) em Ceres “não se cogita indústrias... Ceres não está preocupada com indústrias”. Segundo um ex-prefeito, “o município de Ceres tem a responsabilidade de investir em tecnologia de cidade-pólo. Para ele, uma boa cidade não é a grande, mas aquela que atende aos parâmetros de qualidade de vida”.

Para 85% dos entrevistados, Ceres é uma cidade prestadora de serviços. O secretário de educação desta cidade também afirma que o município de Ceres ficou pequeno, não tendo, portanto, área para indústria. Assim, segundo ele, a cidade deve investir em saúde e educação. Já em Rialma, o secretário de administração afirmou que “o município tem sua economia voltada para a indústria (Saborelle e Nestle), agricultura e comércio, e que os investimentos estão voltados a estes setores”.

Nota-se, neste caso, a maneira como os municípios são “percebidos e concebidos”. O “discurso da saúde em Ceres” é verificado não somente por aqueles que trabalham e controlam essa área. Em entrevistas realizadas em setembro de 2008, o percentual de 85% que apontaram Ceres como uma cidade prestadora de serviços sobe para 90% ao

apontarem que Ceres é um pólo de saúde. Um fotocopista, por exemplo, diz “que Ceres cresceu na área de saúde e educação e que os investimentos devem continuar nessa área, porque nesse setor a coisa da certo”. Para ele, Ceres é uma cidade que já foi dos cereais, mas que agora é da saúde.

Já os entrevistados de Rialma apontam esta cidade como sendo da área do comércio varejista (60%). Um estudante, por exemplo, afirma “que Rialma não tem crescido, mas que tem boas perspectivas já que vieram algumas indústrias”. Para ele “Rialma é uma cidade que pode vir a dar certo com mais indústrias, para trazer mais empregos”. O interessante é que esse estudante, apesar de “desejar indústrias para Rialma”, afirma que, no caso de Ceres “o negócio é a saúde”. Portanto, tanto as autoridades locais, profissionais, empresários como trabalhadores, deixam transparecer em suas declarações uma divisão de papéis para Ceres e Rialma. Para a primeira se cogita instituições ligadas à saúde e educação. Para a segunda se cogita indústrias. Mas, o que fundamenta esses discursos – essas manifestações?

Foucault (1979, p.13-14) afirma que “o poder não tem uma única fonte nem uma única manifestação”. Quando um grupo social é capaz de apoderar-se dos mecanismos que regulam determinada manifestação, a põe a seu serviço e elabora uma estrutura que se aplica aos potenciais dominados”. Este autor acrescenta que, a partir disso, “se cria um discurso que se apresenta como “natural” e procura bloquear as possibilidades de aparição de outros discursos que tenham capacidade questionadora”.

Foucault (1979) ainda comenta que a necessidade de se contar com um discurso de respaldo, com uma determinada forma de verdade, acaba por criar as condições ideais para a reprodução do poder de determinados grupos sociais. Por conseguinte, quando os profissionais da saúde de Ceres e os advogados e comerciantes de Rialma se apropriam de determinados saberes, como, por exemplo, o acesso as fontes financeiras destinadas à população como também aos meios de administração, o fazem para exercer suas práticas de poder. Esse fato é respaldado pelo discurso existente nas duas cidades, que acabam por mascarar e fazer com que tudo isso passe despercebido pela população local e calhe como natural.

Portanto, quando os entrevistados afirmaram “que a saúde é o negócio de Ceres e que Rialma só pode crescer pela indústria ou pelo comércio”, estavam obedecendo a uma lógica econômica ditada pela divisão territorial do trabalho mas também a um discurso que beneficia a atuação e reprodução do poder das elites locais. E esse é um processo “invisível” que dita a configuração territorial das duas cidades. Isso demonstra que, como

afirma Soares (2007), as elites locais desempenham papéis nas pequenas e médias cidades que acabam por influenciar o desenvolvimento e as relações socioespaciais das mesmas.

Por meio desse “respaldo do discurso”, a ação é imputada no lugar e a estrutura em torno de um determinado setor da economia é constituída. Assim, a estabilidade da localização vai depender, então, “muito das características da ação e dos atores [...]. Ela dependerá igualmente da capacidade que tem o lugar de se apresentar como um sistema de recursos (BOURDIN, 2001,p.181). No caso de Ceres, podemos dizer que as ações imputadas no lugar ocorreram num contexto que envolveu demanda, lógicas externas (do mercado) e ação dos grupos locais. Isso permitiu que a localização de Ceres ocorresse pelo que Bourdin (2001) chama de mercado preciso (especializado).

Sabe-se que esse processo, que envolve a ação, imputa no lugar a transição, a mudança, o movimento. Por conseguinte, como os sujeitos são produzidos nesse contexto? Ceres/Rialma é um núcleo claramente regional. Em decorrência disso, os sujeitos desse centro urbano não apenas aceitam as pessoas de fora, mas sabem que dependem “desses consumidores”. Se a região está em Ceres, está, também, no sujeito. Por esse motivo, uma parcela da população é “cosmopolita”, inclusive, são convictos da necessidade de formação e especialização em uma determinada área. Apesar do curso superior ser hoje, mais que antes, uma necessidade comum entre as pessoas, sobretudo nas metrópoles, essa preocupação já é bem notória em Ceres/Rialma, já que 70% dos entrevistados afirmaram ter alguém da família estudando em curso superior ou profissionalizante.

Em decorrência disso, sobretudo pela quantidade de escolas e faculdades, Ceres e Rialma, com 89,4% e 89,3%, respectivamente, ostentam as maiores taxas de alfabetização da Microrregião de Ceres e do Norte Goiano. Rubiataba (86,7%), Uruana (86,7%) e Goianésia (86,3%) aparecem nas posições seguintes. Para efeitos de comparação, a média goiana é de 88,0% da população e a nacional de 86,3%. Dentre os 3.088 empregos formais em Ceres e os 1.173 em Rialma, destacam-se a grande quantidade de médicos residentes em Ceres/Rialma<sup>22</sup>, assim como de outros profissionais da área da saúde, empresários, comerciantes e trabalhadores do comércio varejista. O valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes de Ceres foi de 652,11 reais e em Rialma, 593,70 reais (IDH, 2000).

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), o percentual da renda dos trabalhadores de Ceres proveniente de transferências governamentais foi de 13,71%, e

---

<sup>22</sup> Segundo a Associação Médica de Ceres (2008), são 51 médicos associados, e um total de 85 que atuam no núcleo urbano Ceres/Rialma.

Rialma 13,99%. Pequenas cidades como Nova Glória e Guaraíta possuem 22% de seus trabalhadores com renda proveniente de transferências governamentais. Isso significa que, no caso de Ceres/Rialma, a dependência por repasses da União tem uma proporção menor que em pequenas cidades goianas.

Do ponto de vista do Produto Interno Bruto (PIB), Ceres e Rialma não se destacam entre os municípios da porção norte do território goiano. Apesar de Ceres aparecer em segundo lugar na Microrregião de Ceres com 152.267.452 reais em 2006, está com um PIB muito abaixo de municípios como Niquelândia, Minaçu e Goianésia, com um valor de 678.344.473, 591.338.285 e 506.841.295 reais, respectivamente. Por outro lado, tanto Ceres com Rialma, com os IDHs de 0,782 e 0,777, ostentam os melhores índices de desenvolvimento humano tanto da Microrregião de Ceres como do Norte goiano.

Esses dados estariam comprovando as declarações de alguns profissionais da saúde, de que “em Ceres não se cogita indústrias porque uma boa cidade não é a grande, mas aquela que atende aos parâmetros de qualidade de vida”? A questão é que, no caso de Ceres, verifica-se uma estrutura terciária significativa (tal o exemplo da quantidade de hospitais), mas que, no entanto, tal estrutura atende a região e não apenas Ceres. Em todos os casos, os dados de saúde, composição de renda e de alfabetização colocam Ceres/Rialma em um patamar superior aos municípios da Microrregião de Ceres e do Norte Goiano.

Isso significa que há uma quantidade de sujeitos com uma alta composição de renda. Sujeitos esses que mantêm uma ligação direta com a especialização que vem ocorrendo no núcleo urbano e que, portanto, estão ligados ao tempo rápido. Por outro lado, há também aqueles sujeitos que carregam o que podemos chamar de tempo lento, típico das pequenas cidades, nos indicando um cruzamento de tempos conforme a constituição dos sujeitos em Ceres, Rialma, como também em grande parte dos municípios que recorrem a essas duas cidades para o consumo de bens e serviços.

Mas a interpretação do universo simbólico desses sujeitos em um núcleo urbano como Ceres/Rialma nos coloca diante de alguns obstáculos. Primeiro, porque essas cidades guardam uma contradição social silenciosa. Segundo, sua paisagem esconde um universo simbólico e, terceiro, porque o nosso olhar geralmente é metropolitano. Deparar com uma paisagem simples, comum em Rialma como também em Ceres, geralmente desprovida do “ritmo rápido” da metrópole, nos faz correr o risco de suposições pejorativas.

Se por um lado, do ponto de vista da função, da oferta de serviços e da amplitude de sua centralidade, o centro urbano Ceres/Rialma não se enquadra numa dinâmica de

pequena cidade, por outro lado, do ponto de vista de uma vida sedimentada nos pequenos centros, tal o exemplo do cotidiano “pacato”, Ceres/Rialma possuem uma característica bastante comum entre as pequenas cidades.

Em um centro urbano de pequeno porte as pessoas também “se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos” (SOUZA, 2005, p. 28). O fato é que a sociedade se reproduz nesses centros e por isso não deixam de serem desiguais. Inclusive, conforme Melo (2008) essa reprodução segue uma lógica moderna. Por exemplo, a Lan House<sup>23</sup>, os automóveis, a própria televisão, as instituições especializadas – como os hospitais, etc simbolizam a entrada de variáveis externas no contexto de Ceres/Rialma. A lógica da reprodução qualificada do capital, do hábito consumista e da produção para mercados de outras regiões são evidentes nesses municípios. Mas apesar de a modernização ser hegemônica, há ainda a figura do camponês/colono, do fazendeiro, do curandeiro, da carroça, da caderneta, da troca simples, etc. Ou seja, ainda é muito evidente símbolos da tradição rural se contrastarem com aqueles hodiernos. Conforme diz um ex-colono da CANG, de 64 anos, “a saudade da roça é demais, mais a gente vai levando a vida por ai sem deixar de lado alguns hábitos daquele tempo”.

Esse senhor carrega consigo valores de um período em que o campo era mais dinâmico. Conforme Chaveiro (2005), os valores de uma vida sedimentada no campo vão reexistir no inconsciente dos sujeitos, constituindo o espaço profundo. Esse processo, que também podemos chamar de permanência do tempo lento, constitui em Ceres e Rialma o que chamamos de “peso da tradição”. Aqui entram o coronelismo disfarçado, o conformismo, a vigilância, o provincianismo, etc. E isto, como atestou Pessoa (1999), está ligado à tradição cristã das duas cidades. Aqueles moradores com renda baixa - segregados, sem influência... são alimentados pela fé. Em Ceres há a expressividade dos protestantes, e em Rialma o catolicismo mantém uma significativa influência. Um fato interessante é que a igreja católica de Rialma está ligada à diocese de Uruaçu. Já em Ceres, a igreja católica mantém vínculos com a diocese da Cidade de Goiás. Portanto, além da divisão político-administrativa, há uma divisão também no âmbito de uma mesma religião em Ceres e Rialma. Mas o fato é que se há algo destinado com abundância à população, reforçando ainda mais a ideologia e a força dos grupos locais, trata-se da simbologia religiosa.

---

<sup>23</sup> Estabelecimento com acesso a internet.

Também, emblemático no cotidiano desse núcleo, é a figura do camponês ou do colono que “veio morar na cidade”. A cultura dessas pessoas está fortemente enraizada no campo tradicional. Parte desses sujeitos não são empreendedores; não se vêm especulando capital. Isso porque, são da cultura do tempo lento. Conhecer o nome de árvores, qualidade de madeiras para se carpintar, ou mesmo lidar com um animal (como o cavalo, galinha, porco) é uma facilidade típica dessas pessoas. Guardar objetos, mesmo aqueles “estragados”, é um costume.

Envolvidos num espaço onde a realidade é tecida por elementos da globalização, esses sujeitos atuam com resistência aos elementos que vêm “de fora”. Eles preferem continuar vivendo no cotidiano “mais tranquilo” do que “mudar de rotina”. Carregam consigo um tempo que se dilui. Mas a presença deles em Ceres e Rialma nos diz que aquele espaço é uma confluência entre o tradicional e o moderno. Provavelmente os netos desses sujeitos já têm acesso à internet. Isso os coloca em contato com a cultura de massa e cosmopolita. Por isso seus desejos já são diferentes dos desejos dos avôs. Contudo, o mundo que almejam é diferente daquele que vivem (CASTILHO, 2007). Ver na televisão a rotina das metrópoles, não encontrada no pequeno núcleo urbano, traz uma insatisfação aos jovens. Isso se soma à falta de emprego e faz com que boa parte da mão-de-obra (principalmente os jovens) migre para cidades como Goiânia, Brasília e até mesmo para o exterior.

Ceres e Rialma, por prestarem serviços à região, mantêm uma tendência ao novo e à especialização dos serviços e produtos. Mas a cultura e a identidade, mesmo estando abertas às mudanças, não sendo únicas e coerentes (HALL, 2001), têm um certo aprisionamento nos sujeitos do tempo lento, principalmente entre aqueles que carregam o “tempo da Colônia”. Isso porque, dialogando com Geertz (1989), o comportamento é uma ação simbólica que segue uma forma aceita pelos membros de uma sociedade. Ou seja, é mais fácil para um sujeito mudar seus hábitos numa metrópole do que numa pequena cidade ou numa comunidade menor. Isso se explica pela vigilância, pelo provincianismo e pelo peso da tradição. Os próprios movimentos sociais organizados (como movimento negro, movimento feminista, etc) são menos comuns nos pequenos centros urbanos. Ao invés desses movimentos, há, sobretudo em Ceres, as entidades representativas dos médicos, empresários, etc.

Nesse sentido, aquela paisagem que vemos ao chegar em Rialma e Ceres, que mescla um aparente movimento pelo comércio varejista, mas também um ritmo lento, esconde profundas contradições. Há inclusive uma pobreza silenciosa. E se os valores são

crystalizados, a diversidade cultural ocorre com menor frequência. E isso, do ponto de vista da criação e da mudança, pode ser um empecilho. Há uma reprodução da ideologia em Ceres e Rialma que é reforçado pelo peso da tradição. Isso reforça a atuação dos atores sociais, o que gera uma concentração de poder, conforme diz Foucault (1979) representada no dia-a-dia das pessoas e nos grupos que se constituem. O cruzamento de tempos, nesse sentido, é verificado no interior dos próprios sujeitos, representando o espaço onde vivem e revelando-nos uma dinâmica socioespacial fruto da ação, de um processo histórico e das localizações, sobretudo, da vida daqueles que (re)produzem ali, as relações sociais de produção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os viajantes, descritos no início dessa dissertação, já devem estar longe. A nossa “viagem analítica” sobre Ceres e Rialma também vai se encerrando. No retorno do último trabalho de campo, na saída de Ceres em direção a Carmo do Rio Verde pela GO-154, um galpão graneleiro (figura 25) nos chamou a atenção. Segundo um senhor que mora nas proximidades, ele foi desativado em 1993, período em que a atividade agrícola persistia em um município refuncionalizado. Apesar dos hospitais, das avenidas com o nome de Bernardo Sayão, das faculdades, da presença emblemática do rio das Almas, das edificações, dos sujeitos simples, das igrejas, da rodovia Belém-Brasília, etc, a imagem que fica é deste galpão. Ela é emblemática porque indica a transição.



Figura 25: Galpão graneleiro desativado e localizado na GO-154 no município de Ceres. Foto: Castilho (2008).

As reflexões delineadas neste trabalho foram feitas na proposta de elencarmos mais elementos para a análise dos pequenos centros urbanos em sua diversidade. O debate metodológico sobre as pequenas e médias cidades é constituído, ainda, por poucos estudos se comparado às metrópoles. Uma compreensão mais ampla do território goiano nos remete a estudar, também, a dinâmica dos pequenos centros. Do ponto de vista da Geografia, alguns pensadores do fenômeno urbano tentaram algumas definições teóricas, como é o caso de Santos (1979), de outros trabalhos seus (1981, 1985 e 1988), de W. Santos (1989) e de Corrêa (1994, 1999 e 2006). Também há contribuições em anais de simpósios de geografia urbana, encontros sobre médias e pequenas cidades, de congressos organizados pela AGB, em revistas especializadas e em algumas recentes publicações. É o caso de Soares (1999 e 2007), Amorim Filho (2001), Oliveira e Soares (2002), Gonçalves

e Costa (2004), Endlich (2006), Sposito et all (2001, 2007), Olanda (2008) Castello Branco (2007), Soares et. all. (2006), Melo (2008) entre outros.

Este tema se apresenta como desafio àqueles que almejam a compreensão do território em sua diversidade. O nosso esforço contou com a colaboração de ricas interpretações do espaço goiano, como Mendonça (2001), Chaveiro (2005), Moraes (2005) e Arrais (2007), os quais vêm desenvolvendo importantes discussões sobre Goiás. A modernização deste território no contexto contemporâneo vem apresentando novas configurações, novos contextos e, portanto, novos desafios. Se a porção Sul desta Unidade da Federação é peculiar no que se refere à inserção da modernização, as transformações também são particulares na porção Norte, que mantém um desenho socioespacial bastante incomum com o outro extremo do estado. Isso nos evidencia que o processo de modernização do território é histórico e possui um sentido socioespacial.

Poderíamos, nesse sentido, levantar novas questões, a saber: como o processo de modernização ocorreu e ocorre nas diferentes regiões de Goiás? Quem são os atores que atuam e agem na definição das localizações e como os *processos* e *ações* particularizam os lugares? Essas questões, além de outras, são pontos importantes para o debate. Sobretudo, o entendimento dos municípios que compõem uma dada porção do espaço requer a compreensão do contexto regional que se inserem como também exige uma leitura crítica dos discursos que agem em benefício daqueles que têm o espaço como meio para exploração.

A vida que se desenvolve nas cidades é fruto de um movimento contraditório, já que envolve conflitos e relações de poder silenciosos. No caso dos pequenos centros, além de suprir regiões produtivas com produtos primários e com exército de reserva, eles também aprisionam parte de seus habitantes aos valores que os tornam mais aptos e/ou vulneráveis a aceitarem as ações imputadas pelos atores hegemônicos. Mas o espaço dessas cidades também pode oferecer as condições de reprodução social a partir da emancipação. Conhecer os fundamentos e as contradições é um importante passo para a postura política e para a luta daqueles que lutam por dignidade.

Por isso tudo, a cidade é também uma possibilidade. Se ela, no período atual, é invadida pelos automóveis e pela circulação de produtos; se a cultura que nela se desenvolve reprime; ela também pode ser o lugar do encontro, do movimento, da vida coletiva e da circulação de símbolos emancipadores. No caso de Ceres/Rialma, a compreensão de sua formação pode contribuir com uma fundamentação mais crítica do lugar, sobretudo do entendimento de algo que se constrói pelo discurso ideológico.

A CANG foi a primeira das Colônias implantadas como também a maior do país. A participação do governo estadual foi decisiva à escolha do local de sua implantação. Na época havia o interesse de integração nacional (de ocupar os espaços vazios), mas também a área de matas (que caracterizava terra fértil) e a ligação com Anápolis pela estrada que já havia sido implantada até Jaraguá foi fator decisivo para a sua localização.

Dentro do projeto de Marcha para o Oeste, a colonização que houve em Goiás não cumpriu os objetivos de fixação do pequeno agricultor familiar à terra. Mas contribuiu com a expansão do território nacional. Assim, seria o discurso acerca do pequeno agricultor apenas uma justificativa para o verdadeiro plano? O fato é que o Brasil iniciou sua inserção no mercado internacional. Os pequenos proprietários, nas condições que estavam, não tinham condições de suprirem os ensejos do capital.

A CANG, juntamente com Goiânia, representou um importante período da modernização em Goiás. A grande quantidade de pequenas cidades nessa região é a consequência de um povoamento acelerado daquele período. Nas décadas de 1960 e 1970 Ceres passou por um processo de transformação de seu conteúdo socioespacial. De fronteira agrícola se especializou no setor de serviços. Da contradição da CANG emergiu ali uma estrutura de poder em torno da saúde. A especialização decorrente das novas lógicas territoriais se refletiu também em Rialma. Contudo, é guardada nas duas cidades uma diferenciação proveniente de uma identidade que, por questões de política administrativa e de atuação dos grupos sociais, deseja ser duas.

O fato é que as políticas regionais e a lógica do capital moderno alteraram o contexto da porção norte do Centro Goiano. Assim, a discussão sobre a formação territorial de um sistema urbano, conforme salienta Santos (1988), permite reconhecer as diversas dinâmicas espaciais, em diferentes momentos, e mesmo nos dá indicações quanto ao futuro. Hoje, Ceres e Rialma ligam aquela região ao eixo de desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro. Também, se observarmos o desenho da BR-153, lembrando, nos termos de Juscelino Kubitschek, uma espinha dorsal, verifica-se uma forte influência de Ceres na porção oeste dessa rodovia no que se refere à Microrregião de Ceres. Na outra porção, Goianésia já se desponta como importante centro urbano. A polarização regional por Ceres e Goianésia merece um novo estudo. Além disso, a cana-de-açúcar, que já existe na região desde algumas décadas, vem se intensificando e alterando o quadro econômico regional. Ela já apresenta uma mudança na divisão social e territorial do trabalho e dita a forma de (re)produção social dos lugares.

Por conseguinte, a área de influência de Ceres apresentada pelo Regic de 1993 está “tomada” pelas plantações de cana-de-açúcar. Alguns dos municípios onde foram instaladas destilarias, como em Itapaci e Rubiataba, a produção de álcool foi acompanhada por um crescimento populacional e da oferta de serviços, sobretudo daqueles ligados ao comércio varejista. Isso explica a diminuição da área de influência dos serviços de Ceres entre os anos de 1993 e 2007. De centro Sub-Regional em 1993, Ceres se constitui em 2007 como Centro de Zona A. Apesar da diminuição de influência regional apresentada pelo Regic, Ceres ainda se mantém como o centro mais importante da Microrregião de Ceres e, ao lado de Uruaçu e Porangatu, da porção norte do território goiano. O fato é que o sistema de saúde dessa cidade se especializou e manteve a oferta de serviços não encontrados em outros municípios da região.

Do ponto de vista da dinâmica regional, a Ferrovia Norte-Sul trará uma nova dinâmica. Se o eixo de desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro tem uma relação direta com a BR-060 no sentido leste-oeste (Brasília-Anápolis-Goiânia-Cuiabá), a FNS ampliará as trocas no sentido sul-norte. Assim, quais as condições se apresentarão para Ceres/Rialma numa região que provavelmente intensificará a sua produção agrícola e industrial? A ampliação da logística trará uma nova dinâmica, mas de que maneira a localidade, que um dia foi Colônia Agrícola, responderá a essas transformações? Sabe-se que o crescimento econômico, no caso do território goiano, é acompanhado do crescimento populacional (exército de reserva). Nesse contexto, os serviços de saúde e educação cumprem papéis substanciais, no entanto, o aproveitamento e/ou crescimento desse setor em Ceres vai depender das ações locais, não apenas das demandas regionais.

Rialma, por exemplo, pode se beneficiar de sua extensão municipal, sobretudo, pelo fato de se localizar próximo à BR-153, o que facilitaria o escoamento da produção por essa rodovia. Enquanto os atores de Ceres “não cogitam indústrias”, Rialma pode ter um percurso diferente, podendo priorizar o setor secundário.

Quanto aos serviços, especialmente da saúde em Ceres, apesar de reconhecer a sua relevância no contexto da região, é preciso questionar o discurso em torno da estrutura que ali foi montada. A questão é que uma rede de serviços muito bem articulada pode representar um meio de reprodução do poder de determinados atores, a exemplo dos médicos e políticos. A (re)funcionalização, portanto, segue uma lógica de reprodução do capital e dos grupos sociais. Contudo, apesar das intempéries do presente, como afirmou Santos (1988), é o futuro que constitui o domínio da vontade e é sobre ele que devemos

centrar nosso esforço de modo a tornar possível e eficaz a nossa ação e a mudança territorial.

Pensar o território considerando os processos e as mudanças é um desafio ainda em construção. Este estudo, apesar das incompletudes e da necessidade de novas interpretações, enriqueceu-nos e nos trouxe novos horizontes de pesquisas. A compreensão das localizações e de seus sentidos é uma dedicação que envolve descobertas e que nos deixa a certeza de que o entendimento dos fundamentos do espaço é um pressuposto indispensável àqueles, geógrafos ou não, que desejam uma sociedade mais justa. Esta dissertação, mais que um resultado, foi um processo rico e revelador. E como todo processo pressupõe ação e mudança, ficam os desafios, as incertezas, sobretudo, as possibilidades...

## REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O. B. (Org). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ANDRADE, N. L. de. *História e Histórias da CANG – meu rincão por adoção*. Goiânia: Kelps, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária: Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)*. 2ª Edição. Goiânia: Kelps, 2006.
- ARANHA, B. da. S. *Eu vi Ceres Nascer: a saga do Bandeirante Bernardo Sayão*. Goiânia: João Batista A. Filho, 2001.
- ARRAIS, T. P. A. *Geografia Contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Região como Arena Política*. Goiânia: Vieira, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O Território Goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional*. In: anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém-PA, 2007b.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Brasília: Ipea, 2000.
- BARREIRA, C. C. M. A. *Vão do Paraná: a estruturação de uma região*. Brasília: Ministério da Integração: Universidade Federal de Goiás, 2002.
- BENKO, G. *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. (Tradução: Antônio de Pádua Danesi). São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERTRAN, P. *Uma Introdução à História econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.
- BORGES, B. G. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: UFG, 2000.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIN, A. *A questão local*. (trad.: Orlando dos Reis). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRASIL. *Região de Influência das Cidades 1993*. Rio de Janeiro: IBEG, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Censo demográfico: 2007*. Brasília: IBGE, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Região de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b.
- CAMPOS, F. I. *Questão Agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*. Tese de Doutorado (Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo). São Paulo, 1985.

CARDOSO, F. M. C. B. *Cluster de Saúde de Ceres (Go): Um Resgate do seu Processo de Formação e Expansão*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Católica de Minas Gerais). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

CARDOSO, F. M. C. & VALVERDE. Estudo dos efeitos da municipalização da saúde sobre a área de abrangência de atendimento do *cluster* de saúde no município de Ceres-GO. In: *Revista FACER*. V.5, n.1 (fev)2007. Rubiataba, 2007. p. 11-24.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: expressão popular, 2007.p.89-112.

CASTILHO, D. *Tempo do espaço, tempo da vida: uma leitura socioespacial de Heitoráí*. Goiânia: Ellos, 2007.

CASTILHO, D & CHAVEIRO, E. F. A cidade local no território goiano. In: CAVALCANTI, L. de S. et all. (Orgs). *Temas Geográficos*. Goiânia: UFG/IESA, 2008. p.133-154.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. de S. Uma Geografia da Cidade – elementos da produção do espaço Urbano. In:\_(org.). *Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia*. Goiânia: Alternativa, 2001.

CHAVEIRO, E. F. A urbanização do sertão goiano e a criação de Goiânia. In: GOMES, H. (Org.). *O Espaço Goiano: Abordagens Geográficas*. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004.

\_\_\_\_\_. Traços e matrizes para a compreensão de um Goiás profundo. In:\_ (org.). *A Captura do Território Goiano e a sua Múltipla dimensão Socioespacial*. Catalão: Modelo, 2005. p. 168-188.

CHAVEIRO, E. F; CALAÇA, M; REZENDE, M. C. da S. *A Dinâmica Demográfica de Goiás*. Goiânia: Ellos, 2009.

CORRÊA, R. L. *A Rede Urbana*. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar. 1995. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/coleção\\_digital.htm](http://biblioteca.ibge.gov.br/coleção_digital.htm)>. Acesso em nov/2008

\_\_\_\_\_. *Trajelórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *Território*, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.41-53, jan./jun. 1999.

\_\_\_\_\_. *Estudos Sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DAYRELL, E. G. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização*. Dissertação de Mestrado (Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1974.

DEBORD, G. O Planejamento do Espaço. In:- *A sociedade do Espetáculo*. (tradução: Estela dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 111-119.

DEUS, J. B. de. As atuais transformações estruturais na economia goiana e os seus desdobramentos nas mudanças socioespaciais. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.) *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002. p. 177-196.

\_\_\_\_\_. *O Sudeste Goiano e a desconcentração industrial*. Brasília: Ministério da Integração: Universidade Federal de Goiás, 2002b.

DUARTE, L. E. A. M. A Marcha para Oeste e a Criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. In: *Sociedade e Cultura*. v.2, n.1 e 2 (jan/dez.1999). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciências Sociais. Goiânia: UFG, 1999. p.37-83.

ENDLICH, A. M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Presidente Prudente, 2006.

ESTEVAM, L. *O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. (2ª ed). Goiânia: UCG, 2004.

FABREGAT, Clemente Herrero. *Educação e Cultura Urbana: novas perspectivas educativas para o estudo da cidade* - palestra proferida no III Seminário Cidade e Educação no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais / UFG. Goiânia, 30 de outubro de 2006.

FAISSOL, S. *O “Mato Grosso de Goiás”*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Conselho Nacional de Geografia, 1952.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. (16ª edição). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, M. de S. *Terra, Trabalho e História: a Expansão Agrícola no “Mato Grosso” de Goiás – 1930/1955*. Tese de Doutorado (mimeografado). São Paulo: USP, 1985.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In:\_. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, H; TEIXEIRA NETO, A; BARBOSA, A. S. *Geografia: Goiás / Tocantins*. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: UFG, 2005.

GONÇALVES, F. E; COSTA, A. A. da. Para entender as cidades pequenas: contribuições para o debate. In: *VI Congresso Nacional de Geógrafos (Anais)*. Goiânia: AGB, 2004.

GRAMSCI, A. *A questão Meridional*. (Seleção e introdução: Franco de Felice e Valentino Parlato; Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e Identidade: a rede “gaucha” no Nordeste*. Niterói: EdUff, 1997.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. (trad. Tomas T. da Silva e Guacira L. Louro) – 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. (Trad. Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger). São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores)

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. (Trad.: Rubens E. Frias). São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, M. S. Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. In: *GEO UERJ*. N. 1, jan. 1997. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, 1997.

MARTINS, J. De S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MELO, S. C. de. O território na era da globalização. In: *Guanicuns*. Ver. Da FECHA/FEA – Goiás, 02: 141-145, jun. 2005.

MELO, N. A. de. *Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

MENDONÇA, M. R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano*. Dissertação (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Presidente Prudente, 2001.

MORAES, R. de S. As formas contemporâneas da captura capitalista do território goiano. In: CHAVEIRO, E. F. (Org.). *A Captura do Território Goiano e a sua Múltipla dimensão Socioespacial*. Catalão: Modelo, 2005. p. 13-45.

MOREIRA, R. *O discurso do avesso*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

\_\_\_\_\_. *Para onde vai o pensamento geográfico?* Rio de Janeiro: Contexto, 2006.

NEIVA, I. C. *O outro Lado da Colônia: contradições e forma de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás* (Dissertação de Mestrado). Brasília: UNB, 1984.

OLANDA, E. R. Pequenas Cidades e os Movimentos de Concentração e Dispersão. In: CASTILHO, D. (Org.). *Espaço Plural: caderno de textos*. Goiânia: AGB, 2008.

OLIVEIRA, B. S. de; SOARES, B. R. Cidades Locais do Triângulo mineiro e alto Paranaíba/MG: Algumas considerações. In: *Caminhos de Geografia* - revista on line. Ano 3, n. 5, fev.Uberlândia, MG: Programa de pós-graduação em Geografia, 2002.

PELIANO, J. C. *Acumulação de Trabalho e Mobilidade do Capital*. Brasília: UnB, 1990.

PESSOA, J. de. M. *A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Alínea, 1999.

RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, J. C. de L. Cidades Médias e serviços de saúde: algumas reflexões sobre os fixos e os fluxos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 173-186.

RODRIGUES, U. B. A Desterritorialização Globalizada do Trabalho. Dissertação (Mestrado em Geografia de Programa de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: IESA/UFG, 2007.

SANTOS, M. *Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979b.

\_\_\_\_\_. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *De La totalidad al lugar*. (trad.Maria Laura Silveira, rev. Sergi Martínez Rigol). Barcelona: Oikos-tau, 1996b.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O BRASIL: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, W. dos. *Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico* - o exemplo da região de Campinas-SP. Tese de Doutorado (Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo). São Paulo, 1989.

SANTOS, D. *A Reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, D. Mini-Curso “Paisagem, Território e Região: exercício para uma leitura geográfica” ministrado durante o VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia: IESA/UFG, 2004.

SAQUET, M. A. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. S. (Org). *Produção do espaço e redefinições regionais*. Presidente Prudente-SP: UNESP, FCT, GAsPERR, 2005. p. 35-52.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, M. E. B. & WHITACKER, A. M (orgs). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.157-186.

SAYÃO, L. *Meu pai Bernardo Sayão*. 5ª edição. Gráfica do Senado Federal, 1994.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. *Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 2000*. Goiânia: SEPLAN, 2000.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 2003*. Goiânia: SEPLAN, 2003.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico de Goiás – 2007*. Goiânia: SEPLAN, 2007.

SILVA, S. D. e. *No Oeste a Terra e o Céu: a construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Dissertação de Mestrado (Mestrado apresentado no FCHF/UFG). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2002.

\_\_\_\_\_. Um outro olhar sobre o lugar: a Cang no tempo da fronteira. *Sociedade e Cultura*. V.5, n. 1 (jan/jun.2002). Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG, 2004.

SILVA, M. C. da. A dinâmica demográfica de Goiás. Dissertação de Mestrado (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás). Goiânia, 2005.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. In: *Formação*, n.6. Presidente Prudente: Pós-Graduação em Geografia, FCT, UNESP, 1999. p. 55-63.

\_\_\_\_\_. *et all*. Pequenas Cidades do Cerrado Mineiro: reflexões sobre suas diversidades e particularidades socioespaciais. In. SOARES, B. R; OLIVEIRA, H. C. M. de; MARRA, T. B. (orgs.). *Ensaio Geográficos*. Uberlândia: UFU/PET, 2006. p. 45-72.

\_\_\_\_\_. Pequenas e Médias Cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de Cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: expressão popular, 2007. p. 461-494.

SOUZA, M. L. de. *ABC do desenvolvimento urbano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, M. E. B.(Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GASPERR, FCT, UNESP, 2001.

SPOSITO, M. E. B. et all. O Estudo das cidades Médias Brasileiras: uma proposta metodológica. In:\_. (Org.) *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: expressão popular, 2007. p. 35-68.

SPOSITO, E. S. *Redes e Cidades*. São Paulo: Hucitec, 2008.

TEIXEIRA NETO, A. O Território Goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.) *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002. p.11-46.

TUAN, Y. F. *Espaço e Lugar*. São Paulo: DIFGL, 1983.

WAIBEL, L. Uma viagem de reconhecimento ao Sul de Goiás. *Separata da Revista Brasileira de Geografia*, n.3, ano IX.

XANTHOPULO, W. *O Ponto S e o Desenvolvimento Equilibrado de Goiás*. Tese (doutorado – Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais). Goiânia: UFG, 2006.

#### **Sites Consultados:**

<a href="http://www.ceres.go.gov.br">http://www.ceres.go.gov.br</a>	acessado em 12 de dezembro de 2007.
<a href="http://www.rialma.go.gov.br">http://www.rialma.go.gov.br</a>	acessado em 14 de dezembro de 2007.
<a href="http://www.seplan.go.gor.br">http://www.seplan.go.gor.br</a>	acessado em 14 de fevereiro de 2008.
<a href="http://www.sieg.go.gov.br">http://www.sieg.go.gov.br</a>	acessado em 14 de fevereiro de 2008.
<a href="http://www.seplan.go.gov.br/sepin">http://www.seplan.go.gov.br/sepin</a>	acessado em 14 de fevereiro de 2008.
<a href="http://www.ibge.br">http://www.ibge.br</a>	acessado em 27 de janeiro de 2008.
<a href="http://www.stn.go.gov.br">http://www.stn.go.gov.br</a>	acessado em 20 de fevereiro de 2008.
<a href="http://www.datasus.gov.br">http://www.datasus.gov.br</a>	acessado em 20 de fevereiro de 2008.
<a href="http://www.ipea.gov.br">http://www.ipea.gov.br</a>	acessado em 16 de março de 2008.
<a href="http://www.fnnde.gov.br">http://www.fnnde.gov.br</a>	acessado em 16 de março de 2008.
<a href="http://www.pirenopolis.go.gov.br">http://www.pirenopolis.go.gov.br</a>	acessado em 9 de outubro de 2008.
<a href="http://www.eafce.gov.br">http://www.eafce.gov.br</a>	acessado em 8 de novembro de 2008.
<a href="http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm">http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm</a>	acessado em 15 de novembro de 2008

## **ANEXOS**

ANEXO 01 – ROTEIRO DE ENTREVISTA (1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NÍVEL: MESTRADO

Pesquisa: A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização do território goiano

Mestrando: Denis Castilho

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: M ( ) F ( ) Município: Ceres ( ) Rialma ( )

Há quanto tempo reside neste município? \_\_\_\_\_

Qual a sua ocupação atualmente? \_\_\_\_\_

De onde e por que veio morar nesta cidade? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Fale um pouco do seu município desde quando mora aqui. Você acha que a saúde e a educação tiveram um crescimento?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Você acha que esta cidade cresceu ou decresceu no contexto do Vale do São

Patrício? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Para você, o que é este município hoje?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Suas necessidades de serviços e produtos são satisfeitas nesta cidade? O que está bom e o que falta?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Os prefeitos deste município, no decorrer de suas administrações, têm privilegiado que tipo de projetos para o desenvolvimento da localidade?

---

---

O que você diz das pessoas deste município?

---

---

Sobre Ceres e Rialma. Como é a relação dessas duas cidades e das pessoas? há uma questão que envolve identidade? Quem é o Ceresino e o Rialmense?

---

---

---

O que tem em Rialma que não tem em Ceres e o que tem em Ceres que não tem em Rialma? O que tem nas duas cidades que você utiliza/usufrui?

---

---

Que municípios são buscados para atendimento de necessidades não atendidas em Ceres ou Rialma?

---

---

---

Na sua opinião, qual é a principal cidade do Vale do São Patrício hoje?

---

---

O que você diz do avanço da cana-de-açúcar pela região?

---

---

Deixe suas últimas palavras sobre este município. Que avaliação você faz?

---

---

---

---

Entrevistador: Denis Castilho

13 de outubro de 2008.



ANEXO 03 – QUESTIONÁRIO – PREFEITURA DE CERES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NÍVEL: MESTRADO

Pesquisa: A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização do território goiano

Mestrando: Denis Castilho

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Instituição: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_

Informante: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Informações solicitadas:

1 – Área municipal: \_\_\_\_\_

2 – Ano de Construção da Prefeitura \_\_\_\_\_

3 - Qual o principal setor que contribui para a arrecadação de Ceres? \_\_\_\_\_

3 – Relativo à emancipação de Nova Glória e Ipiranga de Goiás, houve resistência por parte das elites de Ceres? Como foi o processo? Sabe-se que esses municípios emancipados eram as principais áreas agrícolas de Ceres. Isso representou um problema ou não?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4 – As elites locais de Ceres, os prefeitos, etc, têm privilegiado que setor da economia em seus investimentos? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5 – Atualmente, que projetos há para Ceres e Rialma? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6 – Há uma preocupação em relação ao avanço da cana-de-açúcar pela região?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7 – O que Ceres Ganha com este avanço?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3 – Outras informações:

Nome, Procedência, e Partido de todos os prefeitos.

Quantos médicos, atualmente, atuam em Ceres?

---

Como é a relação de Ceres com Rialma, deste Núcleo com municípios vizinhos e com Goianésia?

---

---

A economia de Ceres, hoje, gira em torno de que? Quais são as principais instituições, estabelecimentos, empresas, etc, deste município? \_\_\_\_\_

---

---

ANEXO 04 – QUESTIONÁRIO – PREFEITURA DE RIALMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NÍVEL: MESTRADO

Pesquisa: A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização do território goiano

Mestrando: Denis Castilho

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Instituição \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_

Informante: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Informações solicitadas:

1 – Área

municipal: \_\_\_\_\_

2 – Distritos de Rialma: \_\_\_\_\_

3 - Qual o principal setor que contribui para a arrecadação de Rialma? \_\_\_\_\_

3 – Relativo à emancipação de Santa Isabel, quando ocorreu? Houve resistência por parte das elites de Rialma? Como foi o processo?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4 – As elites locais de Rialma, os prefeitos, etc, têm privilegiado que setor da economia em seus investimentos? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5 – Atualmente, que projetos há para Rialma e Ceres? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6 – Relativo à expansão da cana-de-açúcar pela região, como isso vem ocorrendo em Rialma? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

7 – Como é a relação de Rialma com Ceres do ponto de vista administrativo? E a relação das pessoas? Há uma questão relacionada à identidade dos municípios? O que é Rialma em relação à Ceres?

---

---

Outras informações:

Nome, Procedência, e Partido de todos os prefeitos.

Quantos médicos, atualmente, atuam em

Rialma? \_\_\_\_\_

A Economia de Rialma, hoje, gira em torno de que? Quais são as principais instituições, estabelecimentos, empresas, etc, deste município? \_\_\_\_\_

---

ANEXO 05 – MODELO DE QUESTIONÁRIO – INSTITUIÇÕES DE ENSINO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NÍVEL: MESTRADO

Pesquisa: A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização do território goiano

Mestrando: Denis Castilho

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Nome da Instituição: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_ Município: Ceres ( ) Rialma ( )

Informante: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

1 – Indique os municípios de procedência dos estudantes que usualmente procuram este município para utilizar os serviços desta instituição:

Nº	Município	Quantidade de alunos matriculados em 2008
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		

ANEXO 06 - MODELO DE QUESTIONÁRIO – ESTABELECIMENTOS DO  
COMÉRCIO VAREJISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NÍVEL: MESTRADO

Pesquisa: A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização do território Goiano

Mestrando: Denis Castilho

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Nome do Estabelecimento: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_ Município: Ceres ( ) Rialma ( )

Informante: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

1 – Indique os municípios de procedência das pessoas que usualmente procuram este município para comprar os produtos deste estabelecimento:

Nº	Município	Frequência
01		P ( ) R ( ) M ( )
02		P ( ) R ( ) M ( )
03		P ( ) R ( ) M ( )
04		P ( ) R ( ) M ( )
05		P ( ) R ( ) M ( )
06		P ( ) R ( ) M ( )
07		P ( ) R ( ) M ( )
08		P ( ) R ( ) M ( )
09		P ( ) R ( ) M ( )
10		P ( ) R ( ) M ( )
11		P ( ) R ( ) M ( )
12		P ( ) R ( ) M ( )
13		P ( ) R ( ) M ( )
14		P ( ) R ( ) M ( )
15		P ( ) R ( ) M ( )
16		P ( ) R ( ) M ( )
17		P ( ) R ( ) M ( )
18		P ( ) R ( ) M ( )

\* P- pouca procura R- regular procura M- muita procura

ANEXO 07 – MODELO DE QUESTIONÁRIO – INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NÍVEL: MESTRADO

Pesquisa: A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização do território goiano

Mestrando: Denis Castilho

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Nome da Instituição: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_ Município: Ceres ( ) Rialma ( )

Informante: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

1 – Indique os municípios de procedência dos pacientes que usualmente procuram este município para utilizar os serviços deste hospital, clínica ou centro de saúde:

Nº	Município	Quantidade de pacientes nos meses de julho e agosto de 2008
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		